

desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Brasil jovem

Mudança do perfil demográfico brasileiro e aumento da população jovem colocam em evidência as políticas públicas voltadas para a juventude



Entrevista

Antônio Corrêa de Lacerda — O Brasil tem a base produtiva mais internacionalizada dentre os BRIC. Desafio agora é atrair mais investimentos estrangeiros e superar deficiências estruturais

Agricultura

Modelo de classificação de propriedades agrícolas em debate. Redefinição pode melhorar acesso às novas tecnologias de plantio e a mais recursos

Relatório ODM

O Brasil contribui com os Objetivos do Milênio. Ipea coordenou elaboração de relatório com metas atingidas, e avaliação dos próximos objetivos a serem alcançados

Fórum

Políticas Públicas em pauta

Na mesma semana da cúpula BRIC, nos dias 12 e 13 de abril, também foi realizado em Brasília o Fórum Acadêmico Ibas: Um Diálogo de Políticas Públicas. O evento reuniu cerca de 120 formuladores de políticas públicas, especialistas e pesquisadores da Índia, Brasil e África do Sul com o objetivo de construir uma agenda de cooperação para o desenvolvimento social. A abertura teve a participação do presidente do Ipea, Marcio Pochmann. Técnicos do Instituto participaram dos debates. Mais informações estão disponíveis em <http://www.ipc-undp.org/pressroom/pdf/IPCPressroom252.pdf>.

Previdência

Seminário discutiu a aposentadoria nos Estados Unidos

A idade mínima para se aposentar nos Estados Unidos é 62 anos, enquanto a idade normal para aposentadoria é 65. Àqueles que resolvem trabalhar até os 70 anos há um crédito de 5% ao ano em cima da renda. Essas informações estão no estudo *O efeito da previdência social, demografia e tecnologia sobre o comportamento da aposentadoria* (The effect of social security, demography and technology on retirement behavior). O trabalho foi exposto na representação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Rio de Janeiro pelo professor da

Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Pedro Cavalcanti Ferreira, no dia 14 de abril.

O professor credita a aposentadoria antecipada a motivos de doença ou criação dos filhos, no caso das mulheres. “A partir de um momento, eles podem decidir não continuar no emprego e não receber aposentadoria no setor informal. É comum”, explicou. No Brasil não há pena àqueles que se aposentam precocemente, enquanto nos Estados Unidos existe uma taxa anual de 6,7% na renda dos que se aposentaram antes dos 62 anos.

A legislação sobre esse benefício de créditos e a idade mínima entrou em vigor em 2000. Desde 1965, a idade mínima e a normal era a mesma, 65 anos. Nas décadas passadas, a expectativa de vida era menor, o que influenciou nas mudanças da legislação atual. “Com a expectativa de vida maior, se consegue poupar mais. Se a pessoa vive mais, prefere trabalhar bastante para receber uma longa aposentadoria”, alegou Pedro Cavalcanti. O estudo se concentra na legislação estadunidense, e quase todas as estatísticas são válidas somente para homens.

Oficina

Programa nuclear brasileiro

Nos dias 30 e 31 de março, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República realizou a oficina Rumo a 2022: desafios estratégicos para o programa nuclear brasileiro. Incluída no programa Encontros da SAE, o objetivo da oficina foi identificar necessidades e obstáculos para alcançar os objetivos do governo brasileiro na área nuclear até 2022.

O evento ocorreu na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), no Campus Universitário Darcy Ribeiro (Brasília) e discutiu a capacidade de produção de combustível nuclear em escala industrial, as possibilidades de geração de energia elétrica e as aplicações pacíficas da tecnologia nuclear.

No começo de março, o ministro da SAE, Samuel Pinheiro Guimarães, também inaugurou a sessão anual do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados,

órgão técnico-consultivo formado por 11 parlamentares para discutir as políticas nuclear e espacial no Brasil.

Durante a inauguração, Samuel Pinheiro disse que o Brasil está “extraordinariamente bem colocado” quando comparado a outros países no que diz respeito às atividades espaciais e nucleares. Segundo ele, o país não tem alocados os recursos necessários para o desenvolvimento dessas ações, mas já domina, por exemplo, todo o ciclo de enriquecimento de urânio.



Divulgação

Estudo

Metodologia sobre impactos do PAC

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada entregou à Caixa, durante as atividades do 5º Fórum Urbano Mundial, o modelo metodológico que será empregado na avaliação do impacto dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir da experiência no Complexo do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Ocorrido na capital fluminense de 22 a 26 de março, o fórum reuniu os setores público e privado, organizações da sociedade civil e não-governamentais,

governos nacionais e locais, profissionais e acadêmicos de todo o mundo para debater os principais desafios urbanos que o mundo enfrenta.

Na quarta-feira, dia 24 de março, delegados do Ipea no fórum, entre eles a diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Liana Carleial, entregaram a representantes da Caixa o modelo metodológico. Agora, em uma segunda fase do projeto, serão criados indicadores para a avaliação do impacto das obras do PAC no Complexo

do Alemão. O Instituto continuará participando do estudo.

Liana Carleial afirmou que a contratação de novos técnicos do Ipea a partir do concurso de 2008 possibilitou a realização dessa tarefa. A metodologia resultante do Acordo de Cooperação Técnica entre a Caixa e o Instituto será utilizada em outros projetos financiados pelo banco. O Fórum Urbano Mundial do Rio de Janeiro teve como tema “O direito à cidade: unindo o urbano dividido”.

Projeção

Previsão para 2010 é de crescimento superior a 5,5%

Além da *Carta de Conjuntura* e da *Avaliação das Previsões Macroeconômicas de 2009*, a Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea apresentou, no último dia 15, a nota *Previsões Macroeconômicas para 2010*. O texto traz estimativas de desempenho da economia brasileira referentes a três variáveis: crescimento econômico (variação real do PIB); inflação (variação real do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA); e saldo em transações correntes.

O Instituto usualmente divulga as previsões macroeconômicas no primeiro quadrimestre do ano, e todas elas são feitas no formato de faixa de resultados. Ou seja, não é apresentado um número apenas, mas um intervalo. Novas previsões podem ser realizadas ao longo do ano, caso a evolução do quadro

macroeconômico invalide as análises feitas no primeiro quadrimestre.

O Grupo de Análise e Previsões do Ipea aponta uma expectativa de crescimento do PIB, em 2010, da ordem de 5,5% a 6,5%. “Da expansão média prevista para este ano, quase a metade já estaria garantida, mesmo com o PIB ficando estagnado no nível dessazonalizado do quarto trimestre de 2009”, acrescenta a nota. Em relação ao saldo em transações correntes, a estimativa é de forte redução no comparativo com 2009, e o IPCA deve ficar na faixa de 4% a 5%.



Parceria

Ipea e instituto cubano fazem pesquisa

O Ipea e o Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Havana (INIE), Cuba, assinaram, em fevereiro deste ano, um acordo de cooperação para a realização de parceria em pesquisas que abrangem, entre outros temas, questões internacionais, transferência de tecnologia, energia renovável e a relação Sul-Sul.

O acordo prevê ainda o acompanhamento de políticas públicas em áreas de acesso à saúde, educação e proteção social, bem como o financiamento da política social. Fundado há 30 anos, o INIE realiza análises da economia cubana e seu desempenho global.

Comércio exterior

Recorde de exportações em março

A balança comercial brasileira registrou novo recorde histórico de exportação e importação para o mês de março, com retomada acentuada de vendas para os mercados da Europa Oriental, América Latina e Ásia. Neste mês, as exportações somaram US\$ 15,727 bilhões e US\$ 683,8 milhões pela média diária.

As importações também registraram recorde para meses de março, chegando a 15,059 bilhões. Sobre igual período de 2009, as importações registraram crescimento de 43,3% pela média diária.

No resultado final, a balança de março registrou superávit de US\$ 668 milhões, soma inferior à registrada em março de 2009, quando o saldo foi de US\$ 1,756 bilhões.

Por mercados compradores, aumentaram as vendas para os principais blocos econômicos, com a exceção da África, por conta de automóveis, minérios, máquinas e equipamentos, óleo de soja, siderúrgicos e produtos em de ferro fundido. Os principais destinos foram a Europa Oriental, América Latina e o Caribe, exceto Mercosul.



Trabalho

Emprego formal cresce 29% em março

O Ministério do Trabalho informou, no dia 15 de abril, que a economia brasileira criou um número recorde de vagas formais de emprego para o mês de março. Ainda segundo o Ministério, o mês de abril deve superar a marca de 340 mil postos, registrada em junho do ano passado.

Aproximadamente 266.415 postos de trabalho com carteira assinada foram

gerados em março, 29% a mais que o recorde anterior, de 206, registrado há um ano. Já as admissões do mês somaram 1,820 milhão e os desligamentos, 1,554 milhão.

No primeiro trimestre de 2010, as novas vagas somaram 657.259. O ministério prevê que no ano sejam gerados 2 milhões de cargos.



Turismo

BC estima déficit na conta de viagens internacionais em 2010

O Banco Central (BC) elevou a projeção para o déficit na conta de viagens internacionais de 2010 para US\$ 7,5 bilhões. Formada pela receita gerada por estrangeiros em viagem no Brasil e pela despesa de brasileiros no exterior, o número deste ano poderá ser recorde.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, o motivo da projeção é o aumento das viagens de brasileiros ao exterior, estimulados pelo crescimento da renda e do emprego no país.

Nos dois primeiros meses do ano, enquanto as receitas geradas por estrangeiros no Brasil (US\$ 1,077 bilhão)



subiram 16%, as despesas de brasileiros no exterior (US\$ 2,218 bilhões) apresentaram alta de 71% na comparação com o mesmo período de 2009. Com isso, o déficit na conta de viagens no primeiro bimestre chega a US\$ 1,141 bilhão, contra US\$ 371 milhões registrados no mesmo período de 2009.

País conclui primeira venda do ano de títulos no exterior

O Ministério da Fazenda vendeu, no mercado asiático, US\$ 37,5 milhões em Global Bonds 2010 (títulos da dívida externa brasileira com vencimento em 2 de janeiro de 2021).



A operação complementa o lançamento iniciado no meio do mês de março, quando foram vendidos US\$ 750 milhões nos mercados europeu e norte-americano. Com o encerramento da operação, o total de títulos lançados no exterior é de US\$ 787,5 milhões.

Materiais de construção terão IPI reduzido por mais seis meses

O setor de materiais de construção será beneficiado pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e continuará a ter desconto no imposto por mais seis meses.

A Receita Federal ainda não divulgou a estimativa de impacto do tributo reduzido sobre os cofres públicos, mas a renúncia fiscal deve ficar em R\$ 723 milhões, valor que governo deixará de arrecadar nos seis primeiros meses do ano por causa do benefício.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o aumento da demanda com a perspectiva de fim do incentivo fiscal acarretava o risco de pressionar para cima os preços do setor. Além disso, os materiais de construção, na avaliação do ministério, podem ser considerados mais bens de capital (usados na produção) do que de consumo.

Esta não foi a primeira vez que o governo estendeu incentivos fiscais neste ano. A desoneração para os móveis e painéis de madeira, que acabaria em março, foi prorrogada indefinidamente. As alíquotas, que estavam

zeradas desde novembro, foram elevadas para a metade dos níveis anteriores.

Parte dos incentivos deve atender à demanda gerada pelo programa habitacional Minha casa, Minha vida, do governo federal. Segundo a Associação Brasileira de Materiais de Construção (Abramat), além deste programa, as obras previstas na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) se somarão à prorrogação da isenção de IPI no estímulo ao setor neste ano.

A associação prevê crescimento de 15% nas vendas em 2010, na comparação com o ano passado. Apenas no mês de março último as vendas de matérias de construção aumentaram 25,8% em relação a igual mês de 2009.



Exportações

Superávit comercial em queda

O superávit comercial brasileiro registrado no primeiro trimestre deste ano é de US\$ 895 milhões, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que também aponta o saldo como 70% menor do que o registrado no mesmo período de 2009, de US\$ 2,988 bilhões.

De janeiro a março de 2010, as exportações somaram US\$ 39,229

bilhões e as importações US\$ 38,334 bilhões. Em março, o superávit comercial foi de US\$ 668 milhões, contra US\$ 1,756 bilhão registrado no mesmo mês de 2009.

O resultado do mês passado, foi alcançado depois do déficit comercial na última semana do mês, de US\$ 20 milhões. Na terceira semana também foi

registrado déficit, de US\$ 48 milhões. Na primeira, na segunda e na quarta semanas do mês foi registrado superávit comercial de US\$ 500 milhões, US\$ 82 milhões e US\$ 154 milhões, respectivamente.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 15,727 bilhões e as importações, US\$ 15,059 bilhões.

Antônio Corrêa de Lacerda

“O jogo da competitividade é global”

Bruno De Vizia - de Brasília

O desempenho apresentado pelo Brasil no enfrentamento da crise econômica colocou o país em evidência, principalmente na comparação com os demais países em desenvolvimento que compõe o bloco denominado por BRIC, que inclui Rússia, Índia e China. Fundamentos sólidos na economia, estabilidade política, e um mercado interno crescente, tornam o país um dos principais destinos de investimentos externos no pós-crise. Aproveitar estes recursos para elevar a base produtiva do país, e solucionar carências em infraestrutura é uma das propostas do economista Antônio Corrêa de Lacerda, especialista em contas internacionais.

Neste novo cenário, é necessário discutir a inserção internacional soberana do Brasil, bem como a maneira de ampliar a participação dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento da economia brasileira, e da sua relação com as demais economias do globo.



Na entrevista a **Desafios do Desenvolvimento**, Lacerda aponta que em termos proporcionais o Brasil tem a base produtiva mais internacionalizada dentre os BRIC, mas ressalta a necessidade integrar políticas de atratividade de recursos externos, para alavancar o papel do investimento estrangeiro na ampliação do desenvolvimento tecnológico e social do país.

Desafios – Qual a importância do Investimento Direto Externo (IDE) para o desenvolvimento do país?

Corrêa – O Brasil construiu sua industrialização com uma forte participação do investimento externo, que junto com o capital privado nacional e o capital estatal, tornaram viável que o Brasil saísse de uma economia agrária em 1930, para cinco décadas depois se tornar uma das economias mais industrializadas do mundo. Quando houve uma retomada dos investimentos globais, a partir principalmente dos anos de 1990, o Brasil voltou a atrair parcelas expressivas de investimentos, e é bem sucedido nessa atração, mas o desafio é dar um salto qualitativo, de forma que o país possa associar os investimentos externos a suprir algumas lacunas que temos, tanto na área de infraestrutura, como na indústria de alta tecnologia, e para isso são importantes não só os fatores de competitividade sistêmica,

como câmbio, mas também as políticas de competitividade comercial, industrial e de ciência e tecnologia, além de políticas de atratividade de investimentos, para atender esses objetivos. Neste sentido, analisamos os casos de experiências internacionais bem sucedidas, especialmente do BRIC (grupo de países de economia emergente, composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China), além de África do Sul e Coréia do Sul, para a construção desse projeto de inserção.

“Hoje o controle de capitais é recomendado, quem diria, até pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que sempre teve ojeriza a qualquer tipo de controle cambial”

Desafios – Em palestra recente você mencionou que o Brasil é o mais internacional dos países que compõe o BRIC, com um estoque de IDE de 18% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso é um sinal de um descolamento do Brasil dos BRIC?

Corrêa – Esse é um grande desafio para o Brasil. A base produtiva brasileira é hoje, em termos proporcionais, mais internacionalizada do que a da China e demais

BRICs. Agora o país precisa criar condições para ampliar sua atratividade não só para a produção, mas também para centros de pesquisa e desenvolvimento e inovação. Alguns fatores são determinantes para isso, como um câmbio competitivo, mais desvalorizado, que colocaria o Brasil em igualdades de condições com os demais países. Essa crise representa uma oportunidade, na medida em que ficou claro o papel do mercado interno, da diminuição da vulnerabilidade externa para fazer frente a essa instabilidade, também a questão da capacidade de reação das políticas públicas, anticíclicas, e até alguns aspectos como as instituições, democracia, tolerância étnica, racial e religiosa, colocam o Brasil em evidência. Então é preciso aproveitar essa potencialidade para dar os grandes saltos, especialmente nas áreas mais valorizadas. O país tem a chance de continuar a ser um forte exportador de *commodities*, sem abrir mão de sua industrialização.

Desafios – É necessário desvalorizar o câmbio para ter mais competitividade, mas, ao mesmo tempo, esta estabilidade econômica atrai mais investimentos externos. Isso não tende a valorizar o Real?

Corrêa – Não está predeterminado que um país que receba muito fluxo de capital externo vá ter um câmbio valorizado,

Perfil

Professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Antônio Corrêa de Lacerda se formou em 1981 em Ciências Econômicas na mesma universidade, onde também coordena o Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE). É professor convidado da Fundação Dom Cabral.

Atua na área de projeções econômicas, com ênfase em políticas macroeconômicas,

estudando principalmente as seguintes áreas: economia brasileira, globalização, economia industrial e economia internacional.

Foi presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica) entre 2000 e 2005, e do Conselho Federal de Economia (Cofecon) em 1999, e presidente do Conselho Regional de

Economia de São Paulo entre 1995 e 1997. Lacerda foi membro do Conselho Fiscal da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras).

Atualmente Lacerda é diretor do Centro Internacional Celso Furtado, membro do Conselho Superior de Economia da FIESP e do Conselho Temático de Política Econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

depende de como você atua frente a essa realidade. Hoje o controle de capitais é recomendado, quem diria, até pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que sempre teve ojeriza a qualquer tipo de controle cambial. É necessário usar todos os instrumentos disponíveis, de ordem tributária, e a própria intervenção do Banco Central (BC) por meio do uso de reservas, ou do Fundo Soberano, para evitar uma apreciação cambial. Além disso, usar as políticas de competitividade para diminuir sua dependência [da venda] de commodities. O Brasil tem condições, se fizer as políticas adequadas, de conviver com um quadro do ingresso crescente de recursos, sem se deixar cair na doença holandesa [conceito econômico que remete à extrema dependência da exportação produtos da exploração de recursos naturais, em detrimento ao setor industrial]. Isso é plenamente possível com um novo desenho de políticas cambiais, monetárias e fiscais.

“O Brasil entrou para o clube dos países que tem maior volume de reservas, mas, embora nossas reservas em relação ao PIB estejam entre as maiores do mundo, estamos em apenas 16%, o que é pouco em comparação com outros países”

Desafios – Existe um limite para a atuação do Banco Central? Não corremos o risco de criarmos uma dependência do BC comprar o excesso de dólares no mercado, para segurar o câmbio?

Corrêa – Não existe um limite para essa atuação do BC, porque temos uma realidade internacional dada pelo bloco



de países que tem moedas conversíveis, e que tem, portanto, um papel mais relevante na economia internacional, e são referência. Ainda é o dólar que exerce esse papel, tendo o euro como coadjuvante, mas este está enfrentando problemas específicos. E existe aquele bloco de países que acumulam reservas para fazer frente a essa volatilidade. O Brasil entrou para o clube dos países que tem maior volume de reservas, mas, embora nossas reservas estejam entre as maiores do mundo, em relação ao PIB, estamos em apenas 16%, o que é pouco em comparação com outros países. Isso mostra que o país ainda tem um longo caminho a ser percorrido

no acumulo de reservas, e vai ser uma luta constante pela não valorização do Real, o que é um ônus de não ter uma moeda conversível. Isso não depende da vontade brasileira, depende da realidade econômica internacional, que é dada pelo dólar.

Desafios – O Real pode se tornar uma moeda conversível?

Corrêa – O Real vai se tornar uma moeda conversível, a tendência é essa, mas isso levará um tempo ainda. Mas é muito difícil prever quando, porque depende de uma série de fatores, não só brasileiros como internacionais. Dada a relevância dos Estados Unidos e o potencial do mercado norte-americano, o dólar tenderá

a permanecer por muito tempo como moeda de referência.

Desafios – Porque uma empresa brasileira deve escolher a internacionalização, quando há um grande potencial de crescimento no mercado interno?

Corrêa – Ela se internacionaliza porque o jogo da competitividade é global. Se ela se restringir somente ao mercado interno ela pode se tornar alvo de uma aquisição por parte de um gigante mundial. As empresas também percebem que é importante ter receitas em moeda forte, e superar barreiras tarifárias no exterior, e isso muitas vezes implica criação de filiais no exterior. A internacionalização ajuda as empresas a ampliarem suas exportações, de forma a adquirir uma diversificação maior de mercados, e garante um certo grau de competitividade, porque a empresa atua não só no mercado doméstico mas também no externo. Existem muitas motivações para a internacionalização, e o ideal é fazer isso de forma virtuosa, ou seja,

fortalecendo as bases dessas empresas no Brasil, e adicionalmente fazê-las ir ao exterior, para ampliar a capacidade de inserção externa do país.

Desafios – O Brasil capta boa parte do IDE destinado à América Latina, com tendência a atrair ainda mais estes investimentos. Como auxiliar os demais países da região, quando nem o Mercosul se estabeleceu fortemente ainda?

Corrêa – Isso mostra a necessidade do Brasil manter uma política de desenvolvimento regional, para a América do Sul. É preciso colaborar para que a região mantenha condições de sustentabilidade econômica, porque isso vai fortalecer o papel do Brasil, não só geopoliticamente, mas economicamente.

Já o Mercosul tem características muito específicas, entre as quais uma enorme heterogeneidade entre seus membros. Só para citar um exemplo, o PIB brasileiro corresponde a 150 vezes o PIB boliviano. Então há uma assimetria muito forte entre estes países, e diminuí-la é um enorme desafio. Muita gente cita a União

Europeia, mas ela tem uma realidade de 60 anos, com uma assimetria muito menor. E mesmo assim ainda há o problema dos Piigs (acrônimo utilizado para designar Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, países cujas contas nacionais apresentam forte nível de endividamento e desequilíbrios comerciais). O projeto de fortalecimento do Mercosul é de longo prazo, e há outras iniciativas, como a Unasul, o Banco do Sul, para viabilizar o financiamento entre os países.

Desafios – Vários países aumentaram seu protecionismo durante a crise, há exemplos de barreiras impostas a produtos brasileiros na Argentina, dentre outros. Essas medidas não podem minar esse processo de integração regional?

Corrêa – Circunstancialmente sim, porque é natural que diante de uma crise os países sejam mais protecionistas. Mas é preciso superar esse desafio, e viabilizar a integração. No caso da Argentina os problemas de instabilidade econômica

“O país precisa ampliar sua taxa de investimento dos atuais 17% ou 18% do PIB para pelo menos 23% ou 24% do PIB nos próximos anos”



Sidney Murreta

e política afetam essa integração, mas no horizonte do longo prazo é preciso manter a coesão regional.

Desafios – As limitação de infraestrutura e de mão-de-obra qualificada que o Brasil enfrenta ameaçam esse processo de internacionalização das empresas brasileiras?

Corrêa – Ao mesmo tempo em que isso é uma ameaça, é uma grande oportunidade para o Brasil, pois na medida em que sejam feitos os investimentos necessários, e a qualificação de pessoas, poderemos ter um salto qualitativo em termos de desenvolvimento. O país precisa ampliar sua taxa de investimento dos atuais 17% ou 18% do PIB para pelo menos 23% ou 24% do PIB nos próximos anos. Isso passa pelo investimento estatal, privado e também pelo IDE, lembrando que o IDE, no mundo, representa apenas 10% dos investimentos totais. Isso quer dizer que o que dá a grande dinâmica do investimento, apesar da globalização, ainda é o investimento local. Por isso precisamos usar todos os instrumentos que temos, não só de financiamento via entes públicos, como o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), mas também por meio do mercado de capitais, além de criar um mercado financeiro secundário, que viabilize o financiamento. Temos hoje uma massa de recursos potencial muito grande, mas pouco alocada em projetos. O grande desafio para o Brasil é o deslocamento de parte dessa massa de ativos para projetos.

Desafios – Não temos aí um embate entre o tempo do mercado e o tempo do Estado? Corremos o risco de perder competitividade nesse intervalo entre as necessidades do mercado o tempo necessário para melhorias em infraestrutura?

Corrêa – Esse dilema ressalta o papel das políticas públicas, que devem criar

as condições para que essas melhorias [em infraestrutura] se acelerem. Fazendo uma analogia, temos ordem e progresso como lema em nossa bandeira, mas muitas vezes é a desordem que leva ao progresso, e, citando Keynes (John Maynard, economista inglês), é a expectativa de crescimento que motiva os investimentos, e que motiva as ações das empresas e das pessoas. Cito o caso dos engenheiros. Formamos poucos engenheiros nas últimas décadas, e grande parte dos poucos que formamos foram para o mercado financeiro, que pagava melhor. Espero que agora a retomada do mercado produtivo atraia esses profissionais, tanto os novos que estão se formando quanto alguns que se desvirtuaram de sua função original, para esse mercado que é pujante. Vejo que grande parte das debilidades brasileiras, olhadas por outro aspecto, são oportunidades.

“O que dá a grande dinâmica do investimento, apesar da globalização, ainda é o investimento local”

Desafios – O que os demais países estão fazendo em termos de política de atratividade, que pode servir de exemplo para o Brasil?

Corrêa – Ainda é o investidor quem nos descobre. Dizemos muito pouco para o investidor o que desejamos dele, mesmo para aquelas empresas já instaladas no Brasil, como para novos investidores. Temos aqui carências em algumas áreas industriais, em infraestrutura, e poderíamos usar parcerias com esses investidores para superar esses gargalos. Vemos o caso da China ou Índia, e vários países em desenvolvimento, que estão usando

políticas ativas de atratividade desses investimentos, e isso representa uma grande potencialidade a ser explorada pelo Brasil.

40

bilhões de reais

é o valor do déficit em conta corrente que deverá ser coberto com o Investimento Direto Externo (IDE) em 2010

Desafios – O déficit em conta corrente para esse ano no Brasil está estimado em R\$ 45 bilhões. Os recursos do pré-sal poderão, futuramente, ser usados para equilibrar esta conta?

Corrêa – Uns R\$ 40 bilhões desses R\$ 45 bilhões deverão ser cobertos com IDE. Como existem outras formas de capitais, no curto prazo isso não representa um risco. Mas a tendência é preocupante, porque o Brasil conseguiu, nos últimos anos, reduzir sua vulnerabilidade externa, mas está perdendo essa boa condição muito rapidamente. Então deveríamos tomar algumas medidas para evitar essa deterioração externa.

O grande desafio do Brasil, especificamente na questão do pré-sal, é viabilizar uma cadeia produtiva que agregue valor local, e que aproveite o potencial do pré-sal como fator de desenvolvimento. Que não leve a uma acomodação de simples exportação de *commodities*, mas que viabilize todo o investimento industrial na cadeia produtiva, principalmente nos derivados de petróleo, para que o país agregue valor ao produto, pois isso tem impacto muito grande, não só nas contas externas,

mas também na geração de empregos, renda, inovação e tecnologia. Há um cenário internacional novo, mas temos os instrumentos para desenvolver o país, só precisamos reativá-los, e coordená-los de forma integrada.

Desafios – Vimos durante e após a crise um movimento de fortalecimento do papel da atuação do Estado como indutor do crescimento. Em sua avaliação, pode haver uma contraposição entre o Estado e o investidor externo, tradicionalmente avesso a um Estado com grande presença na economia?

Corrêa – Essa dicotomia faz parte do processo. O Estado executa um papel anticíclico fundamental. Os bancos públicos para o Brasil foram determinantes na crise, que teve sua origem em crédito e financiamento. O fato de o país ter bancos públicos de relevância, especialmente em 2009, representou um fator diferencial fundamental para evitar uma queda forte do PIB. Em consequência disso o Brasil deve ter um PIB que não cresceu em 2009, mas em melhor situação que a Rússia, que caiu 8% e o México, cujo PIB caiu 7%, só para citar dois países muito afetados pela crise. Naqueles setores que foi preciso, o Estado também respondeu com esses investimentos. Não vejo que haja uma contraposição no sentido de ocupação de espaço, embora haja a inevitável dicotomia entre Estado e capital privado. Mas, em alguns

momentos no Brasil você vai ver a parceria entre os dois, como na área de petróleo, etanol, e petroquímica, na qual o Estado voltou associado com a iniciativa privada. O Brasil tem todas as condições de aumentar a taxa de investimento, que é o grande desafio que está pela frente, e contar tanto com o investimento estatal, que aparentemente é muito alto, mas no Brasil os governos investem 3% do PIB agora, e historicamente, nos últimos vinte ou trinta anos, essa taxa foi de 1%. Aumentar também o investimento do capital privado, especialmente por meio da expansão bolsa de valores e do mercado financeiro, somando isso ao capital internacional. Esses fatores podem agir de uma forma complementar, o desafio é coordenar tudo isso, selecionar as políticas que você pode utilizar para tornar viável tudo isso.

Desafios – O Brasil e os brasileiros tradicionalmente pouparam muito pouco, especialmente em comparação com países asiáticos. A falta de poupança interna é um limitador para o crescimento?

Corrêa – Ao contrário de alguns colegas mais da linha ortodoxa, que acreditam que a falta de poupança é o maior limitador para o crescimento e investimento brasileiros, eu vejo que a poupança pode ser gerada no processo, em uma visão mais em linha com Keynes. O país tem todas as condições para fornecer crédito e financiamento para, no bojo do processo de produção e crescimento, viabilizar os investimentos, tendo a poupança como resultado disso. É mais importante criar os canais com os instrumentos que materializem estes investimentos, do que formar uma poupança prévia, porque isso envolveria um sacrifício insustentável para o país, dada a debilidade social que ainda existe aqui.

“Ainda é o investidor quem nos descobre. Dizemos muito pouco para o investidor, o que desejamos dele, mesmo para aquelas empresas já instaladas no Brasil, como para novos investidores”

Desafios – Após a crise, a relativa solidez da economia brasileira a tornou mais atrativa para os investidores internacionais, que aumentaram seus investimentos no país, ao mesmo tempo em que agências de classificação de risco melhoraram a posição do Brasil em seus rankings. Corremos o risco de criar uma “bolha Brasil”? Como evitar isso?

Corrêa – Existe esse risco. O maior problema aí está na taxa de juros. O Brasil ainda mantém uma taxa muito alta em relação ao mercado internacional, e isso é um atrativo natural para o capital especulativo, que é o capital que menos nos interessa. Eu vejo que o tripé formado por câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário precisa ser aperfeiçoado, não estou entre os que acham que essa trilogia é imutável. Temos grande espaço para aperfeiçoar a política cambial. No âmbito monetário, existia uma visão ortodoxa que no Brasil a taxa real de juros não podia ser menor do que 8%. Já estamos em 4%, ela permanece ainda a maior do mundo, e vejo que há espaço para diminuir. Não é o que vai ocorrer, pois existe uma pressão forte do mercado para elevação da taxa de juros, mas pensando além desta conjuntura, o desafio do Brasil é diminuir sua atratividade para o capital especulativo, primeiro com uma redução da taxa de juros, aproximando-a das taxas internacionais, e mantendo mecanismos de controle e tributação sobre o capital especulativo. Aliás, como recomenda o FMI agora. 

4%

é a taxa

real de juros no Brasil, a maior do mundo

Dreamstime



Como nossos pais?

Bruno De Vizia – de Brasília



Mudança no perfil etário da população, crescimento econômico e melhor acesso à educação ressaltam importância de políticas públicas específicas para a juventude

“Apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos, e vivemos como os nossos pais”, cantava o jovem Belchior em 1976, então com 29 anos. *Como nossos pais*, música do álbum *Alucinação*, embalou a juventude brasileira da década de 1970, mas se Belchior fosse atualizá-la, teria que considerar que hoje vivemos mais que nossos pais, casamo-nos menos, e temos uma quantidade menor de filhos.

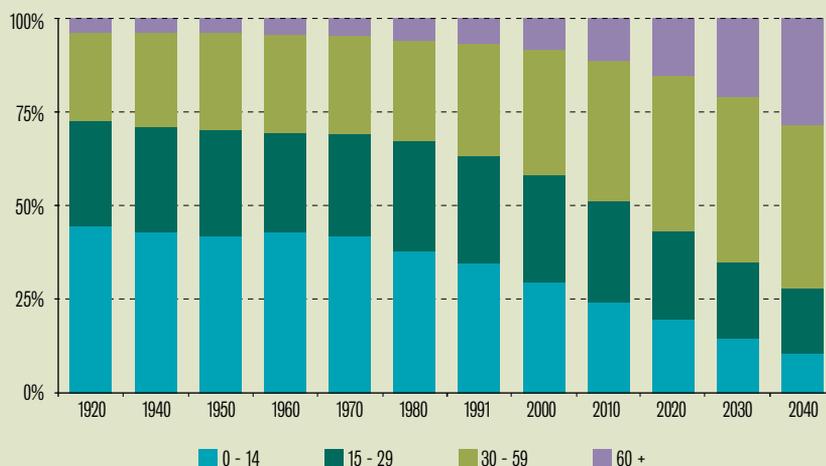
A expectativa média de vida do brasileiro na década de 1970 era de 52,4 anos, e em 2007, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), alcançou 72,7 anos, enquanto no mesmo intervalo de tempo a taxa de fecundidade despencou de 5,76 para 1,9 filho por mulher, e o número de casamentos, no civil e religioso, caiu de 64,53% da população para 49,48%.

Esses fatos evidenciam uma importante mudança social: o Brasil está envelhecendo. Estudo recente da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do **Ipea**, mostra que a participação da faixa etária entre 15 e 29 anos no total da população brasileira alcançou seu pico máximo no ano 2000, e desde então está declinando, movimento que se acentuará a partir de 2011. Em sentido contrário, até 2020 o segmento da população com 80 anos ou mais deve dobrar, passando dos atuais 3 milhões para 6 milhões (ver gráfico 1).

Este envelhecimento aumenta a importância das políticas públicas orientadas para o jovem, sobretudo porque questões cruciais para o desenvolvimento do Brasil, como previdência social e crescimento populacional, dependem diretamente da juventude hoje. No entanto, apesar de essencial para o futuro próximo do país, o jovem só se tornou foco de políticas públicas específicas nos últimos anos.

“O Brasil, até 2005, do ponto de vista das políticas públicas, não olhava para as

Gráfico 1 – Distribuição proporcional da população e observada e projetada por grupos de idade Brasil



Fonte: IBGE/Censos Demográficos e PNAD.
Nota: As populações dos anos de 2010 a 2040 foram extraídas de Camarano e Kanso (2009).



Para Beto Cury, secretário nacional da juventude, Brasil começa a resgatar dívida histórica com seus jovens



Jovens brasileiros entendem a educação como um caminho para melhorar de vida, mas enfrentam desigualdade de oportunidades processo de escolarização

questões específicas da juventude. Havia o Estatuto da Criança e do Adolescente, para a população até 18 anos, o Estatuto do Idoso, para o segmento acima de 60 anos, mas a juventude era encarada como apenas uma transição para a vida adulta, sem programas específicos”, afirma Beto Cury, secretário nacional da juventude.

A juventude como um problema social demorou a entrar na agenda pública de forma organizada, explica Jorge Abrahão, diretor da Disoc, do Ipea. “A questão do jovem entrou inicialmente pelo lado da saúde e educação, que são direitos universais, mas o tratamento do jovem com suas especificidades e diversidades, com enfoque adequado de política pública, é só a partir do final dos anos 1990, quando há uma percepção da juventude como uma questão social relevante, que mereceria uma agenda específica”, avalia Abrahão, um dos organi-

zadores do livro *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, do Ipea, publicação que analisa aspectos sociais, econômicos e demográficos das políticas públicas voltadas ao jovem brasileiro, lançadas no início deste ano.

SUJEITO DE DIREITOS Na sociedade agrária o tema da juventude era praticamente inexistente, uma vez que nela o ingresso no mercado de trabalho ocorre muito cedo, aos cinco ou seis anos de idade, lembra Marcio Pochmann, presidente do Ipea. “É nas sociedades urbanas e industriais que a temática da juventude ganha expressão. O Brasil fez a transição da sociedade agrária para a urbana industrial, basicamente da década de 1930 até a de 1980, e esta transição ocorreu num ciclo econômico com forte expansão do nível de emprego, especialmente o emprego assalariado”, salienta.

“O tema do jovem ganha força nas décadas de 1980 e 1990, que foram difíceis para a juventude brasileira, porque o país cresceu pouco, e as oportunidades de trabalho foram escassas”

Marcio Pochmann,
presidente do Ipea

Mas o tema do jovem ganha força nas últimas duas décadas do século passado, 1980 e 1990, “que foram décadas muito difíceis para a juventude brasileira, porque o país não só cresceu muito pouco, como as oportunidades de trabalho foram extremamente reduzidas, inclusive com empregos destinados tradicionalmente

para jovens sendo ocupados por pessoas que não eram jovens”, frisa Pochmann.

Sidney Murreta



Regina Novaes, antropóloga, pesquisadora, e ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude

Nestas duas décadas, os efeitos da globalização começaram a se manifestar de maneira mais marcante, atingindo especialmente os empregos para jovens. “Com poucas perspectivas, em termos de mercado de trabalho, a juventude passa a ser olhada como um segmento populacional que mais estava sofrendo com as mudanças, e passa a ser encarada como um problema a ser resolvido”, diz Regina Novaes, antropóloga, pesquisadora, e ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Até o final da década de 1990, a percepção do jovem na agenda pública brasileira passou historicamente por diferentes etapas: inicialmente a juventude era vista apenas como uma transição da vida infantil para a vida adulta, em seguida o jovem passa a ser visto como ator estratégico do desenvolvimento, “e podemos dizer que hoje estamos lidando com o jovem como sujeito de direitos, e, assim sendo, sujeito a políticas públicas específicas”, salienta Abrahão.

Ao falar em jovens como sujeito de direitos, “estamos falando de direitos, e falando em direitos, estamos falando de Estado. Essa concepção do jovem só tem sentido em face das políticas públicas, esta expressão é utilizada quase como uma senha que abre para o campo das políticas sociais”, acrescenta Regina.

EMPREGO, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA No início dos anos de 1990, no Brasil e na América Latina, a questão da juventude começa a ser considerada com mais atenção pelos formuladores de políticas públicas. “Nessa ‘onda jovem’, este segmento para de ser encarado como um problema, e passa a ser visto como solução”, lembra Regina, destacando que, na Europa, este movimento havia começado na década anterior.

No Brasil, o estabelecimento de um quadro mais coeso de políticas voltadas ao jovem se inicia com a constituição de 1988, que assegura direitos para crianças e adolescentes até 18 anos. Mas é somente em 2005 que as principais questões para o segmento específico de 15 a 29 anos começam a ser tratadas, quando surge uma nova agenda. “Até então, a questão juvenil institucionalmente estava fragilizada em termos de sua constituição e desenho de políticas”, destaca Abrahão. Em fevereiro de 2005 é criada a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República, com o objetivo de articular os programas e projetos, em âmbito federal, e fomentar a elaboração de políticas públicas para jovens.

30%

dos jovens

vivem em famílias com renda familiar *per capita* abaixo de meio salário mínimo por mês

Mas essa nova percepção não altera significativamente a condição do jovem, que continua sendo a segmento que mais sofre com

a falta de emprego, educação de qualidade, e segurança. Dados recentes apontam que 37% do total de causas de morte ocorrem entre jovens, 93% das vítimas são do sexo masculino, sendo que 78% das mortes de jovens deste sexo são causadas por motivos externos, com destaque para homicídios e acidentes de trânsito.

Levantamento do ministério da Saúde indica que o grupo de 18 a 24 anos registra as maiores taxas de dependência de álcool, com 19%, contra 12% nas demais faixas etárias. “Como o jovem está expostos a um conjunto muito grande de situações adversas, ele é o mais suscetível a fazer a transição do comportamento de risco para a situação de risco”, explica Abrahão. Atualmente, 30% dos casos notificados de Aids se concentram no grupo de 15 a 29 anos, sendo a transmissão sexual a principal forma de contágio.

Os jovens também são as principais vítimas de acidentes de trânsito, respondendo por 26,5% das vítimas fatais, e 37% das vítimas não fatais. Do total de mortes juvenis, 17% ocorrem em acidentes de trânsito.

Já no aspecto econômico, 30% dos jovens podem ser considerados pobres, ou seja, vivem em famílias com renda familiar *per capita* abaixo de meio salário mínimo por mês, e apenas 15% são oriundos de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos. Aproximadamente 53% pertencem ao extrato intermediário, com renda familiar *per capita* entre meio salário mínimo e dois salários mínimos. “Ou seja, podemos considerar que grande parte dos jovens está exposta à pobreza e à dificuldades de obtenção de renda”, detalha Abrahão.

Neste aspecto, contudo, a situação está melhorando. No segmento etário de 16 a 24 anos havia em 1995 no Brasil 43% dos jovens em condição de pobreza absoluta, sendo que 20% destes estavam na condição de indigência. Já os dados da PNAD 2008 mostraram que para este mesmo segmento etário a taxa de pobreza absoluta encontrava-se em 31,7%,

e a parcela de jovens em pobreza extrema hoje representa apenas 12,6% dos jovens brasileiros. A mesma pesquisa apontou 50,2 milhões de jovens no Brasil, ou seja, 26% do total da população do país.

Tanto Abrahão quanto Regina concordam que é na educação que estão as piores disparidades para o jovem. “Temos um problema de uma trajetória irregular nessa faixa etária. Os jovens entendem educação como um caminho para melhorar a vida, ou seja, no seu imaginário a educação é uma força positiva, mas observamos que ele enfrenta problemas de desigualdade de oportunidades no processo de escolarização”, avalia Abrahão. “O problema é que a educação atua diretamente sobre os outros dois pontos do tripé: a violência e o emprego”, acrescenta Regina.

Entre a população de 15 a 17 anos, que deveria toda estar no ensino médio, apenas 48% estão frequentando essa etapa, e 44% ainda não concluíram o ensino fundamental, sendo que 18% estão fora da escola. Na faixa

de 18 a 24 anos, 31% dos jovens frequentam a escola, mas apenas 13% estão no ensino superior. Abrahão destaca que, “em geral, a principal causa de abandono para a escola entre os homens é a busca por trabalho, e para as mulheres, a gravidez”.

A inserção do jovem no mercado de trabalho também é mais difícil. “Quando ele busca trabalho, em geral vai se inserir

“Com poucas perspectivas, em termos de mercado de trabalho, a juventude passou a ser olhada como um segmento populacional que mais estava sofrendo com as mudanças, e passa a ser encarada como um problema a ser resolvido”

Regina Novaes,
antropóloga, pesquisadora, e ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude

em postos de menor qualidade, porque tem menos qualificação, e vai receber salário menor, sem carteira assinada. Ou seja, mesmo quando ele consegue se inserir no mercado, faz isso de forma muito precária, e com uma alta rotatividade, o que é uma característica muito típica do emprego de jovens”, salienta o diretor do **Ipea**. Entre 18 a 24 anos 50% dos jovens que trabalham não tem carteira assinada, e na faixa que vai de 25 a 29 anos este índice é de 30% (ver gráficos 1 e 2).

POLÍTICAS INTEGRADAS Para reverter essa perspectiva, é criada a Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo de congregar ações e fomentar a elaboração de políticas públicas para jovens. “Ao criar a secretaria, instituir o Conselho Nacional da Juventude, e implementar um conjunto de programas com foco nessa faixa etária, o Brasil começa e resgatar a dívida que tem com seus jovens”, afirma Cury.



Até 2020 o segmento da população com 80 anos ou mais deve dobrar, passando dos atuais 3 milhões para 6 milhões de pessoas no Brasil



“Os jovens entendem educação como um caminho para melhorar a vida, ou seja, no seu imaginário a educação é uma força positiva, mas observamos que ele enfrenta problemas de desigualdade de oportunidades no processo de escolarização”

Jorge Abrahão,
diretor da Disoc, do Ipea

tude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego), e o próprio Projovem (da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República). Juntos, esses programas atenderam 683,7 mil jovens entre 2007 e 2008.

Em 2008 o programa entra em vigor, e passa a atuar com as modalidades: Projovem Urbano (o antigo Projovem original), Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social

Uma das principais ações neste sentido é o desenvolvimento do Programa Nacional de Jovens, mais conhecido como Projovem. Sua primeira versão surge em 2005, com o objetivo de contemplar 4,5 milhões de brasileiros, de 15 a 29 anos que não têm ensino fundamental, e estavam fora da escola e do mercado de trabalho. Até 2007 podiam participar do Programa jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental mas que tivessem cursado até a 4ª série. Mas os alunos não podiam ter emprego formal, com carteira assinada.

683,7
mil jovens

foram atendidos pelo programa
Projovem Integrado entre 2007 e 2008

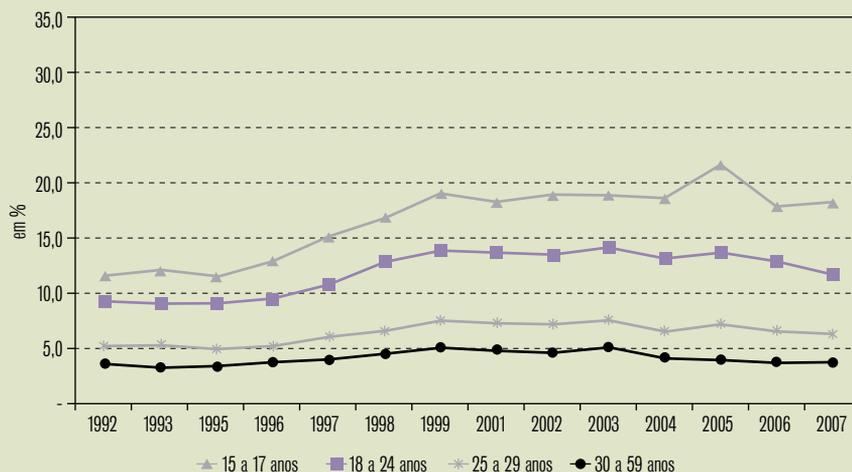
Em 2007 foi lançado o Projovem Integrado, que surgiu de seis programas voltados para esse público, mas que estavam distribuídos por diferentes ministérios: Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Joven-

Gráfico 2: Taxa de desemprego por faixas etárias – Mulheres



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Gráfico 3: Taxa de desemprego por faixas etárias – Homens



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego).

“Com estas ações é criado um arcabouço institucional importante, pois permite dar sequência às políticas desenhadas para atender o jovem. Pois não adianta reconhecermos um problema, se não geramos dentro do aparato do Estado institucionalidades que possam ajudar a reduzir os problemas específicos”, argumenta Abrahão. “De 2005 para cá, com políticas públicas estruturantes e outras ações, temos 10 milhões de jovens participando de algum programa do governo (ver tabela abaixo), e não incluo aqui os estudantes do ensino médio e superior público”, acrescenta o Cury.

Já Regina ressalva que ainda há desafios a serem superados. “A Secretaria Nacional da Juventude ainda não tem peso social



Dreanstime

Entre a população de 15 a 17 anos, que deveria toda estar no ensino médio, apenas 48% estão frequentando essa etapa

“De 2005 para cá, com políticas públicas estruturantes e outras ações, temos 10 milhões de jovens participando de algum programa do governo, sem incluir aqui os estudantes do ensino médio e superior público”

Beto Cury,
secretário nacional da juventude

no conjunto das políticas sociais do país, há muito caminho a se percorrer ainda, de convencimento, de se fazer que nos diferentes espaços esse recorte de políticas para jovens seja considerado nas suas vulnerabilidades e potencialidades, seja nos ministérios, ou nas esferas estaduais e municipais”, diz a pesquisadora.

Mesmo assim, o secretário nacional da juventude acredita que a crescente participação dos jovens nos programas governa-

mentais assinala um grande potencial de crescimento para as políticas voltadas a esse público. “Sou muito otimista com relação ao futuro próximo, acredito que o país está incorporando de forma definitiva uma cultura de políticas para o jovem, e como a perspectiva socioeconômica do Brasil é boa para os próximos anos, uma política pública juvenil articulada vai permitir a esta geração ter mais acesso a oportunidades”, conclui. **U**

Programas em execução em outras áreas do governo

Programas	Atendidos	Meta 2010
PROUNI	506.000	153.000
Programa Nacional de Qualificação	496.353	50.000
Escolas Técnicas Federais	215.000	285.000*
Programa de Esporte e Lazer na Cidade - PRONASCI	695.850	1.000.000
PROTEJO	10.789	17.000
Pontos de Cultura	Público com frequência regular 806.276	
Ampliação do Bolsa Família (Benefício Vinculado ao Jovem - BVJ)	2.257.000 por mês	2.300.000 por mês

* Número total de vagas a serem disponibilizadas nas Escolas Técnicas Federais até 2012
* Fonte: Ministérios gestores



Juventude e políticas públicas no Brasil

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no Brasil, os jovens com idade entre 15 e 29 anos representavam em 2008 cerca de 50 milhões de pessoas, o que então correspondia a 26% da população total (IBGE, 2008). Apesar do peso numérico e da gravidade das questões que envolvem este segmento populacional, a emergência das políticas públicas de juventude e da problematização dos direitos dos jovens é recente no Brasil. Distintamente de outros países da América Latina, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências das Nações Unidas a partir do Ano Internacional da Juventude, em 1985, tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse grupo populacional. Naquele momento, pouca relevância dava-se ao tema juventude, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco e na defesa dos direitos desses segmentos. Como consequência, durante muito tempo, o termo juventude, manteve-se associado ao período da adolescência ou foi tomado como algo indistinto da infância, sendo as questões atinentes aos jovens com mais de 18 anos desconsideradas, tanto do ponto de vista da ação pública estatal como do das entidades da sociedade civil.

Na última década, a juventude conquistou uma posição de destaque na agenda nacional. No campo das políticas públicas específicas para este segmento social, considera-se que o país avançou a passos largos. Dentre os avanços, cabe destacar o arranjo institucional criado a partir de 2005 no âmbito

do governo federal, que inclui a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e os programas específicos para os jovens, notadamente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), carro-chefe da política nacional de juventude. A iniciativa do governo federal de criação de uma estrutura administrativa responsável para cuidar da área da juventude tem sido replicada nas outras instâncias da Federação. Existe hoje um sem-número de municípios que também já instituíram estrutura semelhante, criando a figura do gestor público de juventude.

“Durante muito tempo, o termo juventude, manteve-se associado ao período da adolescência ou foi tomado como algo indistinto da infância, sendo as questões atinentes aos jovens com mais de 18 anos desconsideradas, tanto do ponto de vista da ação pública estatal como do das entidades da sociedade civil”

“Direitos” e “oportunidades” são palavras-chave na linguagem que caracteriza a atual *Política Nacional de Juventude*. São reafirmados os direitos à saúde, à educação de qualidade, às oportunidades de inserção no mundo do trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança, ou seja, consolidam-se políticas que visam direitos universais. Grosso modo, pode-se dizer que, por hora, a *Política Nacional de Juventude* tem a orientação clara de dialogar

com a dívida social do país. Uma avaliação preliminar dos objetivos e públicos-alvo dos programas federais aponta que a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda do país, que não tiveram acesso à educação básica de qualidade

Tal estratégia pode, em um primeiro momento, responder à realidade brasileira que detém elevada proporção de jovens em situação de vulnerabilidade social. Programas dessa natureza, quando bem administrados e mantidos continuamente podem contribuir para melhorar consideravelmente as condições de vida desta população, elevando os índices de alfabetização e de escolaridade, que podem resultar em melhor inserção no mundo do trabalho. Mas, não obstante estes resultados constituam meta altamente desejável, resumir a intervenção pública apenas a ações emergenciais e compensatórias aos jovens socialmente mais vulneráveis não é uma solução socialmente justa e definitiva. Consideradas as desigualdades e diversidades que caracterizam nossa juventude, é preciso também abrir espaço para a incorporação de abordagens específicas no interior das demandas universais. Nesse sentido, o desafio que está colocado para o país hoje é o de ampliar consideravelmente o escopo da *Política Nacional de Juventude*, de modo que esta possa beneficiar com efetividade *todas as juventudes* brasileiras. **(1)**

Carla Coelho de Andrade é doutora em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Exclusão social e literatura

O atual debate sobre o desenvolvimento brasileiro passa, necessariamente, pela problemática da exclusão social, que é provocada por diversos fatores e manifesta-se sob variadas formas. Um exemplo de exclusão social é o caso das pessoas sem Registro Civil que, por não existirem “oficialmente”, vivem à margem da cidadania, condenadas à exclusão dos serviços públicos de saúde e educação, e expostas a todo tipo de mazelas econômicas e sociais, gerando assim as chamadas “estatísticas invisíveis”. A tarefa de sanar esse grave problema de exclusão social, que atinge parcela considerável da população, é tão imprescindível quanto urgente, para que se possa assegurar o pleno desenvolvimento econômico e social brasileiro.

A reflexão sobre a problemática da exclusão social não se restringe somente à área dos estudos econômicos e sociais. São vários os textos de literatura – essa “outra voz” da realidade social, como afirma o escritor mexicano Octavio Paz, ganhador do Nobel de literatura de 1990 – que também tratam da questão. Com rara sensibilidade, Lima Barreto abordou o problema da loucura – sem dúvida, uma forma desumana de exclusão social – no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), enquanto a questão racial – herança de um passado oligárquico e escravagista – foi trabalhada por ele em *Clara dos Anjos* (1920). No livro de contos *Urupês* (1918), Monteiro Lobato criou a figura emblemática do Jeca Tatu, símbolo de um Brasil atrasado e inculto, excluído da modernidade. Sinhá Vitória e Fabiano, de Graciliano Ramos, e os “severinos” de João Cabral de Melo Neto

retratam o drama dos retirantes nordestinos, excluídos de sua terra natal pela seca que castiga o Nordeste brasileiro não apenas climaticamente, mas econômica, social e politicamente.

“A reflexão sobre a problemática da exclusão social não se restringe somente à área dos estudos econômicos e sociais. São vários os textos de literatura – essa ‘outra voz’ da realidade social, como afirma o escritor mexicano Octavio Paz, ganhador do Nobel de literatura de 1990 – que também tratam da questão”

Durante o período do autoritarismo brasileiro, as peças de Chico Buarque e Paulo Pontes, os filmes de Glauber Rocha, as diversas revistas e pasquins retirados de circulação pela censura militar, as Faculdades de Filosofia e o movimento estudantil, ao mesmo tempo em que eram formas de resistência ao poder estabelecido pelas armas, também questionavam os valores de uma sociedade alicerçada sobre bases econômicas perversas, em que a alta concentração de renda provocava o aumento da exclusão social. Num contexto de forte censura aos meios de comunicação, surge, na década de 1970, a chamada “literatura-reportagem” que, desempenhando muitas vezes a função dos jornais, então censurados, torna-se porta-voz

de denúncia social e política. Nos contos de *Feliz Ano Novo* (1975) e *O cobrador* (1979), Rubem Fonseca retratou o submundo do crime e da violência, em que os valores sociais são subvertidos a partir do ponto de vista dos excluídos e marginalizados – os “misérrimos sem dentes”. Apesar de criticada por fugir aos parâmetros da “literatura-reportagem” da época, Clarice Lispector expressou o problema da exclusão social em seu último livro, *A hora da estrela* (1977), com os personagens Macabéa e Olímpico de Jesus, “essas duas pessoas que por força das circunstâncias eram seres meio abstratos”, e “eram de algum modo inocentes e pouca sombra faziam no chão” (LISPECTOR, in *A hora da estrela*).

O restabelecimento da democracia no País trouxe muitas mudanças. Embora a exclusão social ainda esteja longe de ser debelada, as políticas públicas de inclusão, impulsionadas pelo debate sobre o desenvolvimento, tiveram grande avanço ultimamente. A reflexão que aqui se propõe é a de que a literatura brasileira possa se tornar – a exemplo da obra de José de Alencar, no século XIX, considerada fundadora da ideia de nacionalidade brasileira, numa época em que o Brasil se emancipava de Portugal – a porta-voz de uma sociedade verdadeiramente emancipada, em que a exclusão social ceda lugar à igualdade de oportunidades, que só poder ser alcançada com a criação e implementação de condições favoráveis a um desenvolvimento econômico que leve em conta também a justiça social. 

Isabel Virginia de Alencar Pires é Bacharel em Sociologia pela UFMG, Mestre em Literatura Brasileira pela UERJ e servidora da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea



Situação educacional dos jovens brasileiros

A situação educacional atual dos jovens brasileiros decorre, em grande medida, da própria matriz histórica de formação da sociedade brasileira, assentada em profundas desigualdades e na consequente exclusão social, o que dificulta o acesso e a permanência de crianças e jovens nos sistemas de ensino. Por outro lado, a oferta incipiente, em quantidade e/ou sem padrões mínimos de qualidade, nos diversos níveis e modalidades de ensino que integram a educação básica pública também contribui para a reprodução dessas desigualdades sociais. Desse modo, parcela considerável das crianças brasileiras ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo), quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas).

A despeito de a situação educação dos jovens estar aquém do desejado, foram observados avanços significativos ao longo da última década. Mas, para que avanços futuros venham a ocorrer, e em ritmo mais acelerado, faz-se necessária a implementação de ações e medidas de política que promovam a redução das desigualdades, tanto no campo das relações macrosociais, quanto no âmbito dos sistemas de ensino.

Exemplo evidente desses avanços é dado pela redução do analfabetismo na faixa de 15 a 17 anos, de 5,8% para 1,7%, entre 1996 e 2008. Portanto, queda de 71%. Por sua vez, na faixa de 15 anos ou mais, a redução foi de apenas 32% no mesmo período.

Reduzir desigualdades nas taxas de analfabetismo deverá levar em conta que sua incidência cresce, por exemplo, com o

aumento da idade (na faixa de 25 a 29 anos, situava-se em 4,2%, em 2008). Além disso, que é significativamente maior no Nordeste e Norte, que nas demais regiões brasileiras. Tendência semelhante também é observada quando se comparam as taxas referentes às populações das cidades e do meio rural, e entre brancos e negros, com larga desvantagem para os segundos segmentos de cada categoria.

Os elevados índices de reprovação e evasão escolar que têm marcado a trajetória de muitos jovens apontam para um grande desafio do sistema educacional brasileiro contemporâneo: como assegurar a conclusão da escolaridade básica de qualidade para todos, dadas as condições concretas atuais? Trata-se, portanto, de um desafio que pressupõe o rompimento de um círculo vicioso composto pelo binômio exclusão social- escolaridade precária. Neste sentido, assegurar a qualidade do ensino fundamental, particularmente no que se refere à efetividade dos processos de alfabetização nas séries iniciais, é crucial para se reduzir a incidência do analfabetismo entre jovens e para viabilizar a conclusão da educação básica a todos.

Um dos principais avanços refere-se à elevação das taxas de frequência à escola na faixa etária de 15 a 17 anos. Em 2008, cerca de 84% destes frequentavam algum nível ou modalidade de ensino, sendo que 50% deste universo cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Embora tal situação ainda seja insatisfatória, o índice alcançado naquele ano corresponde a mais que o dobro do registrado em 1996.

Em relação à faixa etária de 18 a 24 anos, foi ainda maior o aumento da taxa de frequência líquida à educação superior, que passou de 5,8% para 13,6%. Em que pese este avanço relativo, o patamar alcançado ainda se encontra bem abaixo do desejado, tanto em relação à meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 30%, a ser atingida em 2011, quanto na comparação deste indicador com diversos países latino-americanos.

Por outro lado, a oferta insuficiente de cursos de educação profissional técnica é considerada como outro entrave à inserção social e profissional dos jovens brasileiros. Segundo estimativas do próprio Ministério da Educação, pouco mais de 10% da demanda potencial estaria sendo atendida. Além de a oferta ser reduzida, esta também se encontra espacialmente concentrada. Para reverter ao menos parcialmente tal situação, está em curso a ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio da qual está prevista a criação de ___ instituições de ensino, até 2011.

Em síntese, mesmo reconhecendo que a situação educacional atual dos jovens brasileiros seja insuficiente para promover sua inserção plena na sociedade, deve-se reconhecer que aos mesmos tem sido atribuída certa prioridade no bojo dessa política setorial, particularmente em nível federal, no que tange à ampliação e equalização das condições de acesso e permanência nos níveis e modalidades destinados a este público-alvo. 

Paulo Corbucci é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas sociais (Disoc)



Gravidez na adolescência

A pesar do que frequentemente se propaga, os últimos anos têm assistido a uma redução do fenômeno da gravidez na adolescência no Brasil. A proporção de adolescentes de 15 a 19 anos com filho caiu de 12,6% para 10,7% entre 1996 e 2007 (dados da Pnad). A gravidez na adolescência é mais comum entre as jovens pertencentes aos estratos de renda mais baixos: 44,2% das meninas de 15 a 19 anos com filhos pertencem à faixa de renda média familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo (SM) – que concentra 26,7% das adolescentes nesta faixa de idade. Dito de outro modo, quase 18% das adolescentes do estrato de renda mais baixo são mães, enquanto no estrato de renda acima de cinco SMs esta proporção não chega a 1%. Contudo, é preciso ter em mente que a gravidez na adolescência não pode ser interpretada da mesma maneira para jovens inseridos/as em diferentes contextos sociais.

Nesse sentido, é preciso considerar que a gravidez nem sempre é indesejada. Pelo contrário, pesquisas qualitativas apontam que muitas vezes tanto a moça quanto o rapaz planejam a gravidez, ou, pelo menos, não se esforçam muito para evitá-la e ficam contentes quando é confirmada. Esses estudos apontam que a *opção* por ser mãe na adolescência, especialmente entre meninas de classes mais baixas, pode estar relacionada a um projeto de vida pessoal. A adolescente busca construir sua identidade e sentir-se mais adulta, mais mulher e com mais poder tendo seu próprio filho. O projeto de vida profissional, neste caso, pode dar lugar a outro projeto, o de construir uma família ou, pelo contrário, o fato de ter um filho pode reforçar o plano de seguir estudando e buscar ascender socialmente. No caso dos meninos, os estudos apontam que a pater-

nidade está frequentemente relacionada a tornar-se adulto, assumir responsabilidade, de fato “virar homem”.

Para as jovens, em geral o abandono escolar torna-se inevitável. Das meninas com idade entre 10 e 17 anos sem filhos, somente 6,1% não estudavam (Pnad 2007); já entre as meninas com filhos, esta proporção chega a impressionantes 75,7%, sendo que 57,8% das meninas com filhos não estudavam nem trabalhavam, o que evidencia as dificuldades encontradas para engajar-se em alguma atividade fora de casa com um filho pequeno para cuidar.

É preciso ter em mente que o fato de as jovens mais pobres engravidarem e terem filhos em maiores proporções que as jovens mais ricas não pode ser explicado somente em termos de opções distintas de vida, sem que se considerem todo o contexto de vida e as oportunidades apresentadas a estas jovens. A maternidade, neste sentido, pode não se constituir em uma *opção* de fato, mas, ao contrário, pode ser fruto da ausência de opções e da dificuldade de forjar um projeto de vida para além de ser *mãe de família*.

Nesse sentido, é possível dizer que existe de fato um problema para as políticas públicas. Diante das contradições existentes e da profusão de preconceitos e estereótipos que surgem quando o tema da gravidez na adolescência é tratado, é preciso encarar a questão do ponto de vista das *opções* apresentadas aos jovens e de suas escolhas. Se, de certa forma, a escolha de uma jovem em ser mãe não pode ser de antemão criticada, de outra, é fundamental que alternativas sejam apresentadas a esta jovem ao longo de sua vida, de modo que a maternidade não represente a única forma de autoafirmação e construção da identidade. Assim, o fato de a maior parte dos jovens que se tornam pais ter abandonado os estudos parece evidenciar um

contexto em que não há perspectiva de continuidade da qualificação visando a melhores inserções profissionais, não há mais vínculos com a escola, isto é, um contexto no qual as opções de construção de uma carreira ou de um caminho para o reconhecimento social pela via profissional são bastante reduzidas.

Por fim, pode-se destacar que o debate da gravidez na adolescência implica também analisar as convenções de gênero existentes em nossa sociedade. No caso da paternidade e da maternidade, as tradicionais convenções de gênero reforçam-se na responsabilidade atribuída ao pai de prover seu filho – e a consequente necessidade de trabalhar e ter renda – e a responsabilidade exclusiva da mãe pelos cuidados cotidianos.

A desconstrução de preconceitos e estereótipos em torno da gravidez na adolescência significa pensar as relações de gênero em um contexto mais amplo de reflexão sobre a vivência da sexualidade na juventude. Contudo, isto deve ocorrer a partir de uma perspectiva renovada, que substitua o olhar moralizante, culpabilizador e amedrontador sobre os jovens pela valorização de seus direitos, entre eles os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.

O desafio para o poder público é oferecer políticas eficazes com vistas a evitar gestações indesejadas e conscientizar os adolescentes acerca da importância de vivenciar uma sexualidade saudável, de fazer escolhas consequentes, de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, além de repensar os papéis de homens e mulheres e reconstruí-los de maneira mais igualitária. **II**

Natália de Oliveira Fontoura é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício no Ipea

Luana Simões Pinheiro é técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea em exercício na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

O tempo do BRIC

Bruno De Vizia e Gilberto Costa – de Brasília



Mercado interno em expansão, investimentos externos crescentes, e a busca por uma nova governança global colocam Brasil, Rússia, Índia e China em evidência no cenário internacional

Há trinta anos não se imaginava a mudança geopolítica e econômica que a ascensão dos países que compõe o grupo denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) provocaria no cenário internacional. O Brasil vivenciava fortemente a estagnação econômica que levou os anos de 1980 a serem conhecidos como “a década perdida”, a Rússia ainda vivia sob um regime comunista, a Índia engatinhava em sua busca pelo comércio externo, e a China iniciava reformas para abrir seu imenso mercado consumidor às empresas capitalistas.

Três décadas depois estes países lideram a retomada do crescimento econômico global após uma severa crise, entre 2008 e 2009, ter abalado as estruturas financeiras dos países mais desenvolvidos. Para consolidar este novo posicionamento e importância no cenário mundial, os países do BRIC (acrônimo criado pelo economista chefe do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, em 2001) se articularam buscando formas de aumentar sua participação nos rumos econômicos do planeta, bem como uma maior inserção na política internacional, seja por meio de uma participação mais relevante em orga-

nismos multilaterais, seja reforçando entre si posicionamentos e parcerias comerciais e tecnológicas.

Neste sentido, realizaram em 2009, na Rússia, a primeira cúpula dos BRIC, encontro cujo ponto central foi a busca de uma maior representatividade dos países emergentes no processo decisório no campo das relações internacionais. Um ano depois, o Brasil sediou a II Reunião de Cúpula dos países que formam o BRIC, ocorrida no Palácio do Itamaraty em Brasília, no dia 15 de abril, na qual o presidente Luís Inácio Lula da Silva recebeu

seus colegas Hu Jintao (China) e Dmitri Medvedev (Rússia) e o primeiro-ministro Manmohan Singh, da Índia. Em paralelo, o Ipea promoveu, entre os dias 14 e 15 de abril, um encontro entre representantes de alguns dos principais centros de estudo econômicos da Rússia, China e Índia, para discutir o papel dos BRIC na transformação global pós-crise.

REPRESENTATIVIDADE GLOBAL. A busca por uma maior cooperação no cenário político internacional reflete o crescimento que estes países obtiveram nos últimos anos, especialmente no âmbito econômico. De acordo com dados do Banco Mundial, em 1990 os países do BRIC representavam 8% Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e em 2006 passaram a representar 12% da economia global. O comércio internacional é uma das dimensões na qual a importância dos BRIC aumentou visivelmente. No mesmo intervalo de tempo, o peso destes países no comércio mundial passou de 3,9% para 10,6%, excetuando-se deste total a Rússia, cujos dados de 1990 não estão disponíveis.

Apesar do expressivo crescimento da corrente global entre 1996 e 2008, que praticamente dobrou nesses 12 anos, Brasil, Rússia, Índia e China expandiram suas exportações a taxas ainda mais elevadas (ver gráfico 1) e reforçaram a sua importância no mercado mundial.

De acordo com dados do Banco Mundial, em 1990 os países do BRIC representavam 8% Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e em 2006 passaram a representar 12% da economia global

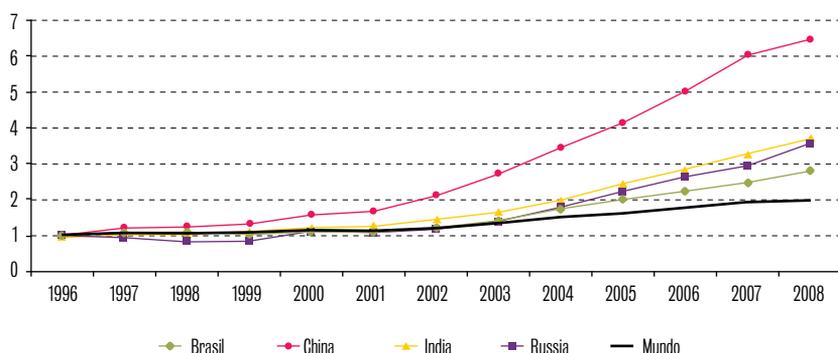
Segundo destacou Renato Baumann, representante da Cepal (Comissão Econômica

para a América Latina e Caribe) no Brasil, o desempenho recente destas economias e seus indicadores macroeconômicos auxiliaram na mudança de perspectiva em relação às suas potencialidades de crescimento. Sobre tudo porque, em comum, estas economias apresentam grandes mercados internos que “aumentam as possibilidades para que possam obter ‘exportações viabilizadas pelo crescimento’, em vez de um ‘crescimento liderado pelas exportações’”, o que lhes confere um espaço maior de participação nas relações internacionais, argumentou o pesquisador no texto *O comércio entre os países do BRIC*, divulgado durante o evento em Brasília. Alguns estudos chegam

a apontar que os nos próximos 50 anos o BRIC poderá superar o G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) como principal força propulsora da economia global.

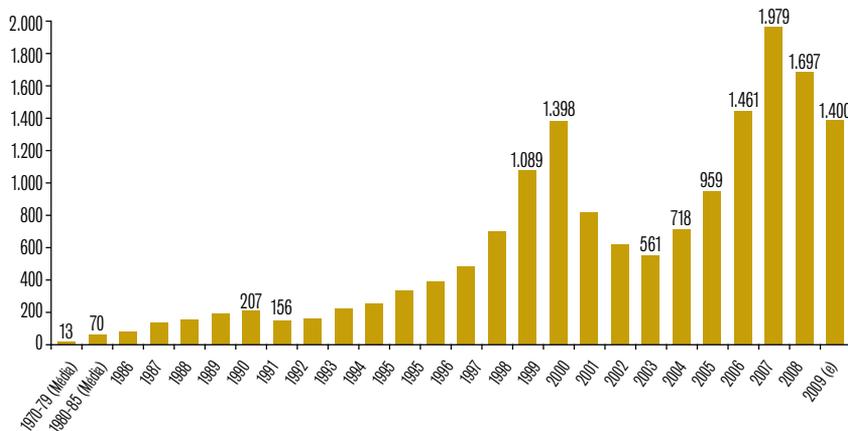
INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS Parte do crescimento destes países se explica pelos investimentos diretos externos (IDE) feitos em suas economias, e por suas economias. A Unctad, órgão das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento, estima que em 2009 o fluxo total de IDE tenha alcançado US\$ 1,4 trilhão, após pico de US\$ 1,97 trilhão em 2007, e US\$ 1,69 trilhão em 2008 (ver

Gráfico 1: Evolução do valor exportado – números-índices



Fonte: Un Comtrade; Elaboração própria.
Notas: 1. Os valores nominais foram deflacionados pelo produtor price index (PPI)

Gráfico 2: Fluxos Mundiais de Investimento Direto Estrangeiro (US\$ bilhões)



Fonte e Estimativa (e): UNCTAD/Elaboração: AGLacerda



“A participação das economias em desenvolvimento no fluxo global de IDE subiu de 31% em 2007 para 43% em 2008, mudando o cenário de investimentos”

Radhika Kapoor,
Conselho Indiano para Pesquisa em Relações
Econômicas Internacionais

18%

de estoque

de IDE do PIB faz do Brasil o país
mais internacionalizado do BRIC

gráfico 2). O órgão da ONU projeta que a partir de 2011 os fluxos de IDE se recuperem consistentemente, com boa parte deste fluxo sendo gerada e absorvida pelos BRIC.

Radhika Kapoor, do Conselho Indiano para Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais (ICRIER, na sigla em inglês), destacou, durante o evento do Ipea em Brasília, que apesar do declínio em volume global de IDE nos últimos anos, a quantidade destes recursos que foi absorvida pelos países em desenvolvimento apresentou crescimento de 17% em 2009, em

Tabela 1: Brics – estoque de IDE vs. PIB (em US\$ bilhões, preços correntes de 2008)

País	PIB (US\$ bilhões)	Estoque de Investimento no Exterior (US\$ bilhões)	Estoque de Investimento no Exterior/PIB
Brasil	1,573	162	10%
Rússia	1,677	203	12%
Índia	1,210	62	5%
China	4,402	148	3%

Fonte: UNGTAD-WIR 2009/FMI. Elaboração: ACLacenda



Plataforma petrolífera da Petrobras: estoque de investimentos do Brasil no exterior corresponde a 10% do PIB

relação ao ano anterior. “A participação das economias em desenvolvimento no fluxo global de IDE subiu de 31% em 2007 para 43% em 2008, mudando o cenário de investimentos”, afirmou a pesquisadora indiana.

Dentre os países do BRIC, o Brasil é o mais internacionalizado, com o maior estoque de IDE em relação ao seu PIB (18%), seguido pela Rússia (13%), Índia (10%) e China (9%). Entretanto, considerando os investimentos feitos em outros países, o Brasil fica em segundo lugar. O estoque de investimento no exterior corresponde a 10% do PIB brasileiro, enquanto na Rússia este percentual alcança 12% (ver tabela 1).



Sidney Murrieta

Luciana Acioly: investimento russo se concentra em combustíveis, mineração, siderurgia e telefonia móvel

Apesar de apresentarem perspectiva de recepção e aplicação crescentes destes investimentos, a forma como estes recursos são utilizados varia de acordo com as especificidades econômicas de cada país. Luciana Acioly, coordenadora de Estudos de Relações Econômicas Internacionais do Ipea, citou o exemplo da Rússia, que aproveitando-se do ciclo de valorização das *commodities* minerais na década de 2000, acumulou um elevado nível de divisas (mais de US\$ 439 bilhões ao final de 2009), tornando-se assim a maior fonte de IDE dentre os BRIC.

O IDE russo concentra-se nos setores de petróleo e gás, mineração, siderurgia e telefonia

móvel, detalhou Luciana, acrescentando que cerca de 30% do estoque de IDE russos estão localizados na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que reúne países que faziam parte da URSS, com a União Europeia concentrando mais de 40%. “A Rússia não possui políticas específicas de apoio à internacionalização de suas empresas, tais como incentivos fiscais, financiamentos e seguro contra risco político, mas apesar desta inexistência de políticas específicas, é clara a influência do Estado sob o processo de internacionalização das empresas”, ressalta.

Já Svetlana Glinkina, do Instituto de Economia da Academia de Ciências da Rússia salientou que metade dos investimentos totais da Rússia em 2009 foi IDE. A pesquisadora reconhece que o papel do Estado russo no setor de óleo e gás é muito grande, e que “mudar esta situação hoje é muito difícil, porque as companhias estão lucrando muito com o alto preço do petróleo”. Svetlana avaliou que a melhor maneira de a Rússia superar sua dependência da exportação de *commodities* minerais é aproveitar as grandes reservas em moeda estrangeira e “aplicá-las para organizar créditos específicos para nossas empresas, melhorando sua eficiência e o próprio sistema russo”.



Sidney Murrieta

Para Svetlana, é necessário transformar reservas russas em crédito para empresas

ÍNDIA E CHINA Em termos de IDE, Índia e China estão em posições distintas dentro do BRIC. A China é o país que mais recebe investimentos externos direto dentro do bloco (US\$ 108 bilhões em 2008, sendo o terceiro país que mais recebeu IDE no mundo), enquanto no mesmo ano a Índia recebeu US\$ 42 bilhões, a Rússia recebeu US\$ 70 bilhões, e o Brasil US\$ 45 bilhões.



Sidney Murrieta

Interesse sobre BRICs aumenta e lota plateia do evento que reuniu especialistas brasileiros e internacionais

A Índia, apesar do menor volume de recursos recebidos, apresentou avanço considerável nos seus investimentos externos. Os investimentos feitos por empresas indianas no exterior cresceram de menos de 1% dos investimentos originados em países em desenvolvimento no ano 2000 para 6% em 2008, movimento marcado pelas empresas indianas adquirindo e se fundindo com empresas estrangeiras. Muitas vezes, adquirindo ativos no exterior em volume superior ao seu próprio patrimônio líquido, com ênfase na compra de empresas em países desenvolvidos. As maiores negociações foram: em 2007, a compra da britânica Corus Steel pela indiana Tata Steel no montante de US\$ 12 bilhões, a compra das operações africanas da empresa de telefonia móvel do Kuwait, Zain Telecom, pela indiana Bharti Airtel por US\$ 10,7 bilhões, a compra da norte-americana Novelis pela Hindalco, na área de alumínio, também em 2007, por US\$ 6 bilhões, e a emblemática compra da britânica Jaguar-Land Rover pela Tata Motors, em 2008, pelo montante de US\$ 2,5 bilhões.

Estas fusões e aquisições, no entanto, estão altamente concentradas no setor automotivo e em Tecnologia da Informação (TI). Segundo Radhika, isso se dá porque tradicionalmente os países desenvolveram primeiro seu setor primário, em seguida o secundário e por último o terciário. “Na Índia desenvolvemos primeiro o setor primário, mas pulamos o estágio de expandir o setor secundário, e avançamos muito o setor terciário. Agora temos que elaborar políticas para auxiliar o desenvolvimento do setor manufatureiro, até por uma questão de geração de empregos para a mão de obra menos qualificada”, avalia a pesquisadora do ICRIER.

Para Radhika, o IDE deve auxiliar precisamente no fortalecimento do setor manufatureiro indiano, para evitar a manutenção do que ela chama de “círculo vicioso”, no qual o setor de serviços, por ser mais desenvol-



Centro de Beijing: China lidera ranking de investimentos diretos externos dentre os BRIC



Jaipur, na Índia: país quer usar investimentos estrangeiros para desenvolver setor secundário

14%

do PIB mundial

é formado pelos países do BRIC

vido, atrai mais trabalhadores qualificados, que por sua vez o alavancam ainda mais. Ela explica que historicamente houve uma mudança, iniciada na presente década, do perfil de investimentos externos na Índia: “quando a economia indiana se abriu em 1991 o primeiro setor que a ser explorado foi o de manufatura, que recebeu mais IDE. O setor de serviços só se abriu em 1997. Entretanto, entre 2000 e 2005 o IDE para o setor de serviços dobrou, gerando esta disparidade”.

A China, por sua vez, apresenta números superlativos em termos de investimento externo. Com taxas médias de crescimento em torno de 10% ao ano nos últimos anos, o gigante asiático atingiu a posição de um dos principais polos mundiais de atração de investimentos, passando a exercer influência em todos os mercados globais. “Juntamente com o rápido do comércio exterior e a maior absorção de tecnologia e recursos de grandes empresas estrangeiras, a China se destacou por aprofundar o processo de internacionalização das suas principais corporações”, frisa Luciana Acioly.

“Os fluxos de investimento direto chinês no mundo multiplicaram-se por mais 60 vezes entre 1990 e 2008, segundo os dados da Unctad. Quando o país iniciou seu processo de abertura econômica em 1979, esses investimentos saíram de um valor próximo a zero para atingir US\$ 830 milhões em 1990 e, posteriormente, US\$ 52,1 bilhões em 2008”, destaca a pesquisadora do Ipea.

Com taxas médias de crescimento em torno de 10% ao ano nos últimos anos, o gigante asiático atingiu a posição de um dos principais polos mundiais de atração de investimentos, passando a exercer influência em todos os mercados globais

O investimento direto chinês no mundo concentrou-se majoritariamente no setor de serviços, seguido pelo setor primário. Dados de estoque de IDE de 2008 mostraram que os serviços relacionados a negócios responderam por 30% do total, o setor financeiro por 20%, enquanto que as atividades do setor primário contabilizaram 13%, sendo que quase a totalidade desses recursos foi aplicada nas atividades mineradoras (ver gráfico 4).

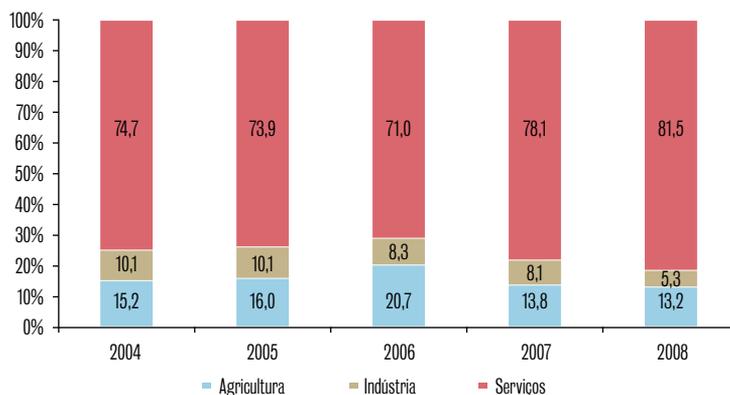
As características do processo de internacionalização da China “responderam à estratégia e ao conjunto de políticas determinadas pelo governo a fim de controlar o *timing* e dispersão setorial e espacial de saída dos investimentos”, explica Luciana. (ver tabela 1) Até o final da década de 1990 os investimentos chineses no exterior eram fortemente restringidos pela *State Admi-*

nistration of Foreign Exchange (SAFE), e, na década seguinte, essas restrições foram sendo gradualmente reduzidas.

Atualmente a China procura balancear esta forte participação no comércio internacional com maior peso político em órgãos multilaterais. Neste sentido, Liu Youfa, vice-presidente do Instituto Chinês de Estudos Internacionais, destacou que um dos objetivos do país, juntamente com os demais que conformam o BRIC, é “transformar poder econômico em influência geopolítica”. Youfa ressaltou a importância do bloco em números: segundo ele, os países do BRIC respondem por 42% da população global, 40% da superfície terrestre, 75% das reservas internacionais em dólar ou títulos lastreados nesta moeda, além de 14% do PIB mundial, sendo responsáveis por metade do crescimento anual deste último. Ele cita que os países do bloco têm desafios comuns a enfrentar, e dá especial destaque a “uma reforma do sistema político e econômico mundial e a formação de uma nova ordem global”.

NOVO PADRÃO MONETÁRIO Parte dos esforços para a reforma do sistema econômico passa pela alteração do padrão monetário internacional. Com a confiança no dólar arranhada após a crise financeira interna-

Gráfico 4: China – Distribuição setorial do estoque de IDE (2004-2008)



Fonte: UNCTAD (www.unctad.org/fdistatistics). Elaboração: Ipea



Painel reuniu economistas e pesquisadores de Brasil, Rússia, Índia e China para debater evolução e desafios dos BRIC após crise econômica mundial

cional, os países do BRIC esboçam sinais de que é preciso buscar alternativas para a dependência do dólar, para salvaguardar suas reservas em eventual desvalorização e para uso nas transações monetárias do comércio internacional entre Brasil, Rússia, Índia e China.

Desde antes da primeira cúpula dos países do BRIC, ocorrida em junho do ano passado em Ecaterimburgo (Rússia), se avanta possibilidades tais como compor as reservas internacionais com os bônus emitidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e como firmar acordos de trocas cambiais (swap) para a cesta de moedas do BRIC.

A discussão de mudança do padrão dólar nas reservas internacionais e nas transações comerciais foi debatida durante o evento do **Ipea**, paralelo à reunião de cúpula do BRIC. “Não é descartado que isso possa ocorrer”, assinalou na ocasião Márcio Pochmann, presidente do **Ipea**. Ele lembrou que a mudança do padrão

libra-ouro para o padrão dólar levou 30 anos, mas afirmou que “não é desprezível a possibilidade de comércio não feito mais com o padrão do dólar”. Pochmann salientou que o Brasil já vem testando com outros países a possibilidade de intercambiar com moedas nacionais, e citou as transações entre Brasil e Argentina feitas desde 2009 em real e peso.

A questão do padrão monetário é especialmente delicada para a China que possui mais de US\$ 1 trilhão em reservas internacionais. “O país com a moeda de referência tem que ter mais espírito de responsabilidade”, disse durante o evento o vice-presidente da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Li Yang, em referência velada aos Estados Unidos.

Além da responsabilidade monetária, o chinês aponta para a hegemonia na governança global. “Após a crise financeira reconhece-se que o sistema monetário internacional não só está impotente para lidar com a crise mas, o que é pior, serve para aguçar e espalhar a

crise financeira”, criticou. Yang reconhece, no entanto, que a reforma monetária internacional é uma tarefa de longo prazo, e que o papel dos países do BRIC é limitado, pois a mudança depende de toda a comunidade internacional.

“não existe no curto prazo a menor perspectiva de extinção do dólar norte-americano como padrão de troca. A estrutura internacional está montada sob a hegemonia norte-americana”

André Vieira,
técnico em planejamento e pesquisa do Ipea

Yang disse diplomaticamente que a China “observa com interesse” a diversificação das reservas internacionais e as trocas comerciais com as próprias divisas dos países.



Vladimir Davydov, diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências Russa

Vladimir Davydov, diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências Russa, se revelou mais cético com as possibilidades de mudança do padrão monetário. Ele identifica em diferentes zonas geográficas, como na Europa com o Euro, alguma “busca de solução”, mas pergunta se “há vontade política e possibilidade técnica para realizar as mudanças?”. Sua resposta é que “não”, mesmo estando o atual sistema monetário sob dúvidas.

Para André Vieira, técnico em planejamento da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dicod), “não existe no curto prazo a menor perspectiva de extinção do dólar norte-americano como padrão de troca.

A estrutura internacional está montada sob a hegemonia norte-americana”, ponderou. O economista aponta que o principal interessado na troca do padrão monetário é a China, por razões de hegemonia econômica e política. “A moeda é uma construção social. A sociedade se vê no seu equivalente geral, mas limitada nacionalmente. A única moeda que extrapolou isso foi o dólar norte-americano”, explica. Segundo Vieira, o esforço de um país que quer transformar-se em hegemônico passa por transformar a sua moeda, um papel simbólico de troca, em uma moeda “universalmente conhecida. É uma coisa de longo prazo que interessa ao país que hoje se lança como desafiante do futuro”, conclui. 

Uma nova liderança

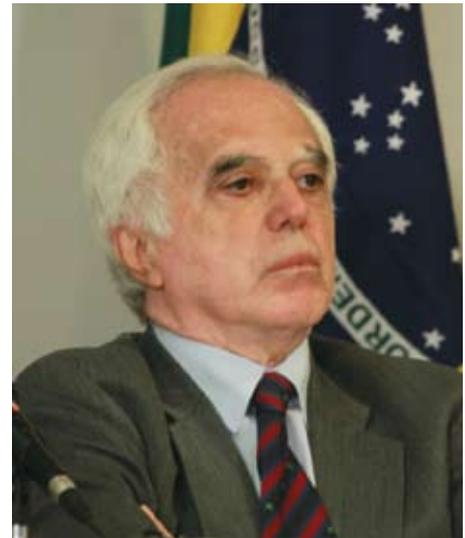
O desejo de uma nova governança tem sido sistematicamente afirmado nos fóruns diplomáticos e nas reuniões dos líderes políticos internacionais. Em recente declaração conjunta, após a II Cúpula do BRIC em Brasília, os chefes de governo dos quatro países ratificam a demanda de que o G-20 (grupo das principais economias mundiais e mais os países emergentes), do qual participam, se torne o principal fórum de coordenação econômica e cooperação internacional. Os países do BRIC também querem maior equilíbrio na composição técnica e no poder de voto no Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Além do G-20 e da reforma das chamadas “instituições da Conferência

“o sistema de governança mundial tem a sua inércia. Além da vontade política necessitamos de capacidade técnica para resolver os problemas”.

de Bretton Woods”, os chefes de governo do BRIC manifestaram apoio às pretensões brasileira e indiana de assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Segundo o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Antonio Patriota disse à Desafios do Desenvolvimento, “há um consenso que as aspirações indiana e brasileira à participações mais ativas no Conselho de Segurança são legítimas e merecem apoio”.

A demanda por uma maior participação do Brasil e demais países em desenvolvimento em uma nova governança global tem sido tônica da atuação do Itamaraty nos últimos anos. Para o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador e ex-secretário-geral do MRE, “é importante afirmar de forma democrática, não agressiva e não hegemônica os interesses das nossas sociedades”.



Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Secretaria de Assuntos Estratégicos

Apesar do consenso entre os quatro países sobre a necessidade de renovação, as reformas nos organismos internacionais podem demorar. Para Vladimir Davydov, diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências Russa, “o sistema de governança mundial tem a sua inércia. Além da vontade política necessitamos de capacidade técnica para resolver os problemas”.

Revista do Ipea traz um novo olhar para as relações entre países do hemisfério Sul, e recupera a tradição do debate plural

No ciclo econômico recente, os países em desenvolvimento têm apresentado sistematicamente taxas de crescimento superiores às dos países desenvolvidos e da própria economia mundial. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no período 2003-2008, a taxa de crescimento média da economia global alcançou 5,3% ao ano, e a dos países avançados, 2,8% ao ano, enquanto a dos países em desenvolvimento alcançou 8,6% ao ano.

Para 2010, o FMI projeta uma recuperação mais rápida das economias em desenvolvimento, que apresentariam uma taxa de crescimento de 6,3%, enquanto os países desenvolvidos teriam uma expansão de apenas 2,3%.

Esse maior dinamismo das economias em desenvolvimento abre a possibilidade do fortalecimento de diferentes vínculos entre estes países: no comércio internacional, na cooperação científica e tecnológica, no combate aos efeitos das mudanças climáticas, na luta contra a fome e a pobreza etc.

Esta nova geopolítica que se desenha direciona a publicação quadrimestral do *Ipea*, a revista *Tempo do Mundo*, lançada em português e inglês em março deste ano, em São Paulo. A capa da revista já evidencia essa nova correlação de forças, com um mapa-múndi de cabeça para baixo, mostrando os países do hemisfério Sul no hemisfério Norte.

O nome da revista é uma homenagem ao historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), um dos pensadores mais importantes do século XX e um dos fundadores da Universidade de São Paulo (USP). Braudel cunhou o termo “Tempo do Mundo” no terceiro volume da sua obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo”, um dos seus textos fundamentais. O trabalho recolhe as reflexões do autor sobre a vida material e econômica entre os séculos XV e XVIII no

Mediterrâneo, expondo o desenvolvimento da economia de mercado e o capitalismo, através de termos como Jogos de Troca e As Estruturas do Cotidiano. Em *O Tempo do Mundo*, Braudel faz uma síntese histórica da dinâmica do capitalismo.

Para Milko Matijascic, assessor chefe da presidência do *Ipea*, a homenagem a Braudel traduz a essência da revista, que busca pensar no longo prazo, com embasamento histórico. Milko espera recuperar com a revista *Tempo do Mundo* uma velha tradição de debate transdisciplinar.

A ênfase na temática do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva Sul-Sul, propõe o debate de experiências bem sucedidas em cada um dos países que integram este eixo – no campo energético, na produção de alimentos, nos sistemas de proteção social, na educação.

BRASIL NO SUL-SUL O Brasil tem ainda uma contribuição muito pequena no pensamento da economia política, em comparação com a importância que o país vem tomando no mundo. “Precisávamos criar um veículo de pesquisa brasileira em que intelectuais possam levar suas idéias ao mundo e em que pesquisadores internacionais possam trazer suas idéias para o Brasil”, explica Matijascic, citando o surgimento da revista.

Já para Marcos Antônio Cintra, diretor adjunto de cooperação técnica e políticas internacionais do *Ipea*, e um dos organizadores da revista, “há sinais evidentes da liderança do Brasil em diferentes negociações internacionais”. Ele cita o exemplo das negociações realizadas no âmbito do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) entre países em desenvolvimento, denominada *Rodada São Paulo*.

Essa rodada tem como objetivo promover o comércio internacional e aprofundar

os mecanismos de cooperação entre os países em desenvolvimento. Em dezembro de 2009, 22 países em desenvolvimento aprovaram as modalidades básicas de acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais. O documento acordado teve como base a proposta brasileira.

Para Cintra, os benefícios desse acordo para o comércio exterior e para as relações Sul-Sul podem ser enormes. “Esses países respondem por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 15% do comércio internacional. O consumo doméstico nesses países tem apresentado altas taxas de crescimento, acompanhando o acentuado dinamismo das estruturas produtivas”, diz o diretor do *Ipea*.



Revista *Tempo do Mundo*, lançada em português e inglês, reforça atualidade do debate Sul-Sul

Nestes países, a formação de novas classes médias está em pleno andamento, e pode apresentar uma trajetória relativamente longa de crescimento, uma vez que mais de 2,6 bilhões de pessoas habitam esses territórios, correspondendo a aproximadamente 38% da população mundial, cita Cintra.

Verônica Goyzueta — de São Paulo



Os BRIC e o G20 financeiro

Uma das faces da cooperação entre os países que formam o acrônimo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – se revela na atuação conjunta em diferentes fóruns multilaterais de negociação. Desde a Cúpula do G20 financeiro de Washington em novembro de 2008, por exemplo, esses países passaram a defender a reforma do sistema financeiro internacional, a reestruturação das instituições financeiras multilaterais e este fórum enquanto instância qualificada para tratar destas questões.

Em 16 de março de 2009, por ocasião do encontro de ministros da fazenda e presidentes de bancos centrais do G20, o comunicado dos representantes dos BRIC reforçou a intenção de sedimentar o G20 financeiro como protagonista das respostas à crise e fórum dos desafios financeiros e econômicos internacionais. Salientou ainda a necessidade de reformar a estrutura de cotas e votos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Vale citar o seguinte trecho do documento: “A redistribuição da representatividade no *Executive Board* [do FMI] e no Comitê Financeiro e Monetário Internacional resultariam numa representação mais equilibrada dos membros da organização.”

Em 16 de junho de 2009, três meses antes do encontro do G20 financeiro em Pittsburgh, os líderes dos BRIC se encontraram em Ekaterimburgo, na Rússia. Esta cúpula, a primeira entre esses líderes, sedimentou os BRIC como fórum de diálogo e atores relevantes nas discussões sobre a reforma da ordem financeira internacional. No documento final de Ekaterimburgo, os BRIC reiteraram seus pleitos por maior participação nos fóruns multilaterais, com destaque para aqueles que tratam da “reforma da arquitetura econômica e financeira”. Foram

citadas também iniciativas de coordenação econômica relacionadas à superação da crise, às mudanças na economia global, às práticas regulatórias e ao gerenciamento de risco no sistema financeiro internacional.

No encontro do G-20 em setembro de 2009, em Pittsburgh, os BRIC desempenharam novamente papel relevante ao defender a reforma do poder decisório no FMI e, por meio da mediação dos EUA, conseguiram que a União Europeia concordasse em ampliar a participação dos países em desenvolvimento de 40% para 45% nas cotas do Fundo. Reforma que deverá ser concluída até janeiro de 2011. O mesmo ocorreu no Banco Mundial, cuja participação dos países em desenvolvimento no direito de voto deverá ser ampliada de 44% para 47%.

A estreita cooperação dos países membros do BRIC permitiu outro avanço político relevante. De forma inusitada, os quatro países em conjunto terão efetiva capacidade de veto sobre as decisões referentes ao uso e à governança do *New arrangements to borrow* (NAB) gerido pelo Fundo. O NAB constitui um *pool* de reservas com a finalidade de reforçar a capacidade financeira do FMI e complementar suas cotas, que representam seu *funding* por meio do qual financia suas operações de crédito. O NAB forma, portanto, uma segunda linha de defesa da liquidez internacional, que pode ser acionada em situações de elevada aversão ao risco, quando as cotas se revelam insuficientes para atender a demanda de recursos do Fundo.

Foi acordado que o valor total do NAB não ultrapassará US\$ 600 bilhões e o Brasil contribuirá com até US\$ 14 bilhões. Esse *pool* de reservas terá caráter temporário, com vigência prevista até novembro de 2012; o aporte de recursos poderá ser realizado mediante empréstimos ou por meio da

aquisição de notas ou bônus emitidos pelo Fundo; os BRIC passarão a deter em conjunto mais de 15% de participação no acordo. Essa proporção lhes garantirá poder de veto sobre as decisões tomadas, influenciando, portanto, a utilização e o gerenciamento desse enorme volume de reservas internacionais. Isso porque decisões relevantes – tais como disponibilizar os recursos para o FMI, incluir novos participantes, aumentar as contribuições dos participantes, alterar as condições dos empréstimos etc. –, exigirão a aprovação de participantes com um percentual de pelo menos 85% do total dos recursos do NAB.

A segunda cúpula dos BRIC aconteceu antes do quarto e quinto encontros do G20 financeiro, previstos para junho e novembro, respectivamente em Toronto no Canadá e, em Seul na Coreia do Sul. Esperam-se novos alinhamentos de posições dos BRIC para estes próximos encontros do G20, a partir da reunião em Brasília.

Enfim, como ficou claro nos debates promovidos no âmbito da *Cúpula BRIC de Think Tanks*, provenientes de instituições governamentais de estudos e pesquisas aplicadas dos quatro países, realizada também em Brasília entre os dias 14 e 15 de abril de 2010, os BRIC consolidam-se como um fórum político, pleiteando reformas das instituições financeiras multilaterais, do sistema financeiro internacional, bem como da reinserção do debate sobre o desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, articulam-se como atores internacionais relevantes, influenciando a reconfiguração da governança global. 

Luciana Acioly é Coordenadora de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Deint) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Hugo Roth Cardoso é Bolsista da Deint/Ipea – Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais



A cooperação espacial sino-brasileira

Diversos trabalhos acadêmicos têm se dedicado à análise da expansão das relações econômicas entre Brasil e China. De fato, o crescimento dos fluxos de comércio e investimento entre os dois países tem sido bastante notável, sobretudo nos últimos dez anos. Além da economia, entretanto, há uma “outra pauta” das relações sino-brasileiras que também cresceu em importância. Na verdade, ao mesmo tempo em que as relações econômicas se expandiam, a cooperação bilateral também avançava (embora mais lentamente) em áreas tão diversas como as da proteção ambiental, da educação e da pesquisa espacial.

A cooperação espacial é, especificamente, um dos temas de maior profundidade das relações sino-brasileiras. Nos últimos vinte anos, a China tem sido o país com o qual o Brasil mais coopera neste setor. Até o momento, já ocorreram os lançamentos de três satélites de órbita polar, denominados de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), todos eles desenvolvidos em parceria pelos dois países, o que tornou este projeto a experiência de cooperação espacial de maior sucesso entre as já realizadas por países em desenvolvimento. Nos próximos três anos, ainda estão previstos os lançamentos de mais dois satélites CBERS.

O CBERS é um satélite de sensoriamento remoto que fornece imagens da superfície da Terra para a utilização em diversas formas de monitoramento: desmatamento e queimadas, recursos hidrológicos e oceânicos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, entre outros. O acordo que deu início ao projeto foi assinado em 1988. Nele foi previsto que seriam inicialmente construídos dois satélites, com as despesas sendo divididas em 30% para o Brasil, onde o projeto ficou a cargo do Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (INPE), e em 70% para a China, onde ficou a cargo da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial. No Brasil, seis empresas e uma instituição de pesquisa foram contratadas pelo INPE para o desenvolvimento e/ou fabricação dos componentes brasileiros do satélite. Outras dezenove empresas também se envolveram no projeto, por meio de subcontratações.

O primeiro satélite, o CBERS-1, teve a parte brasileira concluída em 1996 e a chinesa em 1997. Em 1999, por fim, ocorreu o seu lançamento, realizado no Centro de Lançamento de Taiyuan, na China. No ano seguinte, o segundo satélite, o CBERS-2, teve a fabricação de seus componentes concluída, os quais foram então encaminhados ao INPE para a realização da montagem, integração e testes. Em 2003, o CBERS-2 foi lançado, substituindo o CBERS-1, cuja vida útil já havia se encerrado.

Com o sucesso do primeiro lançamento (1999), ambos os países assinaram, em 2000, um acordo para o desenvolvimento da segunda geração de satélites, prevendo, inicialmente, a construção de dois deles: o CBERS-3 e o CBERS-4. Ao contrário dos satélites anteriores, a participação do Brasil no projeto passou a ser de 50%. Também foram realizados aperfeiçoamentos nas câmeras do satélite, introduzindo-se equipamentos com desempenhos geométricos e radiométricos superiores. O CBERS-3 tem previsão de lançamento para 2011 e o CBERS-4 para 2013.

Além do CBERS-1 e 2, foi construído um terceiro satélite da primeira geração, o CBERS-2B, lançado em 2007. A decisão de construí-lo adveio do fato de que a vida útil do CBERS-2 estava prevista para se encerrar em 2008, em conjunto com o fato de que o cronograma do CBERS-3 encontrava-se em atraso.

Todas as imagens produzidas pelo CBERS são disponibilizadas gratuitamente. No Brasil,

elas são utilizadas em diversos programas, destacando-se: o Canasat, para o mapeamento das plantações de cana-de-açúcar; os sistemas Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e Degrad (Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira), para o monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal; e o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, destinado a subsidiar com informações o Ordenamento Territorial do Brasil. Os países da América do Sul que estão na área de abrangência das antenas do INPE, situadas em Cuiabá/MT, também podem utilizar as imagens. Além disso, acordos de cooperação também têm possibilitado a instalação de antenas em países africanos, por meio do programa *CBERS for Africa*, permitindo-lhes, assim, o acesso às imagens de seus territórios produzidas pelo satélite.

A cooperação espacial sino-brasileira possibilitou ao Brasil ingressar no pequeno grupo de países que detém satélites próprios de sensoriamento remoto. Além disso, permitiu que Brasil e China usufríssem dos benefícios advindos da posse do equipamento, ao mesmo tempo que proporcionou uma economia de recursos em seu desenvolvimento.

Deve ser destacado, também, que esta forma de parceria é um exemplo da ampliação e da diversificação pela qual tem passado a cooperação entre os países em desenvolvimento nos últimos anos. Além dos temas comerciais, estes países têm cooperado, cada vez mais, em áreas estratégicas, a exemplo do que já ocorre há algumas décadas nas relações entre vários países desenvolvidos. 

Rodrigo Fracalossi de Moraes é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)



As transnacionais emergentes

Na década de 2000, houve um aprofundamento do processo de internacionalização produtiva de grandes países emergentes, como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China – reunidos no acrônimo BRIC. Além de grandes receptores de investimento direto estrangeiro (IDE), esses países tornaram-se, também, relevantes exportadores de capital. Em relação ao total mundial, os fluxos de IDE oriundos dos BRIC saltaram de 1,38%, no período 1992-1999, para 3,48%, entre 2000 e 2008. A Rússia é a maior investidora externa entre os BRIC, com um estoque de IDE de US\$ 203 bilhões em 2008, à frente do Brasil, com US\$ 162 bilhões, da China, com US\$ 148 bilhões e da Índia, com US\$ 62 bilhões.

De um modo geral, esse processo iniciou-se com a melhoria das contas externas desses países a partir do final dos anos 1990. O crescente acúmulo de reservas internacionais nos anos seguintes diminuiu as resistências políticas internas à saída de capital, o que deu margem à adoção de políticas liberalizantes dos fluxos de capital em todos esses países. Nos casos do Brasil e da Rússia, países ricos em recursos naturais, o aumento da demanda e dos preços das *commodities* no mercado internacional, foram fatores adicionais de estímulo à internacionalização, uma vez que propiciaram um forte incremento nos lucros, expandindo a capacidade de investimento e de endividamento das empresas desses setores.

Em termos geográficos, o IDE dos BRIC possui algumas semelhanças, como a conexão com os mercados consumidores mais próximos (Brasil-América do Sul, China-Sudeste Asiático e Rússia-Comunidade dos Estados Independentes), e a busca crescente de ativos estratégicos, como marcas e tecnologia, nos

países desenvolvidos, mediante operações de fusão e aquisição. Deve-se destacar, também, a grande participação de paraísos fiscais nos registros de destino dos fluxos de IDE dos BRIC. Tal fato está associado à criação de *holdings*, cujas atividades produtivas se espalham por subsidiárias constituídas em terceiros países, assim como ao acesso a fontes alternativas de *funding*, para o qual também são constituídas filiais nos grandes centros financeiros do mundo. Regiões fora da área de influência imediata dos BRIC, como a África e o Oriente Médio, também têm sido pólos de atração do IDE desses países, especialmente no segmento de *commodities*. No caso da China e da Índia, países menos dotados de recursos naturais, o investimento nesse setor tem como balizador a crescente demanda doméstica e visam, sobretudo, a garantia de suprimento e a previsibilidade dos preços. Nos casos russo e brasileiro, esses investimentos têm sido guiados pela busca da liderança setorial em termos globais, com adoção da estratégia de verticalização crescente em busca dos consumidores finais nos países compradores.

Quanto à estrutura de propriedade das transnacionais, existem algumas diferenças. Na China, o papel desempenhado pelas estatais é preponderante, enquanto na Índia, na Rússia e no Brasil, o processo de expansão internacional é capitaneado pelas firmas privadas, embora nos dois últimos algumas *campeãs nacionais* controladas pelo Estado, como a Gazprom e a Petrobras, estejam entre as empresas mais internacionalizadas. Também no tocante às políticas públicas de incentivo à internacionalização, verifica-se uma grande diferença entre a estratégia da China e as dos demais BRIC. A China é o único dos quatro países que possui uma estratégia clara nesse tema, sintetizada

pelo programa *Go Global*. Entre as políticas de apoio estão a concessão de incentivos fiscais e financeiros, o apoio informacional, o oferecimento de seguro contra risco político, o estabelecimento de acordos internacionais de investimentos e para evitar a bitributação e a criação de zonas especiais de investimentos em outros países. Nos demais países que formam o BRIC, o avanço na elaboração de políticas de estímulo à internacionalização tem sido muito mais tímido. A Rússia e a Índia não possuem instrumentos financeiros, fiscais ou de seguro similares aos existentes na China.

No caso do Brasil, que historicamente conviveu com problemas de balanço de pagamentos, a realização de IDE sempre foi vista com alguma desconfiança. O acúmulo de elevado nível de divisas, porém, abriu espaço para o tema da internacionalização nas agendas governamental e empresarial. Seguindo essa linha, foi instituído em 2009 um grupo de trabalho intragovernamental, coordenado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), com a participação de vários órgãos do Governo Federal, inclusive o Ipea, cujo objetivo é propor políticas de incentivo à internacionalização das empresas brasileiras. O diagnóstico do grupo, consubstanciado em Termo de Referência, aponta que apesar de iniciativas exitosas como o apoio do BNDES aos projetos de expansão de algumas empresas, ainda há espaço para a adoção de políticas que ajudem a dar consistência ao processo de internacionalização das empresas brasileiras. 

André Gustavo de Miranda Pineli Alves é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão é assistente de pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)

Samira Schatzmann é assistente de pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)



A inserção diferenciada da China no comércio internacional

Nas últimas duas décadas, os países emergentes viram sua participação no comércio internacional ampliar consideravelmente. Esse crescimento respondeu, em grande medida, ao desempenho de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) que passaram a realizar proporções cada vez maiores dos fluxos de comércio internacional. Nas exportações mundiais, por exemplo, a participação desses países partiu de apenas 4,8% em 1992 e alcançou 14,2% em 2008. Todavia, enquanto a parcela do comércio internacional detida por Brasil, Rússia e Índia cresceu de forma tímida, aquela realizada pela China se expandiu rapidamente. Dos dez pontos percentuais de aumento da participação dos BRIC nas exportações mundiais de 1992 a 2008, quase sete pontos percentuais foram somente da China, permitindo ao país asiático atingir a participação de 8,9% das exportações mundiais em 2008.

Essa ascensão da China no comércio internacional respondeu, em última instância, à capacidade de articular sua economia ao processo de globalização produtiva. A partir dos anos 1980, a acelerada migração das empresas transnacionais de países desenvolvidos para nações em desenvolvimento, que promoveu a integração das cadeias de produção globais e a expansão do comércio intra-firma, possibilitou à China se inserir nos fluxos globais de comércio. Aproveitando a entrada do capital estrangeiro, o país acabou criando amplas redes de comércio ligadas a essas empresas transnacionais.

Essas redes, contudo, aprofundaram-se não somente pelo processo de globalização produtiva, como também pelo conjunto de

reformas de abertura da economia chinesa. Embora os outros três países do BRIC também tivessem realizados essas reformas, as da China foram particularmente distintas quanto ao *timing* e ao modo de atuação do Estado, sendo tais diferenças responsáveis pela sua inserção diferenciada.

Inicialmente, deve-se ressaltar que as reformas de toda economia chinesa seguiram uma estratégia fortemente coordenada pelo Estado. No caso do comércio exterior, as mudanças começaram com a gestão de políticas macroeconômicas favoráveis à expansão dos fluxos comerciais. De um lado, a política cambial, desde os anos 1990, manteve o iuane depreciado para apoiar as exportações e, em última instância, impulsionar o acúmulo de reservas cambiais em patamares elevados. De outro, as políticas fiscal e monetária foram articuladas de modo a permitir a expansão do crédito, dirigido para realização dos investimentos públicos na indústria e infraestrutura, além de apoiar o desenvolvimento dos setores exportadores, mediante a concessão de isenções tarifárias e melhores condições de financiamento.

Além do manejo das políticas macroeconômicas, a estratégia de inserção comercial da China estabeleceu um conjunto de incentivos a fim de promover a entrada de empresas estrangeiras exportadoras em regiões específicas do país, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). O Estado dirigiu setorialmente essa abertura (priorizando setores de alta tecnologia) e restringiu a entrada de capital estrangeiro em locais onde a indústria nacional podia ser afetada pela concorrência das empresas estrangeiras. O comércio ficou controlado pelo Estado,

por meio das *Trading Companies* (TCs). Essas corporações tinham uma série de restrições para importar e ficavam responsáveis pelos setores estratégicos da indústria nacional.

Esses dois regimes de comércio (ZEEs e TCs) deram ao Estado chinês a oportunidade de, ao mesmo tempo, impedir a entrada de importações e capital estrangeiro em setores considerados prioritários e aproveitar recursos e tecnologias das empresas transnacionais exportadoras. Esse movimento fortaleceu as exportações chinesas e também o crescimento das TCs, em especial nos setores de alta tecnologia. Destarte, a estratégia de abertura comercial, e as políticas executadas para esse fim, foi pragmática e realizou uma importante divisão do trabalho entre o capital externo e o capital nacional que impulsionou as exportações, bem como, a absorção e o desenvolvimento de tecnologias de ponta por parte das empresas nacionais.

Com efeito, as mudanças do comércio chinês foram direcionadas pelo Estado, tanto para controlar como para liberalizar os fluxos de comércio. Partindo dessa perspectiva, a definição do *timing*, dos setores e da estrutura patrimonial do processo de abertura, bem como, do conjunto de políticas macroeconômicas, que sustentaram esse processo, foram determinantes que diferenciaram a inserção comercial da China no mundo relativamente a Brasil, Rússia e Índia. 

Ivan Tiago Machado Oliveira é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão é assistente do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)



Os BRIC e a África

O investimento direto de Brasil, Rússia, Índia e China na África, além do aumento do número de acordos de cooperação na última década, evidencia o relevo da concorrência geopolítica e comercial por uma parte do globo com desafios políticos e econômicos consideráveis, todavia, de oportunidades ímpares. A partir da década de 1990, países africanos, especialmente os subsaarianos, passaram a ser identificados como sócios estratégicos pelos países que mais tarde seriam rotulados como os BRIC. O comércio BRIC-África cresceu de meros US\$8 bilhões em 1990 para US\$166 bilhões em 2008 e, mesmo em um ano de crise como 2009, dados preliminares sustentam que houve continuidade deste crescimento que, por sua vez, cooperou em larga escala para que a África aumentasse sua parcela no comércio global de 1,7% em 2001 para 3% em 2008. Os dados do comércio africano apontam uma mudança profunda e de longo prazo: o principal interlocutor comercial e de cooperação da África deixa de ser o mundo desenvolvido e passa a ser direcionado às quatro grandes potências econômicas emergentes.

Posicionamentos pró-independência e as divisões ideológicas da Guerra Fria, em larga medida, explicam a abertura das atuais lideranças políticas em relação aos BRIC, já que um número ainda expressivo daqueles que estavam à frente dos movimentos de libertação nacional nos anos 1970 permanecem no poder. O primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 foi o Brasil, que também apoiou a independência dos demais países de língua portuguesa, criando as condições para a posterior formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A China, em concorrência direta com a União Soviética, treinou e apoiou

grupos de libertação nacional, enquanto a Rússia (então parte da União Soviética) concedeu bolsas de estudo e envolveu-se tanto diretamente quanto indiretamente em conflitos desde a Etiópia a Moçambique. Índia, por sua vez, embora presa à dinâmica regional do período, manteve voz ativa no continente africano por meio do Movimento dos Não-Alinhados.

Rússia e Brasil detêm recursos naturais globalmente relevantes, ao passo que China e Índia são relativamente menos favorecidos. Necessidades discrepantes à parte, conforme recente comentário de Goolam Ballim, no *Standard Bank Africa Forum*, “os BRIC precisam da África tanto quanto a África precisa dos BRIC”. Parte desta situação é constatada no cronograma político e econômico em relação à África comum aos quatro países.

A China encontra-se à frente e distancia-se mais rapidamente a cada ano. Dois terços do fluxo comercial BRIC-África está em seu controle - dos 54 países do continente, 32 tem a China entre os 5 principais parceiros de importação. Os interesses chineses podem ser mapeados em todas as áreas e dispõem de recursos quase ilimitados. Enquanto isso, a Rússia corre por último, ainda procurando capitalizar com o passado de promotora da independência. Diferente do que ocorre com as empresas chinesas, não há um movimento coordenado de ocupação de espaço no exterior, longe de sua zona de influência direta. Mesmo assim, a África se apresenta como destino preferencial de multinacionais russas em busca de minérios, petróleo e diamantes, em detrimento dos países da Comunidade de Estados Independentes.

Já os números da Índia na África são modestos quando comparados aos chineses. Suas necessidades, no entanto, são da mesma ordem, visto a dependência energética externa.

A empresa estatal de petróleo indiana (ONGC) tem expandido investimentos, com contratos e operações, principalmente na Nigéria e no Sudão. Além do petróleo e outras *commodities*, a Índia investe em gama extensa de indústrias, com especial destaque à infraestrutura.

O Brasil, semelhantemente, tem concentrado suas parcerias mais substanciais na área energética. Angola, Argélia e Nigéria perfazem boa parte dos quase US\$30 bilhões, que elevaram os brasileiros ao décimo lugar no *ranking* dos mais importantes parceiros comerciais da África em 2009. A reaproximação pela cooperação tem pautado a política externa africanista do Brasil e figurado no alto da lista de prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O crescente número de representações diplomáticas brasileiras corrobora a dinâmica comercial do país, além de granjear valiosos votos em fóruns multilaterais, dentro do objetivo maior de inserção internacional soberana. BNDES, Petrobras, CSN, Odebrecht e Vale, além de dezenas de empresas de grande e médio porte, já se estabeleceram firmemente desde o Egito, onde o Brasil domina o mercado de frango, até Angola, país no qual as empresas brasileiras são os maiores empregadores privados.

As condições geradas pela crescente integração produtiva e comercial entre os BRIC e a África detêm o potencial de impulsionar o crescimento sustentável das econômicas do continente e, por conseguinte, a oportunidade de elevar as condições de vida da população. **(II)**

James Tiburcio é assistente de pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)

Fernanda Lira Goes é técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, na Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais (Deint)

Jornada em passos lentos

Rodrigo Zevizkovas – de São Paulo



FACOB

Plenário da Câmara

Projeto que propõe redução da jornada de trabalho vai completar 15 anos no Congresso Nacional e ainda aguarda na fila para entrar na pauta de votação

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, cujo principal ponto é a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, completa 15 anos em tramitação no Congresso Nacional, sem data para ser votada. Apesar de estar há tanto tempo sendo discutida, a proposta divide opiniões, e está longe de ser um consenso.

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, é um dos que é a favor da redução, por considerar que esta medida gera mais empregos. De acordo com o ministro, a participação da massa salarial no custo médio do produto, no Brasil, é de 22%, incluindo encargos. A redução da jornada terá impacto de 1,99% neste custo, que passaria para 23,99%. “Ou seja, com menos de 25% do custo do produto o empresário pagará a seus funcionários. Os outros mais de 75% do custo dos produtos têm outros destinos, entre eles impostos e lucro”, afirma Lupi, acrescentando que “atualmente, 40% dos países do mundo adotam média de 40 horas semanais ou menos, e nem por isso diminuíram sua produção”. Para o ministro, a economia brasileira está madura para assimilar essa mudança.

Reforçando a tese de Lupi, pesquisa do Departamento Interestadual de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – divulgada em nota técnica em novembro de 2007 – aponta que a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais tem potencial de gerar cerca 2, 252 milhões de novos postos no país. O estudo sugere que a redução venha acompanhada de medidas como o fim das horas extras e uma nova regulamentação do banco de horas, que não permitam compensar os efeitos de uma jornada menor de outra forma, ao não ser por meio de novas contratações.

Para o deputado federal Vicentinho, relator da proposta na Câmara, “aprovar esta grande bandeira do movimento sindical brasileiro é uma conquista dos trabalhadores”.

da redução de salário. “Trabalhador com renda significa que as famílias vão consumir mais do que a indústria fabrica e do que o comércio vende”, avalia.



Lupi apoia a criação de uma comissão contra e outra a favor, para criar um campo de negociação e votar a PEC

Ele destacou o “novo patamar civilizatório” que significa a redução da jornada de trabalho no País; “40 horas [de jornada] é o padrão legal predominante nos países industrializados”.

Vicentinho enfatiza: “a Constituição de 1988 reduziu a jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas e não houve desemprego em razão disto. Portanto, o argumento dos empresários, afirmando que a redução da jornada causaria desemprego não encontra respaldo na história recente do Brasil”. Pelo contrário, disse o deputado, “reduzir a jornada é para gerar mais empregos”.

Os sindicatos também são a favor da redução, mas com ressalvas. Artur Henrique, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), defende a redução da jornada, sem que esta seja acompanhada

Entre 2003 e 2008, argumenta o presidente da CUT, a rentabilidade por trabalhador aumentou 21% no comércio, 26% na indústria, 28% na agricultura e 34% nos bancos, sem que este crescimento tenha sido repassado na mesma proporção aos salários. “Se isso é verdade, como que os empresários podem vir à tribuna da Câmara dizer que não dá para assumir esse aumento de 1,9% nos custos?”, indaga.

Por outro lado, estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2007, mostra que, sem a contrapartida de corte de salários, a redução provocaria queda do nível do emprego nos setores de serviços, comércio e na agricultura, que absorvem a maior parcela dos trabalhadores brasileiros, e cujas jornadas já superam a carga atual de 44 horas.

“Todos os setores da economia cresceram ao longo dos últimos 21 anos, sem que o aumento da produtividade tenha sido repassado proporcionalmente ao salário do trabalhador, que ficou com pequenas parcelas de aumento real”

Artur Henrique,
presidente da CUT

A pesquisa indica que 44,5% dos trabalhadores dos ramos de hotelaria e alimentação trabalham acima de 44 horas. Na agricultura, a proporção é de 41,7% e, no comércio, de 33,6%. “A elevação do custo do trabalho incentivaria os empresários a investirem



Juliano Garcia/SEEB-SP

em tecnologia mais intensiva em capital e menos intensivas em mão de obra”, avalia José Márcio Camargo, economista que coordenou o estudo.

O presidente da CNI, deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), disse ser “uma

falácia” a ideia de que a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais criará empregos nas indústrias brasileiras. “A emenda aumentará o custo do salário-hora pago aos trabalhadores em 10%, elevação esta que será repassada aos consumidores, e deve prejudicar a competitividade do produto brasileiro no exterior.”

Falta de qualificação

Outras questões tangenciam a decisão sobre a redução ou não da jornada de trabalho, dentre elas a escassez de mão de obra qualificada, que já levou o Brasil a bater recorde de sobra de vagas no mercado de trabalho formal em 2009. Cerca de 1,7 milhão de vagas específicas oferecidas não foram preenchidas, de acordo com dados da rede pública de agências de emprego – o Sine. Entre as ocupações com maior sobra de vagas estão engenheiros civil e mecânico, nutricionista e farmacêutico. (ver gráfico tabela 2 do Radar)

O presidente da CUT, Artur Henrique, ressalta que jornadas extensas são incompatíveis com uma melhor qualificação do trabalhador, algo necessário para que o país reduza este déficit de mão de obra qualificada.

Já Lupi destaca os números do governo na área de qualificação: No ProJovem (programa governamental de qualificação de jovens trabalhadores), serão

qualificados, este ano, 300 mil jovens. Na área da qualificação adulta, 1 milhão de trabalhadores serão qualificados em 2010, em convênios com estados, municípios e União, diz o ministro. “Mas ainda é pouco, pois com o crescimento do país precisaríamos de 3 milhões de trabalhadores qualificados ao ano.”

Recente pesquisa do Ipea estima que 24,8 milhões de trabalhadores estejam disponíveis para entrar no mercado de trabalho neste ano, sendo que 18,6 milhões serão contratados, destes 2 milhões pela criação de novas vagas, e 16,6 milhões por rotatividade.

Ainda segundo a pesquisa, quatro setores da economia brasileira terão escassez de mão de obra qualificada em 2010. O maior déficit será em comércio e reparação, com a falta de 187.580 trabalhadores. Na sequência estão educação, saúde e serviços sociais (-50.086), alojamento e alimentação (-45.191) e construção (-38.403).



Divulgação

Para Monteiro, ideia de redução de jornada gerando empregos é uma “falácia”

De acordo com Adolfo Sachsida, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), do Ipea, a medida tem dois lados que devem ser pesados antes da decisão final. “Para quem continuar empregado o benefício é claro: vai ganhar o mesmo salário e trabalhar menos horas (o que aumenta o salário-hora recebido). Contudo, o que não aparece é o que é perigoso: a redução da jornada de trabalho reduz a competitividade e a produtividade das empresas. Isto é, a redução da jornada de trabalho pode aumentar a taxa de desemprego da economia. Ou seja, será

mais difícil para quem está desempregado encontrar emprego.”

Ele ainda completa: “devemos lembrar que o Brasil compete com países como China e Índia, reduzir a jornada de trabalho aqui diminui a habilidade das empresas brasileiras em manter seus mercados.”

Sachsida aceita que a redução da jornada de trabalho aumenta a produtividade do trabalhador, mas acredita que isso só não basta. “O incremento na produtividade tem que ser grande o suficiente para compensar a redução nas horas trabalhadas. E, nesse ponto, os estudos empíricos não são favoráveis ao governo. Estes estudos sugerem que o incremento na produtividade do trabalho não são grandes o bastante para compensar a redução da jornada de trabalho. Dessa maneira, a redução da jornada de trabalho é uma ideia equivocada.”

Também do **Ipea**, Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais, discorda. Para Abrahão, tanto a produtividade como a demanda aumentam com a redução da jornada de trabalho: “um dos benefícios é

a geração de emprego. Se você reduz para 40 horas a jornada em todo o país, que em muitos lugares é até maior que 44 horas, vai precisar de mais trabalhadores.” Ele lembra ainda que, além da redução, não se pode permitir que o empregador utilize outras estratégias de compensação, como a hora extra. “Os patrões estão preocupados com o lucro exclusivamente, por isso, vão querer compensar de alguma forma, e é isto que se deve coibir”, completa.

40

horas semanais

de jornada de trabalho tem potencial de gerar cerca 2, 252 milhões de novos postos no país, segundo o Dieese

De acordo com o Comunicado do **Ipea** nº24, de setembro de 2009, a carga horária média de trabalho registra tendência de queda desde a aprovação pela Constituição Federal, em 1988, da jornada máxima de 44 horas semanais. Por ter sido um ato legislativo generalizado para o país todo, o horário médio de trabalho foi acompanhado para praticamente todas as ocupações, indiferentemente de ser formal ou informal, rural ou urbana, pertencente à região rica ou pobre, empresa moderna ou atrasada, etc.

Por isso, o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann, sugere uma mudança ainda mais profunda. “Se a carga horária oficial de trabalho for reduzida das atuais 44 horas semanais para 37 horas, o país teria condições de dar ocupação para toda a população.” Mas ele ressaltou que isso só seria possível caso fossem mantidos os investimentos, a produção e, também, aumentada a capacidade produtiva do país. “Com a redução oficial da jornada para 37 horas, daríamos condições de termos todos ocupados, desde que mantida a produção e



Roberto Parozzi

Manifestações de trabalhadores pela redução da jornada: sindicatos consideram que medida gerará mais empregos

os investimentos, e a capacidade produtiva do país fosse ampliada”, afirmou.

Segundo Pochmann, mais fácil seria alterar a distribuição do tempo de trabalho no Brasil, já que o estudo *Carga Horária de Trabalho: Evolução e Principais Mudanças no Brasil* – divulgado pelo Ipea em agosto de 2009 – registrou que o país tem uma grande parcela de trabalhadores com carga horária bastante reduzida, de um lado, e, do outro, quase a metade de seus trabalhadores com jornadas acima de 44 horas semanais. “Uma melhor redistribuição dessa jornada permitiria mais pessoas ocupadas do que a simples redução da jornada oficial”.

NA PRÁTICA O Comunicado do Ipea nº24 mostra que a redução da jornada de trabalho já ocorre no Brasil, mas não de maneira homogênea, e sim diferenciada por estado, sexo, raça e cor.

“Um dos benefícios é a geração de emprego. Se você reduz para 40 horas a jornada em todo o país, que em muitos lugares é até maior que 44 horas, vai precisar de mais trabalhadores”

Jorge Abrahão,
diretor de Estudos e Políticas Sociais

As informações analisadas foram geradas pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) do IBGE e revelam em quais regiões e estados brasileiros houve maior redução da jornada de trabalho. De 1988 a 2007, a carga horária média semanal trabalhada no Brasil passou de 44,1 para 39,4 - ou seja, queda de 10,7%. O estado de Rondônia (-21,7%), seguido do Piauí (-21%), registrou maior diminuição de horas médias tradicionalmente trabalhadas nesse período de 20 anos. Já as unidades federativas onde a redução foi menor são Amapá (-3,2%), Rio de Janeiro (4,6%) e Distrito Federal (4,6%).

Pelo mundo

Uma amostra de como o Brasil está atrasado em relação a jornada de trabalho é a comparação com os outros países. De acordo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), muitos países já têm jornada entre 40 e 35 horas. Este é o caso de Espanha (39,2), Portugal (39), Áustria (38,6), Itália (38,3), França (38), Finlândia (37,6), Nova Zelândia (37,6), Reino Unido (37), Luxemburgo, (37), Bélgica (36,7), Austrália (36,6), Suécia (36,3), Irlanda (36), Alemanha (35,5), Dinamarca (35,2) e Suíça (35,1).

Noruega e Holanda conseguem ter jornadas de trabalho ainda melhores, 34 e 30,7, respectivamente. República Checa (41,7), Polônia (41,1), Eslováquia (41) e Grécia (40,1) estão próximo das 40 horas semanais.

Entre os países de OCDE, o que tem os trabalhadores que passam maior parte do dia na labuta é a Coreia do Norte (46.6).

Hoje, a própria ideia de um teto máximo de horas de trabalho por semana é questionada na Europa. Bruxelas estabelece o limite de 48 horas, atendendo ao lobby dos países do leste, como a República Checa.

Entre homens e mulheres, essa alteração na jornada também ocorreu de maneira desigual. Atualmente no Brasil a carga horária média de trabalho semanal para o sexo feminino é 17,6% inferior à do sexo masculino. Diferenças também são visíveis quando a análise é feita por raça/cor. O estudo do Ipea alerta, porém, que o “maior uso das horas extras, bem como a presença de ocupados com jornadas mínimas de trabalho, pode não estar refletindo a melhora geral das condições e relações de trabalho no Brasil”.

Há também diferença por categorias. Os trabalhadores com sindicatos mais organizados já conquistaram acordos de redução da jornada sem cortes nos salários. Segundo cálculos do professor José Pastore, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo (FEA-USP), em seis anos o número de trabalhadores que trabalham até 40 horas subiu de 28,6% para 31,97% do total.

Também o número de acordos entre sindicatos e empresas tem crescido em todo o país. Entre 2002 e 2008 (último dado disponível), a quantidade de brasileiros com carteira assinada e jornada de 40 horas deu um salto de 56%, afirma Pastore. Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(PNAD), do IBGE, ele estima que o número de trabalhadores com jornada de 40 horas subiu de 6,9 milhões para 10,8 milhões nesse intervalo, e com isso, este grupo passou a representar 31,97% do total de trabalhadores formais no país, contra 28,6% em 2002.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, por exemplo, fechou no primeiro quadrimestre deste ano 22 acordos com empresas, que envolvem mais de 5,5 mil trabalhadores, prevendo redução gradual da jornada. Já os trabalhadores químicos das indústrias farmacêuticas de São Paulo cumprem jornada de 40 horas desde setembro de 2009.

Nas montadoras, por exemplo, a jornada de 40 horas já é praxe. “Mais de 80% da nossa categoria têm jornada entre 40 e 42 horas”, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre.

O diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Francini, destaca que a Fiesp não é contra a redução da jornada. “Somos a favor da negociação caso a caso. Muitos acordos já foram fechados, tanto que média de horas trabalhadas é de 41 horas semanais”, disse. 

Distribuição da renda é Desenvolvimento

Monica Simioni - de Brasília

A recente política de valorização do trabalho, com recuperação real do salário mínimo e com geração de milhões de empregos com carteira assinada, foi fundamental para amortecer os impactos da crise mundial. Mas é preciso melhorar a distribuição funcional da renda a favor dos salários, fazendo com que a parte das rendas do trabalho cresça como proporção do PIB.



Stock

Uma das maiores conquistas do Brasil nos últimos anos foi a retomada de uma trajetória de crescimento. Desde 2004-2005 o país voltou a crescer, dando início a uma expansão contínua, agora retomada após a crise econômica de 2009.

Depois de períodos sombrios de modesto desempenho do crescimento – período de elevado desemprego onde as rendas do trabalho impulsionavam o consumo interno de forma muito modesta –, a economia brasileira voltou a crescer chegando a 6% em 2007 e 5,1% em 2008. E mesmo em 2009, quando da crise internacional, a economia ficou apenas estagnada.

O Produto Interno Bruto (PIB) consiste na soma de tudo que é produzido, entre mercadorias e serviços, e sua variação é, portanto, a indicação do ritmo de crescimento econômico. Mas há ainda um indicador econômico-social determinante que normalmente recebe menor destaque: a distribuição funcional da renda, ou seja, a proporção dos salários e outros rendimentos como partes do PIB.

Desde 2004 registramos um aumento da participação relativa dos salários no PIB (ver gráfico), saindo de 30,8% (seu ponto histórico mais baixo) e chegando a 32,7% em 2007 (último registro). Isso foi possível pelos seguintes motivos: crescimento econômico realizado de forma contínua, possibilitando a formalização das relações de trabalho, isto é, mais carteiras assinadas, o que possibilita mais décimos terceiros pagos e férias remuneradas (que correspondem a 1/3 do salário); política de aumento real do salário mínimo e, conseqüentemente, o aumento das remunerações dos trabalhadores informais uma vez que o piso maior para o mercado formal influencia

os demais rendimentos das ocupações não formalizadas de acordo com a legislação em vigor; aumento da produtividade do trabalho, proporcionando a redução de custos da produção, o que aumentou grande parte dos salários de forma real.

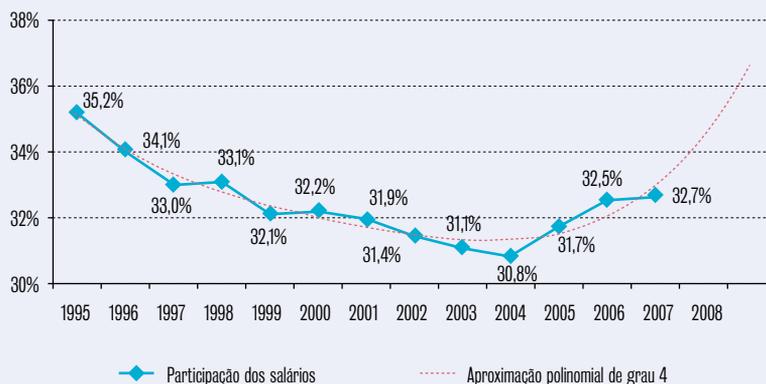
CRESCIMENTO, GINI E SALÁRIOS O primeiro Sensor Econômico de 2010, divulgado em março pela Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea, aponta que entidades do setor produtivo esperam que o PIB tenha um aumento de, pelo menos, 5,2%, apostando num crescimento econômico com estabilidade e geração de mais de 1,5 milhão de empregos formais. A informação é positiva, portanto, é possível que os salários cresçam ainda mais como proporção do PIB. O último dado divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre a participação dos salários no PIB refere-se ao ano de 2007. É provável que, em 2008, tenha ocorrido uma substancial melhora em favor dos salários, já que naquele ano

“Todos os fatores que contribuíram positivamente em 2006, 2007 e 2008 se mantêm. Em 2009 houve estagnação, e 2010 será muito bom. E crescimento é requisito básico para melhorar a distribuição funcional da renda a favor dos trabalhadores”

João Sicsú
diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea

a economia cresceu forte e houve recorde de geração de empregos com carteira assinada. Em 2009, é provável que tenha havido uma paralisação desse processo de recuperação em virtude da estagnação econômica. Em 2010, muitos esperam que os salários venham a ocupar uma parcela maior ainda do PIB devido às condições serem muito favoráveis.

Participação dos salários no PIB



Fonte: Ipeadata – Contas Nacionais



João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea

Distribuição funcional da renda: analisa a repartição do PIB entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados.

Distribuição pessoal da renda: verifica os rendimentos que pessoas e famílias recebem.

Desde o surgimento da Economia como ciência, a distribuição da renda sempre foi um de seus principais temas. Sua análise se desdobra em diversos critérios e dimensões. Se o foco for a inserção no processo produtivo, o conceito a ser utilizado é o da distribuição funcional da renda, que descreve como o total dos ganhos de uma economia em determinado período é repartido entre seus segmentos sociais, dividindo-se assim entre as rendas do trabalho e as rendas derivadas da propriedade (terra, capital, etc.). As tabelas de “Recursos e Usos” das Contas Nacionais, calculadas pelo IBGE, constituem a principal fonte de dados para esse tipo de medida na economia brasileira. Outra análise possível é o da distribuição pessoal da renda, que descreve como a renda do país é repartida entre os indivíduos. Este é o procedimento comumente adotado pelo IBGE na divulgação de suas pesquisas que investigam características individuais dos residentes no Brasil (por exemplo, através de sua conhecida PNAD).

O índice de Gini – que mede o grau de concentração da distribuição pessoal de renda variando de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima) – mostra que houve alguma alteração do quadro econômico-social, tendo passado de 0,563 em 2002 para 0,521 em 2008 (último registro). O índice de Gini mede basicamente a desigualdade existente entre as remunerações dos trabalhadores e beneficiários de transferências governamentais e, dessa forma, o grau de desigualdade do que se convencionou chamar de distribuição pessoal da renda. Portanto, a distribuição pessoal e funcional da renda, ambas, indicam que o Brasil se desenvolveu nos últimos anos, mas mostram, também, que ainda estamos muito longe do patamar desejado.

Segundo João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, a trajetória do PIB brasileiro deve continuar: “Todos os fatores que contribuíram positivamente em 2006, 2007 e 2008 se mantêm. Em 2009 houve estagnação, e 2010 será muito bom. E crescimento é requisito básico para melhorar a distribuição funcional da renda a favor dos trabalhadores. Embora seja positiva a elevação da participação dos salários no PIB, do ponto de vista da desconcentração funcional da renda, o nível ainda é muito baixo. Há países desenvolvidos que a proporção dos salários no PIB está entre 55% e 60%”.

A política monetária parece não estar alinhada com um projeto de desenvolvimento de longo prazo, esta é a crítica feita por muitos, inclusive dentro do próprio governo: o vice-presidente da República, José Alencar, não se cansa de fazer essa crítica. Tal política monetária faz com que o Brasil pratique as mais altas taxas reais de juros do mundo. João Sicsú afirma que “para mudarmos a atual distribuição do produto do país é muito importante manter a política de recuperação do salário mínimo e também reduzir os juros” porque o pagamento de juros é feito aos detentores de capital financeiro. “Quanto mais juros, menos salários, já que o PIB é um só”, afirma o diretor do Ipea.

O ESTADO E O SALÁRIO MÍNIMO Clemente Lúcio Ganz, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), afirma que para alterar esse quadro é preciso ter uma estratégia de crescimento econômico e vontade política. “A experiência mostra que essas relações [entre capital e trabalho], em países com outro padrão distributivo, são balizadas por políticas de promoção da repartição do crescimento, diferentemente deste padrão, concentrador



Tabela 1 – Índice de Gini - que mede a distribuição pessoal de renda

Ano	Gini*
1995	0,585
1996	0,58
1997	0,58
1998	0,575
1999	0,567
2001	0,566
2002	0,563
2003	0,554
2004	0,547
2005	0,544
2006	0,541
2007	0,528
2008	0,521

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
* varia de 0 a 1, zero representa igualdade máxima e 1 representa plena desigualdade.

políticas públicas com fundamento sócio-econômico para atingir a base da pirâmide social. Saúde, educação, saneamento e habitação elevam o nível de renda. Ou seja, podemos ter um crescimento econômico concentrador, mantendo a economia extremamente fragilizada, hiperinflacionária e inibindo a participação dos salários. Essa dimensão distributiva é essencialmente política. E é preciso construir acordos sociais que promovam o ganho. Caso contrário, o crescimento econômico poderá fazer uma distribuição que agravará a desigualdade”, analisa.

“Uma forma de melhorar essa distribuição são as políticas públicas com fundamento sócio-econômico para atingir a base da pirâmide social. Saúde, educação, saneamento e habitação elevam o nível de renda”

Lúcio Ganz,
diretor técnico do Dieese

O salário mínimo está em franca recuperação nos últimos anos. Mas ainda está muito longe do necessário. Segundo o Dieese, o salário mínimo necessário capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família (preceito constitucional), é de 2 mil reais. Cerca de 45 milhões de trabalhadores e trabalhadoras vivem do salário mínimo no Brasil. A resposta brasileira à crise mundial é prova de que valorizar o trabalho e seu rendimento contribui para gerar crescimento da economia (no curto prazo) e promover o desenvolvimento (no longo prazo). 

Sidney Murreta



Clemente Lúcio Ganz, diretor técnico do Dieese

de riqueza, que estagnou o país por duas décadas e formou um enorme exército de reservas, pressionando para o rebaixamento dos rendimentos do trabalho”, afirma.

Para Ganz, é preciso uma mudança estrutural, reinserindo o papel do Estado na vida econômica e social do país. “Uma forma de melhorar essa distribuição são as

Propriedades agrícolas: reclassificar para crescer?

Roberto Tenório — de São Paulo

Concentração de renda e baixa produtividade acentuam debate sobre método de classificação da agricultura familiar

A busca por mecanismos que reduzam a concentração de renda e impulsionem o desenvolvimento econômico-tecnológico na agricultura familiar colocou em pauta as discussões sobre possíveis mudanças nos sistemas de classificação das propriedades e na eficiência das políticas de subsídio ao produtor brasileiro. A real situação do campo passou a ser reconhecida com mais detalhes nos últimos anos, após a divulgação do Censo Agropecuário 2006, cuja conclusão proporcionou um retrato mais atualizado das propriedades, e revelou o déficit produtivo da agricultura familiar em detrimento à comercial. No entanto, o problema ganhou maior notoriedade nos últimos meses, e foi abordado com mais profundidade por meio do boletim Radar 6, publicado em fevereiro deste ano pelo **Ipea**, órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

“Sabemos que existe uma segmentação tecnológica entre produtores dentro da própria agricultura familiar. Nosso objetivo é tentar identificar melhor isso e distribuir os recursos a quem não tem acesso”

Júnia Cristina Peres da Conceição,
pesquisadora do IPEA

Segundo a análise, de autoria dos técnicos em planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset), José

Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Júnia Cristina Peres da Conceição, o atual sistema de classificação das propriedades agrícolas familiares, elaborado com base em módulos fiscais (tamanho da propriedade em hectares), seria inadequado para identificar os produtores e as melhores políticas de intervenção no segmento. De acordo com os pesquisadores, o pacote tecnológico do agricultor, juntamente com a renda, seriam os melhores critérios para classificar as propriedades e determinar o rumo das políticas públicas ao setor. Conforme explicou Júnia Cristina Peres da Conceição, pesquisadora do **Ipea** e co-autora do texto *Censo Agropecuário 2006: uma crítica ao recorte metodológico*, publicado na sexta edição do Boletim Radar, publicação do **Ipea**, a idéia do artigo é chamar a atenção para a segmentação que existe dentro da própria agricultura familiar. “A intenção não é propor uma crítica, mas sim sugerir o desenvolvimento de uma nova classificação que ampare melhor as políticas públicas. Sabemos que existe uma segmentação tecnológica entre produtores dentro da própria agricultura familiar. Nosso objetivo é tentar identificar melhor isso e distribuir os recursos a quem não tem acesso”, esclarece a pesquisadora.

Para Vieira Filho, há produtores incluídos dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que não precisam desses recursos. O programa foi elaborado com o objetivo de financiar recursos a projetos individuais e coletivos, proporcionando renda à agricultura familiar e assentados da reforma agrária. “É preciso avaliar critérios como a matriz tecnológica, o tipo de cultivo e a região onde o produtor está localizado para viabilizar os recursos

do governo. A análise de módulos fiscais sugere que pequenas propriedades precisam de financiamento e grandes não precisam”, lembra o especialista.

50%

dos 4 milhões

de produtores rurais estão localizados na região Nordeste do Brasil

A classificação por módulos fiscais foi criada em 25 de fevereiro de 1993, na forma da Lei nº 8.629, e serve como principal parâmetro na classificação de pequenas e grandes propriedades. Os módulos variam de acordo com cada município e sistema de exploração, mas, segundo os pesquisadores do **Ipea**, há casos de agricultores enquadrados como de porte familiar no atual sistema que possuem mais de 100 hectares de terra, o que é considerado como grande latifundiário diante de parâmetros internacionais. Para especialistas, tal metodologia não reflete a realidade estrutural e tecnológica do produtor, que pode ser enquadrado como familiar, e ao mesmo tempo dispor de amplos recursos e ferramentas modernas, conseguindo se autofinanciar sem grandes dificuldades.

Segundo Vieira Filho, os produtores podem ser divididos em três grupos, tomando como base as informações do censo agropecuário. De acordo com a pesquisa, mais de 50% dos 4 milhões de produtores estão localizados

na região Nordeste do Brasil. “As políticas para este grupo seriam do tipo assistencialista, ou seja, levariam em conta a baixa competitividade do grupo associada à falta de escolaridade, o que limita a capacidade de disputar mercado”, observa o técnico do **Ipea**. Ele acrescenta que, ainda de acordo com o Censo Agropecuário 2006, levando em consideração o universo total de produtores, 27% são analfabetos, 9% são pessoas que sabem ler e escrever, mas não estudaram, e 90% possuem o ensino fundamental completo. “Isso significa que este último grupo conhece o que precisa ser feito, mas não possui renda para disputar mercado”, completa. Já o terceiro grupo, prossegue o pesquisador, seria o dos produtores que contam com elevada renda e tem capacidade de se financiar.

“É preciso avaliar critérios como a matriz tecnológica, o tipo de cultivo e a região onde o produtor está localizado para viabilizar os recursos do governo”

José Eustáquio Vieira Filho,
técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**

No que diz respeito à orientação técnica, que é composta pelo apoio de engenheiro agrônomo e técnicos especializados, o censo de 2006 mostra que 78% dos produtores não receberam esta orientação, e apenas 9% tiveram acesso à mão-de-obra especializada. “Provavelmente esses 9% são formados pelos produtores do terceiro grupo, e os 78% englobam os agricultores do grupo assistencialista e os do nosso foco, que não conseguem acesso aos recursos públicos”, conclui Vieira Filho.

Entre os problemas causados pela escassez de recursos públicos e tecnologia ao grupo dos excluídos estão as dificuldades em

acessar ferramentas importantes, como seguro rural, que em caso de quebra de safra é determinante para o pagamento das dívidas adquiridas durante o plantio. “Quando o produtor desfavorecido consegue ter acesso às políticas públicas, a tendência é que o faturamento cresça, o que proporciona melhor avaliação por parte dos bancos e acesso a crédito e ferramentas importantes como o seguro rural”, analisa Junia.

Há, no entanto, especialistas que acreditam que uma mudança radical no sistema de classificação estimulará a produção dos grandes latifúndios improdutivos. “A visão de tecnificar ou não o produtor é a mesma versão do dualismo entre moderno e antigo. A reclassificação é inútil, pois conduzirá à perda do foco nas políticas públicas. Se o sistema é elaborado com base nos produtores sem tecnologia, ele beneficiará os grandes latifúndios improdutivos e excluirá os pequenos”, alerta Brancolina Ferreira, técnica em planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea**. Para ela, a melhor saída para o problema de concentração na agricultura seria o aperfeiçoamento das políticas, com a expansão da reforma agrária e estruturação dos assentamentos.

“O índice de analfabetismo nos assentamentos é assustador. É preciso criar políticas de educação coletiva, com foco no acesso a terra. Só assim será possível

controlar o uso de agrotóxicos, diminuir as queimadas e elevar o nível de tecnologia entre os assentados. É possível viabilizar essa inclusão tecnológica por meio da criação de cooperativas, que comprariam os insumos e regulariam o uso conjunto dos recursos”, conclui Brancolina.

Conforme dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 (PNAD – 2008), apenas 11,21% da população rural possui de 11 a 14 anos de estudo, enquanto entre a população urbana esse índice é de 31,47% (ver Tabela 1). Estes números são ainda mais significativos se levado em consideração que a população rural é muito menor que a urbana. Ainda de acordo com o estudo (ver Tabela 2), 83% da população brasileira vive nas cidades e 16,25% vivem no campo. Entretanto, é importante notar que a viver na cidade não desvincula as pessoas do campo, pois a uma interdependência entre estes dois polos, especialmente na questão do fornecimento de alimentos.

Se as discussões não chegam a um entendimento coletivo, os números indicam que o caminho está cercado de diferenças. De acordo com a tabela apurada pelo censo de 2006, a produtividade parcial da terra (ver Gráfico 1) é mais de 20% superior na comparação entre agricultura comercial e familiar em culturas tradicionalmente familiares como a mandioca e o milho.

Tabela 1: Anos de estudos para pessoas com 15 anos de idade ou mais por situação do domicílio – Brasil – 2008

Anos de estudo	População Rural	População Urbana
Sem instrução e menos de 1 ano	24,12%	9,01%
1 a 3 anos	18,50%	8,47%
3 a 7 anos	30,48%	22,46%
8 a 10 anos	13,87%	19,35%
11 a 14 anos	11,21%	31,47%
15 anos ou mais	1,60%	9,05%
Não determinado	0,10%	0,19%

Fonte: PNAD 2008. Elaboração: Disoc/Ipea



Para Brancolina, do Ipea, a reclassificação conduzirá à perda do foco nas políticas públicas

Tabela 2: População residente por situação do domicílio – Brasil e grandes regiões – 2008

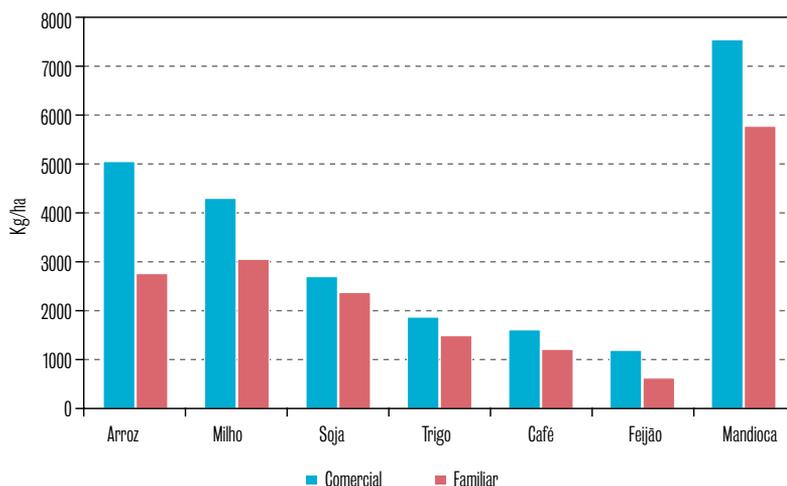
Brasil e Região	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Brasil	83,75%	16,25%
Norte	77,99%	22,01%
Nordeste	72,39%	27,61%
Sudeste	92,07%	7,93%
Sul	82,98%	17,02%
Centro-Oeste	87,69%	12,32%

Para o ex-ministro da Agricultura do governo de Ernesto Geisel, Alysso Paolinelli, não será possível conter o êxodo da população do campo para as metrópoles. “É uma tendência inevitável. Em países da Europa, o índice da população que vive no campo é de apenas 3%. Isso significa que os grandes grupos empresariais continuarão ganhando espaço no ambiente rural”, prevê. Segundo explicou, a reforma agrária não pode ser entendida como distribuição de terras, mas sim a evolução do conhecimento de quem está no ambiente rural. Para ele, o critério de classificação dos produtores baseado no tamanho da propriedade é um sistema atrasado. “A melhor maneira de avaliar um produtor é pelo nível de tecnologia que ele

possui. Não é tamanho, mas sim conhecimento. Mesmo com apoio do governo, se o produtor não for eficiente o próprio mercado trata de eliminar”.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA “A terra tinha sentido como parâmetro de classificação dos produtores quando a tecnologia era a base de mão-de-obra e não havia insumos modernos como tratores, agrotóxicos e fertilizantes. Atualmente o cenário mudou e a classificação precisa se adaptar a isso”, afirma Eliseu Alves, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e atual assessor da diretoria na estatal. Segundo informa um estudo coordenado por ele sobre o tamanho da concentração do valor da produção brasileira, entre 430 mil e 470 mil produtores são responsáveis por 85% do valor da produção nacional - faturamento sem desconto dos custos. Deste total existem 23 mil agricultores que respondem por 51% do valor da produção. “O que importa é que a concentração existe”, reitera Alves. Cerca de 3,7 milhões de produtores são responsáveis por 4% do valor da produção e outros 900 mil representam 11% do

Gráfico 1: Produtividade parcial da terra por tipo de agricultura e por produtos agrícolas selecionados (2006) (Em kg/ha)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (tabulações especiais – 2006). Rio de Janeiro, 2009.



Agricultura é central para o Brasil, onde 16,25% da população vive no campo



Para Adoniran, não há nada de errado com o sistema de módulos rurais

valor da produção. “A classificação por módulos não faz sentido no Brasil. Talvez fosse relevante em regiões atrasadas como o Nordeste, mas não aqui na região Sul e Sudeste do País”, ressaltou.

O ex-presidente da Embrapa disse que a melhor forma de coibir eventuais favorecimentos é constituir um Índice de Produtividade Total dos Fatores. “Ele seria composto pela divisão entre a renda total da produção e os custos totais. Se o resultado for maior

3,7
milhões

de produtores são responsáveis por 4% do valor da produção e outros 900 mil representam 11% do valor da produção

que um, significa que o produtor está com boa saúde financeira. Caso seja negativo, significa prejuízo. E quando for igual a zero quer dizer que todos os custos foram pagos”, observa. afirmou ainda que o atual índice não influencia em nada a evolução da agricultura nacional. “Esse sistema de módulos rurais serve apenas como retórica contra grandes propriedades e produtores, além de ajudar o Movimento dos Sem Terra (MST) nos argumentos em favor de invasão de terra”, criticou. “Não devemos nos preocupar com a concentração de terra, mas sim de renda”, finalizou.

“A terra tinha sentido como parâmetro de classificação dos produtores quando a tecnologia era a base de mão-de-obra e não havia insumos modernos como tratores, agrotóxicos e fertilizantes. Atualmente o cenário mudou e a classificação precisa se adaptar a isso”

Eliseu Alves

ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Para o Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Sanches Peraci, não há nada de errado com o sistema de módulos rurais utilizado para identificar o perfil dos produtores. Segundo disse, os três pilares para classificação da agricultura utilizados pelo governo são o tamanho da propriedade, a gestão da mão-de-obra e a renda. Ele concorda que os números apontam para uma grande concentração de renda na agricultura de maneira geral. Porém se defende dizendo que o governo tem feito o possível para descentralizar a renda entre os agricultores. “O que nós vemos atualmente é resultado de 50 anos dedicados à modernização de apenas 424 mil estabelecimentos. No governo Lula, o número de contratos financiados pelo Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) saltou de 900 mil para 2,2 milhões. Já os recursos passaram de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 13 bilhões. Somente em tecnologia, os investimentos na Embrapa chegarão a R\$ 18 milhões neste ano. É preciso reconhecer estes avanços”, reiterou.

O ex-ministro Paulinelli afirma que oferecer apenas crédito é insuficiente. “É preciso investir mais na transferência de tecnologia. Para isso é preciso instalar centros de extensão rural que levem os recursos tecnológicos aos produtores e auxiliem na

implantação. Era essa função que a Embrater exercia antes de ser destruída por pura politicagem”, revela, referindo-se à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

O secretário do MDA acrescenta ainda que o governo tem trabalhado arduamente para reduzir a concentração de renda na agricultura. “O artigo arrasta a ideia de dividir a agricultura entre pequenos e grandes. É claro que a função do Estado é reduzir a concentração onde ela existe. Porém nós vamos realizar este trabalho sem contrapor as duas agriculturas, ou seja, continuaremos apoiando a comercial de grande escala que está produzindo riqueza, sem deixar de lado a familiar, considerada uma pérola”, comparou. Peraci contestou o artigo do **Ipea** e afirmou que os autores cometem um equívoco ao afirmar que o governo não utiliza a renda da propriedade como critério para o estabelecimento de políticas públicas. “Desde 1995 o Pronaf repassa os recursos com base nos rendimentos de cada produtor via Conselho Monetário Nacional (CMN). Mesmo assim,

“É preciso avaliar critérios como a matriz tecnológica, o tipo de cultivo e a região onde o produtor está localizado para viabilizar os recursos do governo. A análise de módulos fiscais sugere que pequenas propriedades precisam de financiamento e grandes não precisam”

Eustáquio Ribeiro Vieira Filho,
técnico em planejamento e pesquisa da Diset

atendendo a um pedido do próprio CMN, o governo regulamentou essa exigência por meio da Lei nº 11.058/09”.

Já em relação à inexistência de extensão rural aos pequenos agricultores, o secretário do MDA revelou que o governo criou a Lei nº 12.188 de Extensão rural, em vigor desde janeiro de 2010, que determina a contratação de veterinários



Sidney Murrêta

e agrônomos. “Também criamos a Lei nº 11.947, que desde janeiro determina que 30% de toda merenda escolar seja comprada da agricultura familiar. Trata-se de uma bela intervenção do Estado, capacitando o produtor para atuar no mercado interno, podendo, inclusive, futuramente construir com toda condição uma plataforma para exportações”.



Stock

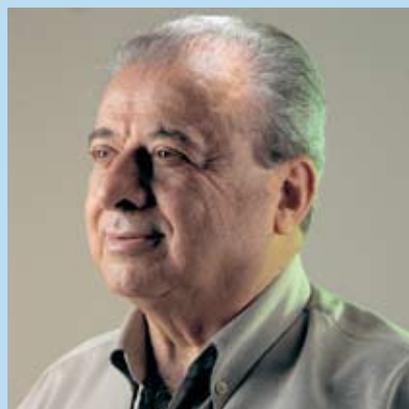
Embrapa: uma ferramenta de desenvolvimento da agricultura tropical

Criada no dia 7 de dezembro de 1972 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici por meio da Lei nº 5.881, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nasceu com o objetivo de criar e difundir tecnologia agrícola entre os produtores brasileiros. Porém, com a transição de governo para Ernesto Geisel, o projeto de implantação só começou a ser efetivado em 1974 por meio do ministro da agricultura, Alysso Paolinelli.

A missão da estatal recém criada era tornar a pujante e promissora agricultura brasileira em uma das maiores referências em tecno-

“Pelo menos 900 pesquisadores foram enviados para fora do Brasil para aprender tudo o que havia de tecnologia agrícola e adaptá-la ao clima tropical brasileiro”

logia para lavouras tropicais, tema que até aquela época era ainda desconhecido e pouco explorado. Paolinelli conta que logo no início foram contratados cerca de mil funcionários em caráter de urgência, sem necessidade de realização de concurso público, cujo pedido foi oficializado por meio de um decreto. “Pelo menos 900 pesquisadores foram enviados para fora do Brasil para aprender tudo o que havia de tecnologia agrícola e adaptá-la ao clima tropical brasileiro”, lembra.



Alysso Paolinelli, ministro da agricultura em 1974

Para evitar privilégios a determinados grupos de produtores foi instituído um conselho formado por nove representantes no total: três de cada grupo dos pequenos, médios e grandes produtores. “Depois disso foi criado o Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias, cujo sistema separava os setores de produção em biomas, como o Cerrado em Brasília e o trópico úmido em Belém. No total foram criados 16 centros de pesquisa na gestão daquele governo. Estes institutos de pesquisa centralizavam as decisões e evitavam duplicações ou paralelismo de informações, facilitando a transferência de informações aos produtores”, explica o ex-ministro. Ele nega que a estatal tenha sido criada para favorecer determinadas classes de grandes produtores no conhecimento da produção. No entanto concorda que com o passar dos anos houve uma transformação política na filosofia da estatal. “O Brasil desenvolveu praticamente sozinho o tema da agricultura tropical. Não havia privilégio de grandes produtores, mas sim a difusão entre todas as classes. Nós conseguimos gerar conhecimento partindo de estudos desenvolvidos dentro de nossas condições climáticas”, concluiu. **ii**





2050, desafios e oportunidades para o agronegócio

Até 2050, a população mundial aumentará mais de 3 bilhões de pessoas, além da incorporação ao mercado de 1 bilhão de pessoas, atualmente em estado de insegurança alimentar ou nutricional, gerando a necessidade de aumentar em mais de 70% a produção global de alimentos. Porém, da agricultura, além de alimentos, a sociedade demanda também energia limpa, plantas ornamentais e flores, madeira, princípios medicinais, matéria prima para a indústria química. Até aqui, um mundo de oportunidades. E os desafios?

A pressão social pela proteção ambiental, pelo temor dos efeitos negativos das Mudanças Climáticas Globais, impõe um aumento acelerado da produtividade, em contraposição à expansão de área. O esgotamento da energia fóssil e o impacto ambiental negativo por elas causado exige uma mudança drástica da matriz energética mundial, onde a biomassa será protagonista. Neste contexto, a agropecuária do século XXI terá duas grandes marcas: a sustentabilidade e a constante inovação tecnológica, com grande interdependência entre elas. A sustentabilidade pressupõe que o agricultor obterá rentabilidade da exploração agrícola, minimizando os impactos ambientais e cumprindo sua função social. Já as inovações tecnológicas, além de conferirem sustentabilidade à produção, desmentirão definitivamente Malthus, com a produção agrícola crescendo a taxas superiores ao incremento populacional, equilibrando a oferta e a demanda de produtos agrícolas. A maior característica da tecnologia do século XXI será a sua estonteante dinâmica, pois paradigmas dominantes serão superados e ultrapassados por inovações mais eficientes

e mais adequadas, dentro de uma mesma década.

Senão vejamos: de acordo com a FAO, a agropecuária mundial ocupa 1,5 bilhão de hectares, 70% dos quais devotados à pecuária. Embora seus estudos indiquem haver disponibilidade de terra arável para expansão equivalente à que está sendo cultivada, diversas restrições se apõem, como:

a) as terras mais férteis, de topografia mais adequada e mais bem localizadas, já foram ocupadas; b) porção considerável da área de expansão é considerada arável apenas mediante irrigação; c) grande parte da área de expansão encontra-se na África, com severas restrições para sua incorporação ao sistema produtivo, em larga escala, nos próximos 40 anos; d) a sociedade mundial pressiona por políticas ambientais cada vez mais rígidas.

Atualmente, são necessários 0,22 ha para alimentar cada uma das 6,7 bilhões de pessoas e, nas áreas de mais alta tecnologia, é possível alimentar uma pessoa com apenas 0,1 ha. O desafio deste século é romper ainda mais esta barreira, destarte próxima do seu limite físico.

Assumindo em 70% a expansão produção mundial de alimentos até 2050, percebe-se que dificilmente será possível incorporar, especificamente para produção de alimentos, mais de 20% da área atual (cerca de 300 milhões de hectares), considerando que, paralelamente, também haverá pressão para aumento da área para outros produtos agrícolas. Isto posto, impõe-se ganhos de produtividade superiores a 40%, o que exige ações imediatas para evitar as conseqüências alternativas, que seriam a oferta de alimentos inferior à demanda ou os impactos ambientais indesejáveis do

avanço acelerado da fronteira agrícola. O Brasil, pelas suas vantagens comparativas e pela expectativa de que venha a ser o grande provedor de alimentos do mundo, deverá elevar sua produtividade muito acima da estimativa de 40%, para compensar ganhos menores em áreas onde a produtividade já é muito alta ou onde a produtividade permanecerá baixa.

A celeridade e a intensidade exigidas do processo não permitem uma atitude de *laissez faire*, deixando ao sabor das pressões de mercado as mudanças necessárias, tornando-se imperiosa a proatividade de políticas públicas que impulsionem o agronegócio no rumo correto. No nosso caso, é de transcendental importância conferir prioridade ao desenvolvimento de inovações que expandam a produtividade e a estabilidade dos cultivos, com sustentabilidade. Logo, compete ao governo brasileiro, por um lado assegurar o equilíbrio entre incentivos e marcos regulatórios que garantam a sustentabilidade da produção agrícola. De outra parte, nunca foi tão imperioso o suporte prioritário e continuado aos sistemas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A nosso ver, esta é a fórmula a aplicar hoje, para vencer os desafios e capturar as oportunidades que se descortinam no horizonte visível do agronegócio d metade do século XXI. Além de fisgar as oportunidades de mercado, investir na sustentabilidade do agronegócio nos posicionará de forma invulgar no contexto geopolítico, em um ambiente em que o tema sustentabilidade será o diferencial exigido pela sociedade global.

Décio Luiz Gazzoni, engenheiro agrônomo, é assessor de Agricultura e Energia da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Rumo objetivo

Brasil já alcançou algumas das metas estabelecidas nos Objetivos do Milênio, da ONU, e faz levantamento para definir próximos passos. **Ipea** coordenou elaboração de relatório

Débora Prado e Marina Pita – São Paulo



A proximidade da data limite para a concretização dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados até 2015, fomentou a necessidade de o governo federal levantar dados atuais da realidade brasileira, verificar as metas já alcançadas, e entender os desafios para alcançar as restantes. O resultado é o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, cuja elaboração levou seis meses, e envolveu mais de 100 pessoas, dentre técnicos do **Ipea** e de grande parte dos ministérios brasileiros.

O documento recém lançado apresenta as muitas conquistas para a redução das desigualdades sociais, mas demonstra também fragilidades que não podem ser ignoradas - como as profundas diferenças regionais invisíveis na observação das médias nacionais - para a construção de uma política social efetiva. O trabalho para a elaboração e compilação do relatório foi grande. São 48 indicadores sugeridos pela ONU para avaliar a implementação de 18 metas distribuídas entre os oito grandes objetivos: erradicar a extrema pobreza e a fome; universalizar a educação primária; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parcerias internacionais para o desenvolvimento.

Além dos compromissos estabelecidos internacionalmente, o Brasil ainda ampliou voluntariamente algumas metas previstas no tratado, e incluiu 60 indicadores nacionais, além do mapeamento de ações de governo que têm impacto sobre os ODMs, para reforçar os resultados ou evidenciar situações imperceptíveis a partir dos dados básicos delineados pela ONU.

“É uma tarefa complexa, depois de escrita cada parte do relatório, ele circulou entre todas as demais pastas”

Raquel Benedetti,
assessora da Sub-Chefia de
Articulação e Monitoramento (SAM)
da Casa Civil do Governo Federal

A elaboração do documento de tamanha amplitude contou com a participação de 20 ministérios sob a coordenação do **Ipea**, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com supervisão da Casa Civil, que fomentou uma rede de comunicação no governo, manteve contato constante com os ministérios para a troca de relatórios e promoveu reuniões. “É uma tarefa complexa, depois de escrita cada parte do relatório, ele circulou entre todas as demais pastas que o complementaram”, afirma Raquel Benedetti, assessora da Sub-Chefia de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil do Governo Federal.

O trabalho desenvolvido para compilar o grande volume de dados mostra que, quando se trata de políticas sociais, é necessário agir de forma integrada. Nesse sentido, para Raquel, a produção do relatório é um exercício positivo - ao promover uma aproximação entre as áreas e fazê-las trabalhar de forma articulada - que pode contribuir para a construção de respostas conjuntas aos desafios mapeados pelo próprio relatório.

Após cada área levantar as informações necessárias, a padronização dos dados foi realizada pelo **Ipea**, seguindo as linhas gerais previstas na cesta de indicadores estabelecidos pela ONU, ao mesmo tempo em que considerou especificidades nacionais. “Uma vez produzida a primeira versão dos capítulos

dos ODMs 4, 5 e 6 pelo ministério da Saúde, o **Ipea** participou da discussão dos pontos que ainda poderiam não estar claros e buscou adequar, junto com a equipe do ministério, a linguagem do relatório para o público geral. A partir desse momento, iniciou-se um processo de revisão e redação conjunta do texto”, explica Luciana Servo, técnica em pesquisa e planejamento da Diretoria de Estudos Sociais do **Ipea**.

A PARTE QUE FAZ O TODO Para facilitar este processo amplo e intersetorial, os ministérios designaram equipes, compostas por integrantes de suas diversas áreas, para a elaboração do documento. Os profissionais destacados também mapearam informações específicas que poderiam contribuir com o relatório, complementando as estatísticas do IBGE e do **Ipea**. No caso do Ministério da Educação (MEC), por exemplo, os resultados do Censo Escolar e demais sistematizações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) reforçaram a base de dados, explicou Daniel Ximenes, diretor de estudos e acompanhamento das vulnerabilidades educacionais da Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). “Esta compilação foi importante, pois além de mostrar que o país está cumprindo as metas, explicitou áreas que precisam de atenção, que devem receber um reforço de políticas públicas no próximo período”, destacou.

O avanço no acesso à educação é um dos destaques do relatório. Na faixa etária de 7 a 14 anos a taxa subiu de 81,4%, em 1992, para 94,9% em 2008. Já na idade entre 15 e 17 anos o avanço foi de 18,2% para 50,4%. As estatísticas mostram o aumento na conclusão do ensino fundamental que, até 2009, correspondia à escolarização obrigatória. A operacionalização do Plano

de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, contribuiu com este avanço, mas ainda há muito a ser feito na busca pela universalização do ensino médio.

40%

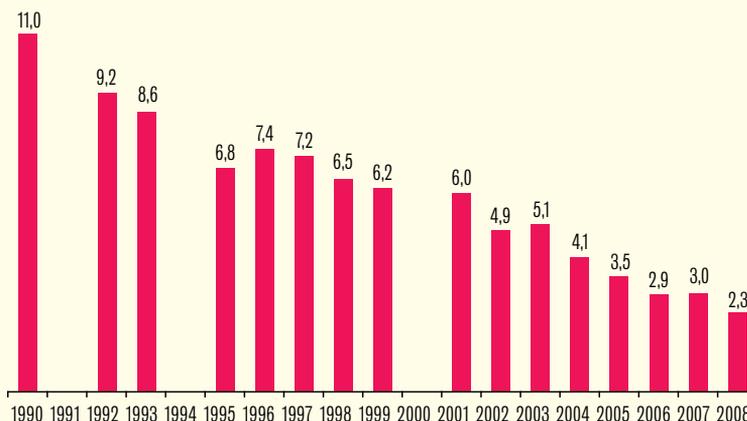
dos jovens

de 16 anos de idade estão em atraso escolar

Outro desafio apontado pelos dados é distorção crescente na relação entre idade e série no percurso escolar - relacionada às desigualdades regionais e de renda - que faz com que cerca de 40% dos jovens de 16 anos de idade estejam com atraso escolar. “Os dados mostraram que o acesso à escola é bom e crescente, mas os alunos precisam permanecer estudando e concluir a formação das etapas de ensino na faixa de idade prevista”, explica Daniel Ximenes. Para ele, a promoção de um percurso educacional estável e regular deve ser um dos focos das políticas públicas do MEC.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) compilou os dados necessários para o cálculo dos indicadores da erradicação da extrema pobreza e da fome - o principal objetivo estabelecido pela ONU. Para este, a Cúpula do Milênio estabeleceu duas metas a serem alcançadas até 2015: a redução à metade do nível de incidência da pobreza extrema na população mundial e da proporção de pessoas que passam fome, em relação aos dados de 1990. A equipe destacada no MDS para este trabalho constatou que o governo obteve bons resultados neste sentido. O principal deles “foi, sem dúvida, a trajetória de queda da população extremamente pobre no

Hiato médio normalizado de pobreza extrema em porcentagem. Brasil, 1990/2008



Exclusiva a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Fontes: Renda: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD. Fatores PPC: Nações Unidas, Divisão de Estatísticas (Banco Mundial, ICP 2005). Inflação média anual do Brasil e dos EUA: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, 2009.

período 1990-2008”, segundo avaliação da Secretária de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Luziele Maria de Souza Tapajós.

A população sobrevivendo com menos de US\$ 1,25 per capita por dia caiu de 36,2 milhões, em 1990, para 8,9 milhões, em 2008. Os dados indicam que a pobreza extrema no Brasil hoje representa menos de um quinto da registrada em 1990, considerando a nova referência internacional.

Mas, para além da coleta de dados gerais e específicos sobre sua área, coube também aos ministérios mapear os programas de ação em cada pasta que incidiram direta ou indiretamente no alcance das metas. Assim, a equipe do MDS também mapeou o combate à fome, por exemplo, que está intrinsecamente ligado à melhoria da saúde da população e redução da taxa de mortalidade infantil.

Por outro lado, cada área do governo teve suas próprias metas. No que tange à saúde



Daniel Ximenes, diretor de estudos e acompanhamento das vulnerabilidades educacionais da Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)



Meta de combate à fome é uma das metas em que o Brasil mais avançou, acompanhada pelo aumento da escolaridade

pública, um dos principais alvos estabelecidos nos ODM é deter a propagação do HIV/AIDS até 2015, revertendo a tendência atual. As ações do Programa Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais são as principais iniciativas do governo federal nessa frente e mostraram sua validade. O acesso gratuito aos medicamentos e tratamentos aumentou a sobrevivência dos pacientes infectados. Também houve ampliação dos testes para detecção do HIV e da disseminação de informações sobre as formas de transmissão das doenças e de como evitá-las, embora o uso de preservativos tenha caído 4,4% em relação a 2004.

As informações sobre a saúde do brasileiro contidas no documento indicam que a opção pela descentralização de políticas de controle de doenças contribuiu para o avanço em direção às metas estabelecidas pela ONU. Os casos de malária foram reduzidos de 549 mil, em 2006, para 314 mil, em 2008, na Amazônia Legal, região que concentra 99,8% dos casos. No combate à tuberculose a medida também foi importante, pois o número de casos novos a cada 100 mil habitantes passou de 41,2, em 2000, para 37,2, em 2008.

Uma das constatações do relatório é a de que as políticas sociais são inseparáveis dos objetivos do milênio. Para enfatizar este ponto, o documento aborda a estruturação de políticas sociais desde os anos 1930 até hoje, mostrando sua evolução, e defende um investimento que crie condições do Estado cumprir suas responsabilidades de forma adequada. Na avaliação de Jorge Abrahão, diretor de estudos e políticas sociais do **Ipea**, isto representa um importante deslocamento, já que o destaque saiu do discurso em torno dos direitos humanos para a necessidade de políticas sociais e ações concretas para reduzir as desigualdades e transformar o Brasil.

BASE DE DADOS CONSISTENTE Para produzir uma análise qualificada, é fundamental uma base de dados consistente. Assim, a produção do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio só foi possível porque “o Brasil avançou na política e estrutura de coleta de informações e dados, tanto do IBGE quanto dos administrativos”, segundo avaliação de Abrahão, responsável pela coordenação do relatório. O banco de

dados criado para o Sistema Único de Saúde (Datusus) é um bom exemplo, afirma ele, mas em todas as áreas há avanços.

No que diz respeito à preservação ambiental, é notável a diferença. Por muitos anos, o Brasil monitorou apenas a Amazônia, mas agora tem também números do desmatamento no cerrado e caatinga. “Para nós é muito importante avaliar também como se dá a exploração da terra e a devastação de outros biomas, o quanto perdemos da cobertura vegetal natural”, avalia Maria da Piedade Moraes, coordenadora da área de estudos setoriais urbanos do **Ipea**.

“O Brasil avançou na política e estrutura de coleta de informações e dados, tanto do IBGE quanto dos administrativos”

Jorge Abrahão,
diretor de estudos e políticas sociais do **Ipea**

A produção do relatório evidenciou também a ausência de alguns dados. Mas, como entender o problema é sempre o primeiro passo para sua solução, a conclusão permitiu que áreas do governo e do **Ipea** comessem a trabalhar para cobrir as lacunas. “Apontamos para a necessidade de alguns dados. Queríamos informações de cada estado sobre as áreas desmatadas por bioma e a proporção da cobertura que não foi alterada, e este mapeamento já começa a ser feito”, diz Piedade.

A pesquisadora destaca, porém, que ainda há uma demanda grande por pesquisas mais aprofundadas em algumas áreas, de forma a permitir uma compreensão mais precisa do estágio da evolução e o tamanho dos problemas. O levantamento relativo ao acesso à água, por exemplo, é representativo: “quantificamos apenas se as pessoas têm ou não acesso à água potável e não sua qualidade, se sai da torneira, etc”, detalha.



Maria da Piedade Moraes, coordenadora de Estudos Setoriais Urbanos do Ipea

respeito de preservação do meio ambiente. Para Abrahão, poder contar com estes novos técnicos qualificados e bem preparados foi fundamental para o bom andamento dos trabalhos.

4,6%

de redução

da linha de pobreza da população
entre 1990 e 2005

MUITOS DESAFIOS O Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio dá visibilidade para o estágio atual de evolução do Brasil em relação às metas, ao mesmo tempo em que define obstáculos a serem superados. Na avaliação de Paulo Corbucci, pesquisador do **Ipea** na área de educação, o relatório “tem a função semelhante à de um termômetro para condições sociais brasileiras, mas com visibilidade mundial. Trata-se de um compromisso firmado

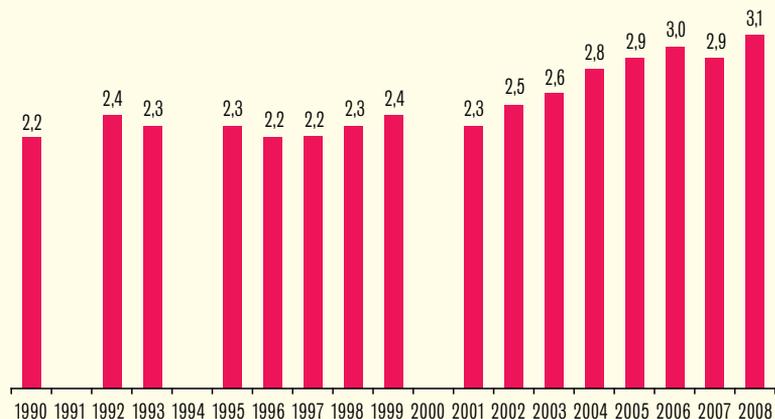
Outra área que, em sua opinião, merece atenção é a de moradia urbana, que ainda carece de informações mais específicas para traçar a real situação no país. A falta de números da violência doméstica, apesar de apresentar mudanças após a aprovação da Lei Maria da Penha, também chama a atenção dos especialistas. “São espaços que merecem investimento do poder público”, diz Piedade, acrescentando que, para estimular este tipo de ação, “o **Ipea** incentiva que os estados da federação façam seus respectivos levantamentos para regionalizar a análise e construir um importante instrumento para estabelecer planos futuros”.

Neste empenho em ampliar e garantir a confiabilidade dos resultados, as equipes de trabalho enfrentaram alterações de critérios de mensuração de dados. A mudança no Critério de Classificação Econômica no Brasil, por exemplo, teve forte impacto no resultado da trajetória de queda da extrema pobreza, considerado um dos objetivos mais significativos pelo MDS. No relatório anterior, a trajetória de queda apontava que a população extremamente pobre passou de 8,8% em 1990, para 4,2% em 2005. No novo relatório, que trabalha com linha de pobreza atualizada, a redução na porcentagem foi maior, passando de 25,6% em 1990 para 4,8% da população em

2008. “Precisamos explicar porque há uma alteração, um degrau no desenvolvimento da sociedade em certo sentido, e para isso foram feitos vários quadros específicos ao longo do relatório”, diz Abrahão.

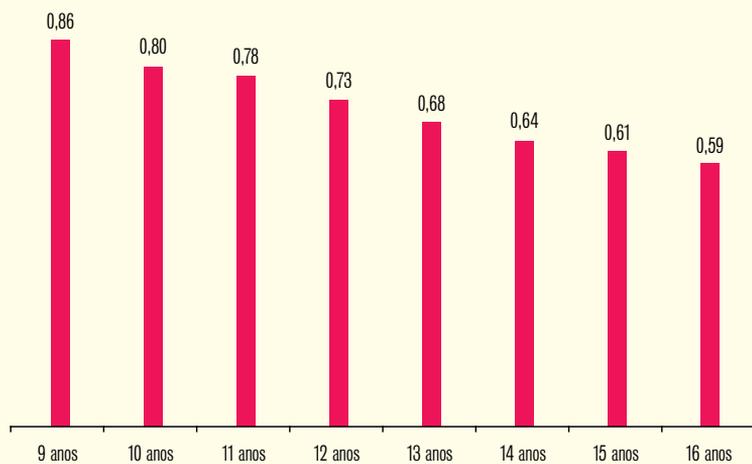
Para a superação de obstáculos como esses na produção da quarta edição do documento, houve uma força adicional: a ampliação do quadro de funcionários por meio de concurso. Estes foram responsáveis pelos indicadores do objetivo número oito, que diz respeito à criação de parcerias internacionais para o desenvolvimento, e deram apoio à elaboração de indicadores a

Porcentagem da renda nacional detida pelos 20% mais pobres. Brasil, 1990/2008



*Exclusiva a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e Ap. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade por Idade. Brasil, 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD; elaborado por Inep/DTDIE.

“O relatório tem a função semelhante à de um termômetro para condições sociais brasileiras, mas com visibilidade mundial. Trata-se de um compromisso firmado pelo Brasil que transcende governos e permite que a sociedade acompanhe e cobre deles ações efetivas e resultados concretos”

Paulo Corbucci,
pesquisador do Ipea na área de educação

pele Brasil que transcende governos e permite que a sociedade acompanhe e cobre deles ações efetivas e resultados concretos”, aponta.

A superação das metas relativas à redução da população extremamente pobre merece destaque, mas Júnia Quiroga, diretora do departamento de avaliação do MDS, entende que o desafio de melhorar a distribuição da riqueza persiste. Assim, além de manter descendente a curva de pobreza nos próximos anos, o MDS tem muito a fazer para reduzir a desigualdade. Os dados indicam que os 20% mais pobres detêm apenas 3,1% da renda nacional, contra quase 60% de renda na mão dos 20% mais ricos.

Outro grande desafio para o Brasil é promover a igualdade entre gêneros. A meta estabelecida pela ONU de eliminar as disparidades entre os sexos na educação “não se configura, na realidade brasileira, como aspecto central para o alcance do objetivo de promoção da autonomia das mulheres, uma vez que as meninas apresentam, em geral, indicadores mais positivos do que os meninos no campo educacional. Assim, o alcance dessa meta não garante o atendimento do Objetivo”, avalia Natália Fontoura, coordenadora de igualdade e gênero do Ipea.

Para ela, é preciso intervir nas várias outras áreas onde há desigualdades entre homens e mulheres no país. “O objetivo de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres está longe de ser uma realidade”, afirma o relatório.

Apesar disso, é preciso salientar o alcance de metas importantes no Brasil, como a de reduzir à metade a proporção da população sem acesso à água potável

em áreas urbanas. Metas de ampliar o acesso à alimentação, o desenvolvimento agrário, a geração de trabalho e renda, a alfabetização de jovens e adultos e melhorar a preservação de recursos ambientais também foram alcançadas por meio de projetos governamentais e ações focadas da sociedade civil organizada. Neste sentido, o caminho está traçado, o importante é ampliar as faixas da estrada. **i**



Passarinho - Prefeitura de Olinda

Redução para um quinto na pobreza extrema, em relação ao ano de 1990, melhora qualidade de vida no Brasil

Trânsito Federal

Bruno De Vizia – de Brasília



Transporte em Brasília

Eventos em Brasília debatem soluções para o transporte público de capitais nacionais, respeitando a arquitetura e desenvolvendo soluções sustentáveis no longo prazo

Quando Lúcio Costa e Oscar Niemeyer começaram a imaginar a cidade de Brasília, em meados da década de 1950, diversas capitais do país ainda contavam com bondes elétricos para locomoção, os ônibus não circulavam em faixas próprias, e o automóvel era a coqueluche do transporte individual no Brasil, impulsionado pelo forte crescimento da nascente indústria automotiva nacional. Cinco décadas depois, no ano em que completa 50 anos de existência, a capital do país recebeu dois eventos que colocaram em perspectiva as limitações, conquistas e desafios de Brasília, com especial enfoque em sua infraestrutura de transporte urbano.

O encontro da Aliança das Capitais, realizado em março, teve como tema a Mobilidade Sustentável nas Capitais Mundiais. Especialistas do mundo todo discutiram as maneiras como as capitais nacionais mais reconhecidas do globo desenvolvem suas políticas de transporte, considerando a sustentabilidade de longo prazo. Em abril este tema também foi abordado no seminário *Brasília 50 anos*, realizado pelo Ipea. O evento ocorreu logo após a divulgação do *Comunicado do Ipea nº 44, Brasília: impactos econômicos da capital no Centro-Oeste e no País*, que discutiu também temas como configuração urbana, tempo de viagem em veículos de transporte, incidência de acidentes de trânsito e importância do turismo.

Apesar de sua criação ser relativamente recente (Washington, por exemplo, tem mais de 200 anos) e seu desenvolvimento ter sido bastante característico (poucas capitais nacionais foram planejadas), Brasília, por abrigar a sede do poder nacional, compartilha com outras capitais federais do mundo alguns problemas e desafios. Em especial questões

como o fornecimento de infraestrutura de mobilidade para os funcionários públicos, a necessidade de prover acesso a instituições e órgãos do poder federal, e uma dinâmica urbana que contemple as cidades satélites, no entorno da capital.



Associação dos Engenheiros do ITA

Taniguchi: 70% dos empregos estão no plano piloto, e 80% da população mora fora dele

O deputado federal e ex-secretário de desenvolvimento urbano e meio ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi (DEM-PR), lembrou em palestra no encontro de capitais que “o planejamento de Brasília foi fundamentalmente voltado para o transporte individual”. Ele destacou que um dos maiores desafios é integrar as diferentes regiões da cidade e de seu entorno. “Uma coisa é tentar trabalhar dentro do plano piloto, outra coisa é tentar integrar com a região metropolitana, com as cidades satélite. Brasília teve um tipo de urbanização muito fragmentada, e esse processo levou à implantação de um sistema que, do ponto de vista econômico, tem uma tarifa menos acessível”, explicou o deputado.

MOVIMENTO PENDULAR Segundo Taniguchi, por Brasília ser uma cidade que vive em função do serviço público, seu sistema de transporte

tem uma peculiaridade que encarece a tarifa: “há um movimento pendular de manhã e no final da tarde, e pouco movimento no meio dia. Isso onera a tarifa, porque é necessário pensar o transporte para o pico e ter uma frota capaz de atender essa demanda, mas esta frota acaba ficando parada durante boa parte do dia”.

O deputado cita que na capital federal, “70% dos empregos estão concentrados no plano piloto, enquanto 80% da população mora fora deste plano, o que gera este forte movimento pendular”. Para Taniguchi, o sistema de transporte público da Brasília ainda transporta poucos passageiros para uma cidade com 2,6 milhões de habitantes. “Não há sistema que consiga tornar-se viável econômica e financeiramente com movimento pendular. Para isso são necessários fortes subsídios”.

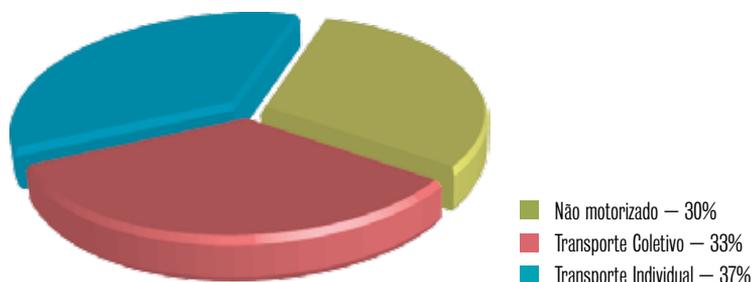
“Brasília teve um tipo de urbanização muito fragmentada, e esse processo levou à implantação de um sistema que, do ponto de vista econômico, tem uma tarifa menos acessível”

Cássio Taniguchi,
deputado federal

A forte presença do transporte individual na capital é reforçada por Carlos Henrique Carvalho, também técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos urbanos (Dirur) do Ipea. O pesquisador ressaltou que Brasília é a única das grandes cidades do país onde o transporte coletivo tem participação menor que o individual. “Nas

Gráfico 1: Alterações do padrão de mobilidade em Brasília

Distribuição Modal Brasília - 2002



“Não acho que as cidades devam ser anti-carro, não queremos nos livrar dos carros, mas sim desenvolver cidades nas quais há um uso mais criterioso e seletivo do carro. Há certos tipos de trechos, como uma viagem para o interior do estado, por exemplo, na qual o carro possui vantagens sobre os demais meios de transporte. Mas quando se vai para o meio das cidades, ou locais com grande concentração de pessoas, deve-se privilegiar o uso do transporte coletivo ou alternativo”, destaca Cerveros.

Para o especialista em políticas de trânsito urbano, a razão pela qual há uso excessivo de automóveis “é que as pessoas não pagam o preço correto para usar o carro, o valor gasto não inclui os custos de poluição, interrupções, acidentes, pavimentação. Ao não considerarmos estes custos, estamos basicamente subsidiando o uso do carro”. Cerveros avalia que o custo por quilômetro rodado em carros deveria dobrar para que fossem considerados os “verdadeiros custos” do automóvel.

Parte da solução do problema seria cobrar taxas mais caras dos veículos nas horas de

cidades com mais de 1 milhão de habitantes, em média 36% das viagens são coletivas, e 30% individuais. No Distrito Federal são 33% contra 37%”, disse Carvalho. (ver gráfico 1)

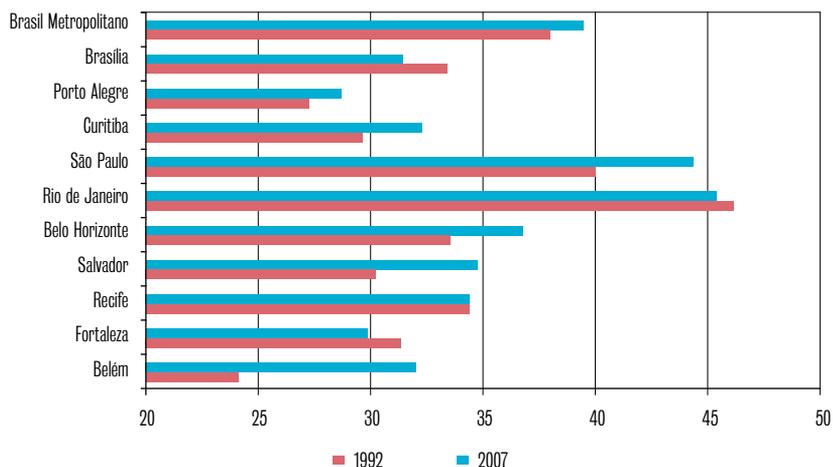
O técnico também salienta as altas taxas de motorização de Brasília. “A cidade responde por uma parcela da frota nacional de veículos motorizados duas vezes maior do que a proporção de sua população em relação à população brasileira”, lembra Carvalho, acrescentando que “esta forte vocação ao transporte individual, principalmente automóveis e motocicletas, gera muitos impactos negativos, como: poluição, acidentes, congestionamentos, e aumento no tempo médio de deslocamento entre a casa e o trabalho das pessoas”. (ver gráfico 2)

MUDANÇA CULTURAL Para modificar a situação de dependência do automóvel, em Brasília e nas grandes cidades do mundo, Robert Cerveros, professor de planejamento regional e da cidade da Universidade da Califórnia, aponta dois fatores primordiais: uma rede de transporte público capilarizada e eficiente, e uma mudança cultural no uso do transporte individual.

“Nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes, em média 36% das viagens são coletivas, e 30% individuais. No Distrito Federal são 33% contra 37%”

Carlos Henrique Carvalho,
técnico em planejamento e pesquisa do Ipea

Gráfico 2: Tempo médio de deslocamento casa-trabalho (minutos)



Fonte: PNAD/IBGE

“As pessoas não pagam o preço correto para usar o carro, o valor gasto não inclui os custos de poluição, interrupções, acidentes, pavimentação. Ao não considerarmos estes custos, estamos basicamente subsidiando o uso do carro”

Robert Cerveros,
professor de planejamento regional e da cidade da
Universidade da Califórnia



Sidney Murrêta

Robert Cerveros, professor de planejamento regional e da cidade da Universidade da Califórnia

maior movimento, “como fazem as cidades de Londres, Cingapura, Estocolmo”, diz o professor, salientando que estas tarifas extras poderiam ser usadas para estimular o uso de transportes alternativos. “Com isso geraríamos um ciclo virtuoso no qual as receitas obtidas com estas taxas sobre o carro seriam aplicadas em ciclovias, transporte públicos, alternativas para o pedestre. É apenas uma questão de redistribuir recursos públicos”, argumenta.

Já a mudança do padrão cultural de uso do carro requer fazer mais marketing de meios alternativos de transporte, avalia Cerveros. “Grande parte da cultura do automóvel é originada na imagem que é associada às estrelas de filmes, ou de executivos bem sucedidos, ambos sempre com grandes carros. Acostumamos-nos a medir o sucesso de alguém pelo automóvel que esta pessoa tem. Parte da solução seria começarmos a divulgar estilos de vida ecológicos e sustentáveis. Se mostrássemos pessoas bonitas e felizes na televisão utilizando bicicletas ou andando, mudaríamos a imagem do carro”. Entretanto, Cerveros lembra que “o marketing só auxilia até determinado ponto, para ir além é necessário prover de fato transportes públicos de qualidade”.

USO DO SOLO Tanto no caso das capitais federais, quanto no das grandes cidades, são necessárias também mudanças no padrão do uso do solo para solucionar ou minimizar problemas de mobilidade urbana.

Marcel Acosta, diretor executivo da National Capital Planning Commission, órgão encarregado do planejamento de transporte em Washington, nos Estados

Unidos, aponta semelhanças entre a capital norte-americana e Brasília, em especial a necessidade de ambas em promover mudanças e melhorias na cidade, respeitando a história e o simbolismo das instituições governamentais.

Um desafio comum às duas cidades, segundo Acosta, é transformar o entorno das áreas que concentram prédios públicos



Stock

Vista aérea do plano piloto, Brasília: misturar quadras comerciais e residenciais é uma das saídas apontadas



das residenciais, e aumentar o fluxo de pessoas a noite”, argumenta Acosta.

Cerveros reforça esta tese, afirmando que para melhorar o trânsito não é necessário apenas oferecer transportes mais eficientes, mas também redesenhar a cidade. “O transporte e boa parte de nossa infraestrutura têm sido tratados historicamente como um problema de engenharia somente, e não há pessoas pensando em outros aspectos de conexão, sendo que boa parte do desenvolvimento está sendo direcionado e pensado por agentes imobiliários, que sempre estarão priorizando os lugares em que seus lucros serão maximizados, ou seja, construindo onde é mais rápido e onde a terra é mais barata, sem pensar necessariamente nas consequências dos deslocamentos e transportes”, acrescenta.

“Mudar a perspectiva urbanística nas capitais envolve uma mudança no padrão de uso do solo”

Marcel Acosta,
diretor executivo da
National Capital Planning Commission

Nos últimos dez anos Washington promoveu mudanças para atrair moradores para áreas centrais

em áreas mais acessíveis ao trânsito, mais atrativas para os pedestres, e, principalmente, como fazer com que as pessoas tenham mais estas regiões, que são mais próximas aos seus trabalhos, diminuindo a necessidade de prover transporte para para cidades-dormitório. “Esta é uma grande questão para Brasília também, e em Washington estamos nos concentrando neste momento em construir mais residências próximas aos prédios do governo. Mudar a perspectiva urbanística nas capitais envolve uma mudança no padrão de uso do solo”, afirma Acosta.

Parte das mudanças que estão sendo promovidas na capital dos EUA envolve

“integrar mais áreas residenciais e de comércios nos setores nos quais há quase que exclusivamente prédios e instalações do governo, que são mais próximos ao centro da cidade”, diz Acosta, acrescentando que este é um procedimento também necessário para Brasília. “Do que vi em Brasília, pude perceber que os problemas são parecidos. Nos últimos dez anos promovemos um movimento de valorizar a cena cultural e a vida noturna em Washington, e estimulamos a vinda de jovens casais para morarem perto das áreas centrais, e acredito que Brasília possa fazer o mesmo, para tentar misturar um pouco mais as quadras comerciais com

Já Taniguchi frisa que atualmente está sendo elaborado em Brasília o plano diretor da área chancelada como patrimônio histórico pela Unesco, para rediscutir o uso do solo dentro do plano piloto. “O que está tombado não é o uso do solo, é a arquitetura de Brasília. O objetivo deste plano é misturar um pouco mais as opções, para estimular o uso do transporte público”, conta. O deputado destaca que no plano piloto residem somente 220 mil pessoas, mas durante o dia esta área recebe mais de um milhão de pessoas para trabalhar. “A ideia é estimular a ocupação com moradia dentro do plano piloto, que foi originalmente criado para abrigar 500 mil pessoas”, conclui Taniguchi. ii



Mobilidade urbana no Distrito Federal

Criado a partir da iniciativa federal de transferir a capital do litoral para o interior na década de 60, Brasília é uma cidade nova, marcada pelo acentuado crescimento urbano notadamente após a década de 90, com uma forte concentração de atividades na região central – onde se localizam 80% dos empregos e serviços – e uma predominância do Transporte Individual (36,7%). O transporte não motorizado (bicicleta e a pé) corresponde a 27,8% das viagens totais no Distrito Federal (DF), enquanto o transporte por ônibus representa 30,9%.

O processo de expansão foi, em um primeiro momento, impulsionado pelo Estado, numa segunda fase, pela sua “ausência”, tendo em vista a quantidade de ocupações em áreas consideradas irregulares. A expansão urbana foi caracterizada por um processo de espraiamento, o que impacta diretamente nas relações dos indivíduos com a cidade, ampliando o processo de segregação espacial. O modelo adotado para o desenvolvimento foi amplamente focado na interdependência entre a região central do DF com o seu entorno, englobando não somente unidades sob sua administração, como também municípios vizinhos do estado de Goiás.

A Mobilidade no sentido definido pelo Ministério das Cidades corresponde a atributo associado às pessoas e aos bens e às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às **suas necessidades de deslocamento**, consideradas as **dimensões do espaço urbano** e a complexidade **das atividades nele** desenvolvidas. A interação desses três fatores – necessidades, deslocamentos, espaços e atividades – resulta na condição da mobilidade urbana no território. Portanto, para uma política voltada para a mobilidade urbana não

basta focar em investimentos de transporte público coletivo, mas deve-se estruturar uma política urbana, que estabelecerá, dentre outros fatores, o modelo territorial pretendido, bem como os princípios e diretrizes norteadores das políticas setoriais, conforme preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT (Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009) estabeleceu os vetores de crescimento orientados à descentralização de atividades no território, segundo uma macrohierarquia do sistema de transportes público coletivo. Essa proposta constitui-se na tentativa formal de reverter a lógica rodoviária presente no processo de planejamento urbano no DF, passando a ser orientado para uma melhora global da mobilidade, com a delimitação do conjunto de centralidades primárias e secundárias, sendo as últimas obrigatoriamente integradas ao sistema de transporte.

Orientado por esse plano mestre, encontra-se em desenvolvimento o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade (PDTU), que contempla a região do DF e entorno. As ações previstas por esse instrumento de planejamento deverão contemplar aspectos relativos à gestão do sistema de transporte público “metropolitano”, compreendendo aspectos financeiros, jurídicos e institucionais. O PDTU incorpora os projetos de transportes em desenvolvimento pelo governo do DF como, por exemplo, a expansão da rede de metrô existente, a implantação de dois sistemas de corredores exclusivos de ônibus e um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos, integrados ao sistema de ônibus convencional, que passará por uma reformulação em decorrência desse conjunto de projetos e propostas.

Com relação ao transporte não-motorizado, destaca-se o programa Cicloviário que está focado na implantação de uma rede de ciclovias no DF, tanto na configuração intra-urbana como na inter-urbana. Apesar dessa primeira iniciativa, não existe uma estrutura de apoio ao sistema em implantação, como por exemplo, bicicletários e paraciclos, além de uma integração com o sistema de transporte público. Entendendo a Mobilidade não somente como uma questão de deslocamento, mas também das condições de infraestrutura urbana oferecidas, há uma necessidade de melhor estruturar o espaço para o pedestre, com mobiliário urbano e calçadas de qualidade, segundo os preceitos de acessibilidade universal.

No entanto, apesar das iniciativas expostas, existe um descompasso entre a expansão urbana e o sistema de transportes do DF em um horizonte curto de tempo. Outro aspecto que merece destaque é a necessidade de se desenvolver uma política de mobilidade urbana que integre aspectos relativos ao Gerenciamento de Demanda de Transportes, como compartilhamento do veículo individual, controle de estacionamentos na região central etc.

Enfim, para ampliar as condições de mobilidade devemos pensar integralmente a cidade e todos os seus aspectos, como desenvolvimento urbano, o setor de transportes e a distribuição espacial dos equipamentos e atividades urbanas no território. Nesse sentido, observa-se um primeiro movimento na capital da república em direção a uma política que de fato promova a melhoria da mobilidade da população, o que representa uma mudança de paradigma em termos de planejamento urbano. 

Vicente Correia Lima Neto é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais (Dirur)



Investimentos federais em mobilidade urbana

A Constituição de 1988 estabelece a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte, e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive transportes urbanos. A CF ainda determina que o transporte coletivo é um serviço público de interesse local e caráter essencial.

O Estatuto da Cidade regulamentou em 2001 a política de desenvolvimento urbano, cuja garantia do direito a cidades sustentáveis inclui a oferta adequada de transporte urbano. O Estatuto também obriga cidades acima de 500 mil habitantes a terem um plano de transporte urbano integrado.

Nesse contexto surge em 2003 o Ministério das Cidades, que cria a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob) para formular a Política Nacional da Mobilidade Urbana e integrá-la às políticas urbanas. Os atuais programas de mobilidade surgem no ano seguinte.

Alguns programas do MCidades, como o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta (Bicicleta Brasil), não envolvem transferências de recursos. Ele busca estimular os governos a desenvolver ações em prol do modo cicloviário, capacitando e estimulando com publicações e eventos.

Outro programa sem transferência de recursos é o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (Brasil Acessível). Ele visa estimular o desenvolvimento de ações que garantam a pessoas com restrição de mobilidade o acesso a sistemas de transportes e equipamentos urbanos.

O MCidades conta também com outras ações, orçamentárias (repasso de recursos a fundo perdido) e não-orçamentárias (financiamentos). Critérios adequados de seleção de projetos, quando usados nesses programas, têm o potencial de estímulo ao desenvolvimento urbano.

O Programa de Infraestrutura para a Mobilidade Urbana (Pró-Mob) de 2005 financia

com o Fundo de Amparo ao Trabalhador intervenções viárias em municípios de mais de 100 mil habitantes. Até 2009 foram aprovadas só 125 cartas (R\$ 170 milhões), distante da meta de 100 (R\$ 300 milhões)/ano.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte) financia mobilidade e sistemas de infraestrutura do transporte coletivo com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De 2002 até 2009 gastou-se no total R\$ 58 milhões, de uma meta de R\$ 600 milhões/ano.

O Programa Mobilidade Urbana repassa a fundo perdido recursos (R\$ 740 milhões até 2009) com a finalidade de promover a melhora na mobilidade. Prioriza os transportes não-motorizados e coletivos ao apoiar a elaboração e implantação de projetos priorizando integração e acessibilidade.

Outro programa de repasse é o Programa Nacional de Acessibilidade, que possui algumas ações geridas pelo MCidades. O programa objetiva promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas só foram gastos cerca de R\$ 15 milhões até 2009.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) possuem maiores gastos: R\$ 4 bilhões (2004 a 2009) nos Programas Trilhos Urbanos e Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros.

Há ainda o programa Segurança e Educação de Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) com uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset). De 2004 a 2009 totalizaram um gasto de pouco mais de R\$ 590 milhões.

Nota-se que a Semob, responsável por integrar a política de mobilidade com as outras políticas urbanas, possui apenas uma ação executada como unidade gestora (com

gastos de R\$ 277 mil até 2009). Além de faltar maior integração com a CBTU, a Trensurb, o Denatran e as secretarias.

Boa parte das ações de mobilidade executadas está vinculada à Secretaria Executiva, CBTU, Trensurb, Denatran ou outros setores. Além disso, ressalta-se o baixo aproveitamento do potencial indutor de melhoria na qualidade do transporte e da mobilidade urbana (especialmente nos financiamentos).

Além dos problemas de coordenação, a mobilidade urbana não tem sido prioridade federal. O valor pago comparado com a dotação inicial do Programa de Mobilidade Urbana gera um nível de execução de 7,21%, atenuado pelos 57,61% dos restos a pagar inscritos efetivamente pagos.

Constata-se que menos de 11% dos gastos federais de 2002 a 2009 com programas de transporte e mobilidade em geral foram para o recorte urbano. Além disso, muitos gastos federais com transporte e mobilidade urbana são feitos com suas próprias empresas (mais de 65% para CBTU e Trensurb).

Analisando os gastos com recursos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) verifica-se que menos de 5% foram para programas de transporte e mobilidade urbana. A lei estabelece que 29% da arrecadação deveria ir para estados para financiar a infraestrutura de transportes.

Com o cenário das Olimpíadas, da Copa e do PAC II, intensificam-se ainda mais essas preocupações com o transporte e mobilidade urbana. Gastos precisarão ser expressivamente mais vinculados ao desenvolvimento urbano, à mobilidade sustentável, à equidade e à justa alocação. 

Ernesto Galindo é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais (Dirur)



O aumento das tarifas de transporte público

As políticas públicas de transporte coletivo e outras políticas econômicas têm sido incapazes de conter o aumento dos custos de transporte de massa e do valor das tarifas de ônibus urbanos, o que coloca um fardo para a maioria da população que depende de transporte público. Estudo dos autores analisou as variações nas tarifas de ônibus urbanos e na renda das famílias entre 1995 e 2008 avaliando seus efeitos sobre a demanda de passageiros pagantes nas nove maiores cidades brasileiras.

Observou-se que nesse período as tarifas dos sistemas de ônibus urbanos tiveram um aumento de cerca de 60% acima da inflação medida pelo INPC. Esse aumento se deu, em larga medida, pelo aumento dos preços de alguns dos principais itens que compõem a estrutura de custos dos sistemas de transporte público urbano, como o óleo diesel que teve um aumento real de preço superior a 70% nos últimos 15 anos, além da queda de produtividade dos sistemas.

Ao longo desse período, o aumento no preço das tarifas foi absorvido com diferentes intensidades pela demanda de passageiros pagantes em função da variação na renda das famílias, podendo-se destacar dois períodos distintos: o primeiro quando houve aumento das tarifas acompanhado por uma depreciação da renda das famílias, entre 1995 e 2003, culminando com a queda de mais de 30% da demanda de transporte público urbano (TPU) nessas cidades; e o segundo, ocorrido desde meados de 2003, quando o aumento dos custos permaneceu, mas houve certo amortecimento dos seus efeitos sobre a demanda provocado pelo crescimento da renda da população, principalmente dos mais pobres. Isso refletiu na estabilização da demanda do TPU e mais recentemente na inversão da tendência de queda observada anteriormente.

Haveria que se argumentar ainda que o vale-transporte tivesse contribuído no amortecimento desse impacto. Contudo, vale ressaltar que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mais de 57% da população economicamente ativa que vivia nas 10 maiores regiões metropolitanas do país em 2008 pertenciam ao mercado de trabalho informal ou estavam desempregas e, portanto, não tinha garantia de recebimento desse benefício tarifário.

Portanto, para a maioria da população, essa parcela que não possui carteira de trabalho assinada, a variação do preço na tarifa de transporte coletivo urbano tende a pesar bastante na escolha do modo de transporte, levando à supressão de viagens ou à realização de deslocamentos a pé ou de bicicleta (ainda que sejam inadequados em caso de grandes distâncias a percorrer). Nesses casos, o alto valor da tarifa costuma se colocar como mais uma barreira na sustentação do nível de demanda do transporte público, implicando em menos deslocamentos realizados por esse modal devido sua substituição por modais não motorizados ou até pela supressão de viagens. De acordo com a pesquisa Origem-Destino de São Paulo, realizada em 2007, por exemplo, cerca de 640 mil viagens por dia em um típico dia útil do mês eram realizadas a pé porque o custo da condução era considerado alto.

O amortecimento e a sensível inversão da tendência de queda da demanda de passageiros, proporcionados pela recuperação do poder de compra das pessoas em relação ao transporte público, também puderam ser observados na relação de número de tarifas compradas por salário mínimo. Em média, um salário mínimo conseguia comprar 199 passagens de ônibus em setembro de 1995. Esse número caiu para 169 em setembro

de 2003 e voltou a subir alcançando 215 no mesmo mês de 2008.

No entanto, o crescimento sistemático do preço das tarifas de ônibus urbano acima da inflação, aliado às melhoras nas condições de renda da população, particularmente nos últimos oito anos, tendem a estimular também a substituição de viagens de transporte coletivo por outros modais individuais. Os recordes de vendas de automóveis e motocicletas que vêm sendo batidos a cada ano explicam em parte a evasão freqüente de passageiros dos sistemas de transporte público, deteriorando a situação do trânsito nas cidades.

É importante destacar a fragilidade das atuais condições de mobilidade urbana nas principais regiões metropolitanas brasileiras diante dessa trajetória persistente de crescimento dos custos dos serviços de transporte público e do uso intensivo do transporte individual motorizado pela população. Em um cenário no qual essa trajetória se mantenha, uma possível piora nas condições econômicas atuais, com retração da renda familiar, poderia desencadear conseqüências negativas para a demanda dos serviços de transporte público, como ocorreu em um passado recente, com sérias conseqüências para a mobilidade da população dos grandes centros urbanos. Por isso, a adoção de políticas de melhoria e redução dos custos do transporte público torna-se ainda mais importante nesse momento em que se faz possível aproveitar as condições gerais da economia para dar uma trajetória mais sustentada na recuperação do transporte público. Espera-se que o presente estudo reacenda esse debate. 

Carlos Henrique R. de Carvalho é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas do Estado, das instituições e da democracia (Diest)

Rafael Henrique M. Pereira é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais (Dirur)

Competitividade

Brasil é o sexto do mundo em empreendedorismo

O Brasil ficou em sexto lugar no mundo em empreendedorismo em 2009, com 15,3% da população, o equivalente a 18,8 milhões de pessoas, fazendo parte da Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) – negócios com menos de 42 meses de existência. A taxa registrada ficou acima da média histórica do país que é de 13%. Em 2008, a TEA ficou em 12%.

Os dados constam da décima edição da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor – GEM, que mede o nível de empreendedorismo em diversos países, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP).

No ranking dos países, o primeiro colocado é a Colômbia, com 22%, seguido do Peru, que tem 21%. O terceiro país mais empreendedor é a China, que obteve o índice de 19% em 2009. A pesquisa foi divulgada hoje (6), na capital paulista.

De acordo com a pesquisa, as mulheres lideram o empreendedorismo, com uma participação de 53%. O percentual dos homens é de 46%. A pesquisa indicou, ainda, que a população empreendedora está concentrada entre os jovens de 18 a 34 anos, com 52,5%. Do total de empreendedores, 20,8% têm de 18 a 24 anos e 31,7%, entre 25 e 34 anos. Os adultos de 55 a 64 são a menor taxa, com 4,3%.

Segurança

ONU enviará 130 mulheres militares para o Haiti

A Organização das Nações Unidas (ONU) determinou no início de março o envio de 130 mulheres militares, de Bangladesh, para o Haiti. As militares atuarão na área de segurança dos campos de desabrigados – vítimas do terremoto do dia 12 de janeiro. A decisão foi tomada pelo Departamento de Operações de Paz da ONU. O grupo vai reforçar as ações dos militares que já atuam sob orientação do Conselho de Segurança, segundo informações do órgão.

Já o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) celebrou o retorno das crianças às salas de aula, depois de três meses afastadas das escolas. O terremoto destruiu cerca de 4 mil escolas, atingindo 3 milhões de crianças. Cerca de 38 mil alunos e 1,3 mil professores morreram em decorrência dos tremores de terra. Segundo o Unicef,

é fundamental que as crianças recuperem o sentimento de segurança e normalidade ao frequentar o ambiente escolar.

Pelo menos 222 mil pessoas morreram em decorrência do terremoto do dia 12 de janeiro, que alcançou 7 graus de magnitude na escala Richter e devastou o país.



Carlos Mar Cond

Desempenho

Terremoto pode reduzir PIB do Chile em até 1,5%

Depois do pior terremoto dos últimos 50 anos no Chile, o governo fez um balanço econômico dos efeitos dos abalos no país. No relatório *Política Monetária* referente ao mês de março, Banco Central deste país informou que os tremores de terra e tsunamis afetarão o crescimento econômico e a inflação neste ano.

A previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) deve variar de 4,25% e 5,25% – ligeiramente inferior ao calculado em dezembro do ano passado. As informações são do Banco Central do Chile. De acordo com o relatório, a perda de capital implica uma tendência de que o PIB fique entre 1% e 1,5% inferior à taxa prevista antes do terremoto. Segundo o documento, os efeitos a curto prazo, em decorrência dos abalos sísmicos, no primeiro

trimestre, são da ordem de 3 pontos percentuais do PIB – que deve diminuir cerca de 2 pontos percentuais no segundo trimestre.

Em entrevista coletiva, as autoridades reiteraram o exposto no relatório sobre a confiança dos esforços para a reconstrução do Chile unindo os setores público e privado. De acordo com o documento, 3% do estoque de capital líquido produtivo da economia foram destruídos. O patrimônio líquido é o valor bruto do capital social, deduzidas as depreciações de ativos devido à deterioração física ou danos acidentais normais.

No dia 27 de fevereiro, o Chile foi atingido por um terremoto de 8,8 graus de magnitude na escala Richter que afetou as regiões Central e Sul do país. Cerca de 500 pessoas morreram e 1,3 milhão ficaram desabrigadas.

Movimento portuário caiu 6,8% na América Latina

A crise econômica que afetou os países em 2009 também produziu uma diminuição na atividade dos principais portos da América Latina e Caribe, segundo informou recente ranking elaborado pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe).

Os 20 principais portos da região registraram em conjunto uma queda de 6,8% no movimento de containers, em relação ao ano anterior. Em alguns casos, a queda superou 30% no volume movimentado. Apesar das

reduções, não houve alterações nas posições dos portos no ranking em relação a 2008.

O porto de Santos, no Brasil, segue liderando a lista, com 2,25 milhões de TEU (unidade de referência equivalente a um container padrão), volume que representou queda de 15,7% em relação ao movimentado em 2008.

O complexo portuário de Colón e Balboa, no Panamá, continua na segunda posição, com 2,21 e 2 milhões de TEUs, respectivamente. Ambos os casos apresentaram queda de movimento em relação ao ano anterior.

De todos os portos analisados pela Cepal, apenas cinco registraram aumento no movimento de TEUs em relação ao ano anterior, mas em muitos desses casos este avanço se deve a uma maior movimentação de containers vazios.

Segundo a Cepal, a situação verificada nos portos da América Latina e Caribe não é anômala em relação ao resto do mundo, pois os principais portos do globo também registraram quedas em suas movimentações no ano passado.

Tratado

Comércio entre Mercosul e Israel começa a vigorar

Entrou em vigor no início de março (dia 4) o Tratado de Livre Comércio entre Israel e o Mercosul, bloco econômico que reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Com a formalização do acordo, termina a série de negociações iniciadas durante a Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, em 2005. Israel é o primeiro país fora do território sul-americano a formalizar o comércio bilateral com o bloco.

Até agora, somente o Brasil e o Uruguai, entre os países do Mercosul, autorizaram as trocas comerciais com Israel. A Argentina e o Paraguai ainda não encerraram os procedimentos que formalizam o Tratado de Livre Comércio em seus respectivos territórios, mas isso não impede que os negócios comecem a ser realizados pelo Brasil e pelo Uruguai.

O primeiro passo para a efetiva troca comercial entre Israel e os países do Mercosul, segundo o secretário de

Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Welber Barral, é a redução tarifária para uma lista de produtos que entrarão na pauta comercial de cada um dos países que compõem o bloco econômico sul-americano.

Oito mil itens com tarifa reduzida ao longo dos próximos oito anos compõem a pauta comercial oferecida por Israel. O Mercosul, por sua vez, oferece 9.424 itens

com tarifa reduzida gradativamente em dez anos. O Brasil está interessado nos setores de agronegócio, defesa espacial, mineração, indústria têxtil, tecnologia, aviação e medicamentos.

Cerca de 150 empresas israelenses operam no Brasil. A maioria oferece serviços de alta tecnologia em áreas como agricultura, telecomunicações, tecnologia da informação, produtos e tecnologias de segurança e equipamentos médicos.



Medicamentos, agronegócio e indústria têxtil: alguns dos setores de interesse do Brasil

Milton Santos

De descendente de escravos alforriados a *doutor honoris causa*, o geógrafo questionou a globalização e ajudou a pensar o desenvolvimento do Brasil

Ivy Farias – em São Paulo



No Brasil, falar em Milton Santos é associar o nome a um de seus objetos de estudo, a globalização. A associação, claro, faz todo o sentido desde o ano 2000, quando ele publicou o livro *Por Uma Outra Globalização* (Editora Record). Entretanto, o legado deste intelectual brasileiro tem múltiplas facetas, que vão além da mera crítica às relações comerciais e culturais entre países do globo.

Formado em Direito, geógrafo brilhante, nordestino, negro: há muitas conexões a serem feitas a Milton Santos, que hoje, dentre as várias homenagens recebidas, empresta seu nome a uma biblioteca municipal em uma região periférica da cidade de São Paulo. Pela trajetória e legado do intelectual, essa associação não poderia ser mais justa.

Trajetória que começou em Brotas de Macaúbas, pequeno município na região da Chapada Diamantina (BA), onde, em 3 de maio de 1926, nasceu Milton Almeida dos Santos, filho de uma família de professores primários descendentes de escravos alforriados.

Duas décadas depois, em 1948, já na capital do estado, Salvador, ele se formou em Direito em uma das escolas mais tradicionais do país, a Universidade Federal da Bahia. Deixou o estado e o país em 1956 para concluir seu doutorado em Geografia Humana na Universidade de Strasbourg, na fronteira entre a Alemanha e a França. Voltou dois anos depois, para fazer sua livre-docência na mesma escola em que cursou Direito, a UFBA, mas desta vez com o enfoque em sua verdadeira vocação, a geografia.

Santos volta ao exterior após ter sido perseguido pelos órgãos de repressão militares, na sequência do golpe de 64: depois de passar dois meses preso em Salvador, ele partiu para um exílio voluntário, no qual

lecionou como professor convidado em universidades de todo o mundo, de Paris à Tanzânia, passando pelas prestigiosas Universidade de Columbia e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), ambas nos Estados Unidos.

Antes de seguir para o Canadá, casou-se em 1972 com Marie Hélène Tircelin, que havia sido sua aluna em Bordeaux. Cinco anos depois nasceu, na Bahia, o primeiro filho do casal, Rafael. Como geógrafa, Marie Hélène contribuiu com seu mestre fazendo traduções e trocando ideias. É neste período que ele publica *“Por uma Geografia Nova”*, obra emblemática da geografia moderna.

Com a reabertura política do Brasil, ele fixa-se na capital paulista, onde permaneceu como professor da Universidade de São Paulo. Milton recebeu mais de vinte títulos de doutor *honoris causa* em universidades do Brasil e do mundo. Em 1994, foi o primeiro nativo de um país em desenvolvimento a receber o prêmio Vautrin Lud, espécie de prêmio Nobel da geografia. Tantos títulos, porém, não abalaram sua personalidade: o professor nunca deixou de defender que o intelectual deve “ser humilde frente à realidade, mas corajoso para criticá-la”.

Coragem não lhe faltou para criticar um dos maiores fenômenos contemporâneos, a globalização. Foi nos corredores da USP, entre as aulas que dava para cursos de pós-graduação, que Milton Santos concebeu a ideia de que era possível sim, construir uma nova globalização, construída por e para os excluídos, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos povos. E é neste mesmo contexto que o geógrafo aponta como “vilões” o dinheiro e a informação, pela forma tirana como são usados pelas grandes corporações, inacessíveis para grande percentual da população.

“Em 1994, foi o primeiro nativo de um país em desenvolvimento a receber o prêmio Vautrin Lud, espécie de prêmio Nobel da geografia.”

Em *“Por Uma Outra Globalização”* ele classifica o fenômeno como fábula, pela maneira como as empresas e os Estados construíram a ideia de que a globalização era inevitável; e perversidade, pois os mais pobres não tinham acesso aos seus principais benefícios. Mas o geógrafo também vislumbra no fenômeno uma possibilidade para o futuro, com uma pequena dose de esperança, ao considerar que seriam justamente os mais pobres a exercer um papel de liderança no processo de globalização, podendo deflagrar um movimento social transformador.

Nem tudo na aldeia global era ruim, salientou o geógrafo. Mesmo sem ver os recentes terremotos que arrasaram o Haiti e o Chile, Santos previu que haveria uma solidariedade mundial como consequência da era da informação rápida e cada vez mais acessível. Apesar de ter ficado marcado por suas opiniões sobre a globalização, Milton Santos não se prendeu apenas a este assunto, e sua produção abordou também questões como o uso do espaço, em *Metamorfoses do Espaço Habitado* e *A Natureza do Espaço*, ambos editados pela Edusp.

Até 2000, escreveu mais de 40 livros e centenas de artigos. Entretanto, em 24 de junho de 2001, depois de sete anos lutando contra a doença, um câncer de próstata parou sua produção. No mesmo ano foi publicada a obra póstuma *“Brasil e Sociedade no Início do Século XXI”* (Editora Record) em parceria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira. 

Bonito por natureza

Cora Dias – de Brasília

Brasil tem sete paisagens naturais reconhecidas pela Unesco
como Patrimônio da Humanidade

“Se houver paraíso na Terra, não deve estar longe”, foi o que disse Américo Vespúcio, navegador florentino que realizou expedições por terras brasileiras a mando da coroa portuguesa, em 1501. O que fez com que Vespúcio usasse essa expressão foi a exuberância do Arquipélago de Fernando de Noronha que, juntamente com o Atol das Rocas, compõe um dos sete bens naturais reconhecidos pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) como Patrimônios da Humanidade. São áreas delimitadas que devem seguir à risca os critérios de preservação exigidos pela Unesco para se manterem na Lista de Patrimônios Mundiais.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural criada pela organização em 1972 estabelece diretrizes para que países signatários indiquem sítios, naturais ou culturais, para entrarem para a Lista. Os bens naturais devem ser constituídos por formações físicas e biológicas com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. Os sítios naturais compõem, também, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas.

De acordo com Celso Schenkel, coordenador do setor de Ciências Naturais da Unesco no Brasil, assim como acontece com os bens culturais, a avaliação sobre cada candidatura para bem natural é realizada por órgão competente. “Os sítios naturais sugeridos pelos países signatários são visitados por equipes da União Internacional para a Conservação da Natureza, que avaliam proteção e gerenciamento locais”, explica.

A principal diferença entre sítios culturais e naturais está no grau de intervenção humana. Segundo Carlos Fernando Moura Delphim, Coordenador-Geral de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do Depam-Iphan, paisagem cultural é aquela em que o homem insere marcas de suas ações. “De acordo com a Carta de Bagé, a paisagem cultural resulta da interação do homem com a natureza”. É o caso do Parque Nacional Serra da Capivara

que é considerado bem cultural por apresentar sítios pré-históricos de arte rupestre. Nessa mesma linha, órgãos responsáveis pretendem sugerir regiões da cidade do Rio de Janeiro, como o Jardim Botânico e o Parque da Tijuca, para tornarem-se bens culturais da humanidade.

O órgão brasileiro responsável pela indicação de sítios naturais à Lista do Patrimônio Mundial é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), feitas por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Para preservar e manter os bens culturais e naturais, os países signatários da Convenção contribuem para o Fundo do Patrimônio Mundial. Os países comprometem-se a pagar ao fundo, regularmente, de dois em dois anos, contribuições que não devem ultrapassar 1% do que esses países contribuem para o orçamento ordinário da Unesco.

PRESERVAÇÃO E TURISMO Conciliar preservação e turismo é um dos grandes desafios para os gestores desses sítios naturais. De acordo com Delphim, deve haver uma séria programação para as atividades turísticas, para que não prejudiquem o estado de conservação desses locais. “Em Bonito (MS), por exemplo, toda visita é guiada e previamente programada, com um número limitado de visitantes por período de tempo”. Bonito ainda não está na lista do

“Devemos entender a riqueza ambiental não só como um patrimônio científico, natural. Trata-se de uma gigantesca fonte de inspiração e de criatividade para o homem que modelou suas culturas em função dessa riqueza”

Aziz Ab’Saber,
geógrafo

Patrimônio Mundial, mas é exemplo dessa conciliação entre turismo e preservação.

Existem casos em que a Unesco estabelece patrimônios que estão em perigo. Foi o que aconteceu com o Parque do Iguaçu, em 1999. Celso Schenkel, da Unesco no Brasil, conta que, devido a reabertura ilegal da Estrada do Colono por comunidades locais em 1997, a Organização ameaçou retirar o sítio natural da Lista caso a estrada não fosse fechada definitivamente.

Na apresentação do livro da Unesco Patrimônio Mundial no Brasil, o geógrafo Aziz Ab’Saber conclui que “devemos entender a riqueza ambiental não só como um patrimônio científico, natural. Trata-se de uma gigantesca fonte de inspiração e de criatividade para o homem que modelou suas culturas em função dessa riqueza”.

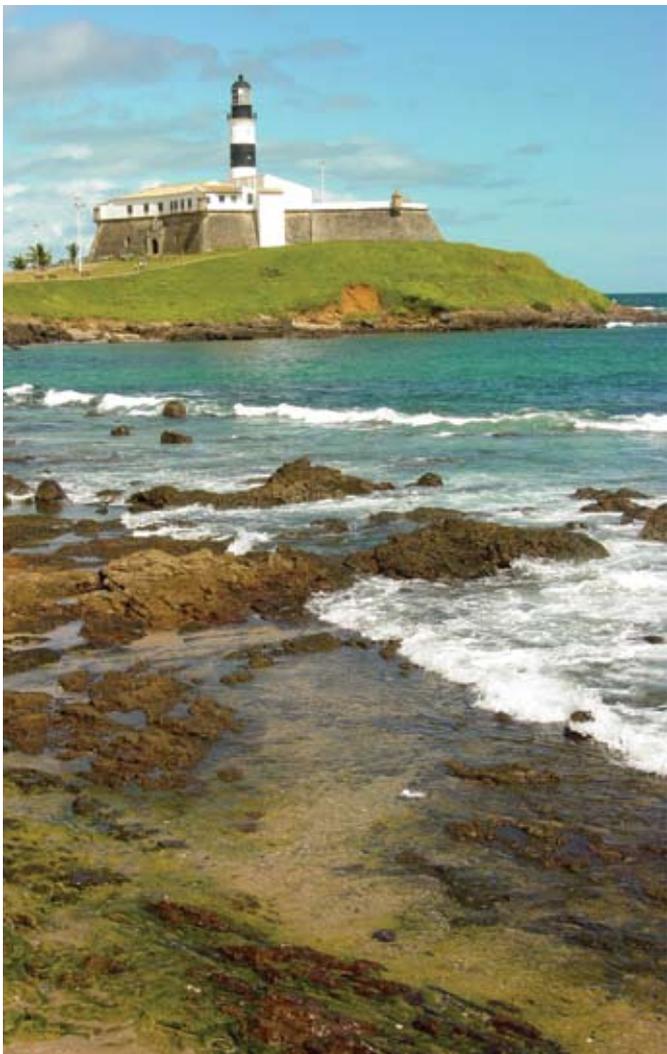
Os Patrimônios Naturais do Brasil*

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU Situado no oeste do Estado do Paraná, fronteira do Brasil com a Argentina, o Parque foi inscrito como Bem Natural, na Lista de Patrimônio da Humanidade, em 1986, dois anos após a inscrição do Parque Iguazú, situado em território argentino. Juntos, os dois parques abrigam a totalidade das quedas d'água denominadas "Cataratas do Iguaçú" e formam uma das maiores áreas de floresta subtropical preservadas no mundo, cobrindo 225 mil hectares, dos quais 75% estão em solo brasileiro.

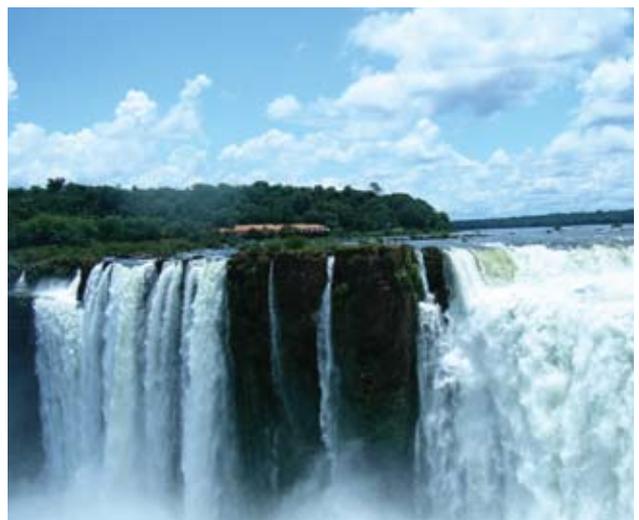
MATA ATLÂNTICA: RESERVAS DO SUDESTE A área protegida constitui-se de 25 unidades de preservação, de várias categorias de domínio, federal (Ibama) e estaduais (parques reservas e estações ecológicas) e está dividida entre os estados de São Paulo e Paraná. Com uma área de 493.028 hectares e 200 quilômetros de largura, a reserva, inscrita na Lista de Patrimônio da Humanidade em 1999, é um dos mais significativos corredores biológicos brasileiros com a maior concentração de remanescentes da Mata Atlântica do País.

RESERVAS DA MATA ATLÂNTICA: COSTA DO DESCOBRIMENTO Situada a leste da costa brasileira, na faixa litorânea que vai do norte do Espírito Santo ao sul da Bahia, a costa do Descobrimento foi inscrita em dezembro de 1999, na Lista do Patrimônio Mundial. O conjunto das oito áreas que compõem a Costa, juntamente com a Mata Atlântica do Sudeste e algumas áreas isoladas no litoral dos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, representa um ecossistema bastante ameaçado, sendo que hoje restam apenas em torno de 8% do total de um milhão de quilômetros quadrados originais.

Stock

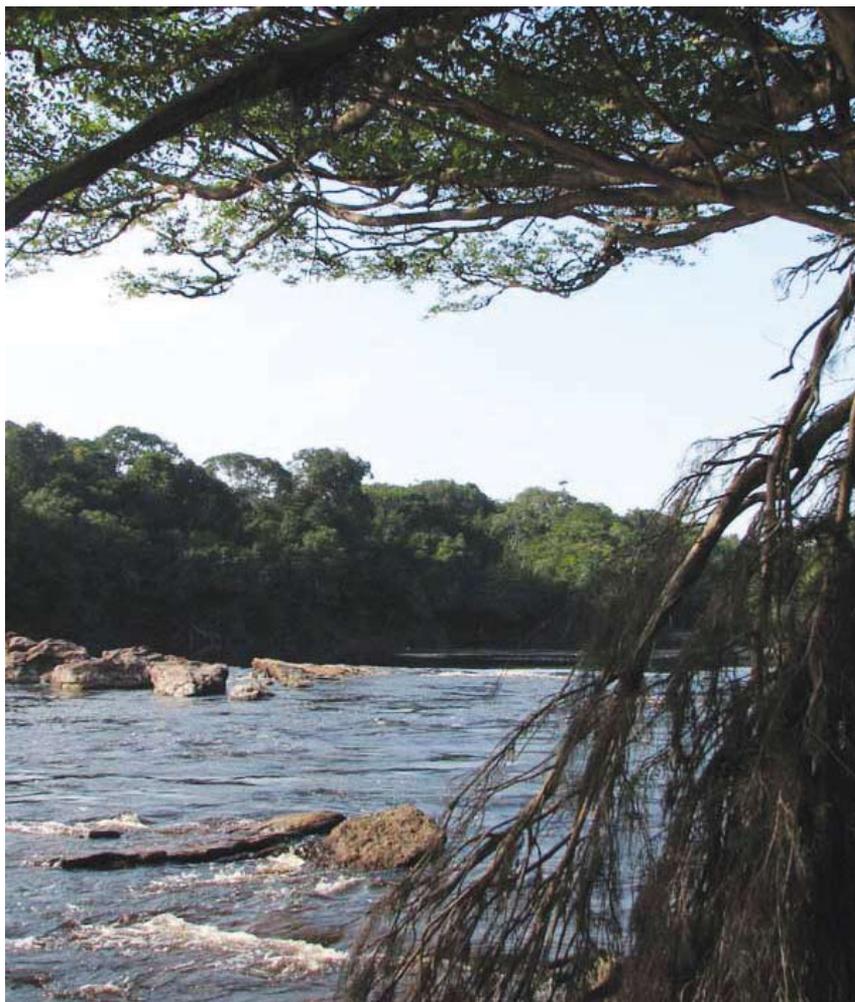


Bruna Bernacchio



Stock

Da esquerda para a direita: Farol da Barra, na Bahia; Pantanal, no Mato Grosso do Sul; e Cataratas do Iguaçú, no Paraná



Parque Nacional do Jaú, no Amazonas

187.818

hectares

é a superfície do Pantanal, localizado na porção sudoeste do estado do Mato Grosso e noroeste do estado do Mato Grosso do Sul

PARQUE NACIONAL DO JAÚ Situado no centro do estado do Amazonas, a aproximadamente 200 quilômetros a noroeste de Manaus, o Parque foi inscrito na Lista de Patrimônio da Humanidade em 2000. O sítio protege uma amostra, vasta e representativa, da floresta das planícies centrais da Amazônia. Uma das razões que justificam sua inscrição é a concentração de grande parte da diversidade biológica associada ao sistema de águas pretas. É a única Unidade de Conservação do país que preserva toda a bacia de um rio volumoso e extenso – aproximadamente 450 quilômetros –, o Rio Jaú.

ÁREAS PROTEGIDAS DO CERRADO O sítio é constituído por dois parques nacionais – Parque Nacional das Emas e Parque Nacional Chapada dos Veadeiros – localizados no estado de Goiás, totalizando 373.953 hectares. Graças à sua posição central e à variação de altitudes que as caracterizam, essas áreas serviram de refúgio relativamente estável para as espécies quando mudanças climáticas ocasionaram o deslocamento do Cerrado para o eixo norte-sul ou leste-oeste. O sítio, inscrito como Patrimônio Mundial em 2001, apresenta um mosaico com todos os habitats essenciais que caracterizam esse ecossistema, abrigando 60% de todas as espécies da flora e quase 80% de todas as espécies de vertebrados descritas no Cerrado.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO PANTANAL Com uma superfície inscrita de 187.818 hectares, esse sítio localiza-se na porção sudoeste do estado do Mato Grosso e noroeste do estado do Mato Grosso do Sul, adjacente à fronteira com a Bolívia. Inscrito em 2000, a área é representativa do conjunto do Pantanal e ilustra os processos ecológicos e biológicos em curso na região. A associação dos montes Amolar e dos ecossistemas dominantes de zonas úmidas de água doce conferem um apelo ecológico inigualável. O sítio tem ainda um papel chave na dispersão das matérias nutritivas por toda a bacia e constitui a reserva mais importante da região para a manutenção do estoque de peixes do Pantanal.

ILHAS ATLÂNTICAS BRASILEIRAS: RESERVAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS

Localizado ao largo da costa nordeste do Brasil, esse sítio natural, inscrito da Lista de Patrimônio da Humanidade em 2001, é um complexo insular tropical que possui 2.454.400 hectares. As áreas núcleos, referentes às unidades de conservação, correspondem a 68.000 hectares, na Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas, e 13.000 há, no Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha. Essas áreas destacam-se por suas particularidades, constituindo singular sistema emerso e submerso da porção tropical do Atlântico Sul. 

*com informações do livro da Unesco: *Patrimônio Mundial no Brasil*

Pela igualdade racial

Viviane Pereira Nunes – do Rio de Janeiro

Catálogo de projetos que promovem melhores condições de vida para população negra registra mais de 300 iniciativas, algumas com mais de 50 anos de existência



Divulgação

CAPEM – Centro
Aplicado de Pesquisa em
Educação Multiétnica
(Duque de Caxias, RJ)

A escravidão foi abolida há 112 anos no Brasil, mas até hoje as políticas públicas de promoção da igualdade racial não eliminaram o problema da desigualdade no acesso a oportunidades iguais para todos os cidadãos brasileiros. A sociedade civil e população em geral, entretanto, não ficou impassível diante deste quadro. É o que mostram os 75 projetos de luta por melhores condições de vida para a população negra inscritos no Prêmio Igualdade Racial, entregue pela primeira vez este ano pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e pela ONG Criar Brasil.

A mobilização nacional contra o racismo também fica evidente em 300 iniciativas registradas nas quatro regiões do país em um catálogo lançado durante a entrega do prêmio em março, no Rio de Janeiro.

Algumas destas atividades têm mais de 50 anos de existência.

“O principal ponto é que essas iniciativas já vêm de longa data. E os caminhos que seguem são os mesmos: a educação, a questão da cultura, das raízes, que são fundamentais para compor a identidade de uma pessoa”, avalia a assistente social Lúcia Maria Xavier, jurada do prêmio.

“Hoje, o Brasil finalmente acordou para aquilo que não foi feito no século XIX e está fazendo no século XXI, que é instituir políticas públicas para a inclusão do negro”

Edson Santos,
ministro da Igualdade Racial

O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, entregou o prêmio aos cinco projetos finalistas, e comemorou o fato de o governo estar finalmente reconhecendo que a desigualdade racial existe, e promovendo ações para combatê-la, como a política de cotas nas universidades públicas e no ProUni, programa do governo federal que oferece bolsas de estudo em universidades particulares.

“Hoje, o Brasil finalmente acordou para aquilo que não foi feito no século XIX e está fazendo no século XXI, que é instituir políticas públicas para a inclusão do negro”, disse o ministro, acrescentando que devemos “convencer a sociedade brasileira da importância de todas as iniciativas que visam a igualdade racial”.

Os cinco finalistas receberam prêmios em dinheiro, e os premiados foram temas de cinco programas especiais de rádio e de um DVD multimídia.

Prêmio Igualdade Racial

1º LUGAR: ORI INU – A CABEÇA DE DENTRO (PORTO ALEGRE) O vencedor do primeiro Prêmio Igualdade Racial foi o projeto realizado pela Comunidade Terreira Ilê Axé Yemonjá Omi Olodô há sete anos na Vila São José, no bairro Partenon, um dos bolsões de pobreza de Porto Alegre. Este promove diferentes atividades com crianças, jovens e adultos que visam divulgar e fortalecer a cultura afrodescendente, por meio da vivência da religião e buscando soluções para a vida intelectual e profissional dos participantes. Mais de 500 pessoas já foram beneficiadas pelas atividades pedagógicas, de formação profissional e promoção da cidadania do projeto. Uma destas atuações foi para o desenvolvimento de um núcleo de moda étnica com mulheres da comunidade. O terreiro também promove a assistência social e a distribuição de cestas básicas, por meio de parcerias com órgãos públicos.

“Este projeto é o nosso filho, o nosso sonho. Por mais que os terreiros sejam espaços milenares, queríamos levar a cultura afro para mais pessoas, criar uma alternativa em uma sociedade racista, branca e

intolerante. Nossa ideia é de continuidade, por isso temos atividades que visam muito a criança e o adolescente, em formação”, diz Bábà Diba de Iyemonjá, líder espiritual desta comunidade.



Comunidade Terreira Ilê Axé Yemonjá Omi Olodô da Vila São José, no bairro Partenon, em Porto Alegre.

2º LUGAR: CENTRO APLICADO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MULTIÉTNICA – CAPEM – (DUQUE DE CAXIAS, RJ) Como grande parte das iniciativas de inclusão social inscritas no Prêmio Igualdade Racial, o Capem nasceu a partir de um curso pré-vestibular comunitário, em 1994, mas se expandiu rapidamente. Hoje, cerca de 400 pessoas que tiveram aulas neste sobrado já ingressaram em universidades públicas e uma parte delas voltou para dar aulas e oferecer oportunidade a novos alunos. A associação também conseguiu reunir uma biblioteca de três mil títulos, na qual crianças têm a oportunidade de fazer leituras que discutem a questão racial. Além disso, o tema é tratado em grupos de debate. Promove ainda o grafite como fonte de renda e a alfabetização de jovens e adultos. As atividades têm como a população de Duque de Caxias e entorno na Baixada Fluminense (RJ), uma região de baixa renda e com escassos recursos.

“Procuramos trabalhar a questão geográfica, mostrando às pessoas que elas podem contribuir para melhorar as condições de vida no local onde moram. Que elas não devem simplesmente pensar em melhorar e ir embora”, diz Giane Campos, coordenadora do centro.

3º LUGAR: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CHAPADA DOS NEGROS (ARRAIAS – TO) “Quando eu conheci a capoeira, conheci minha verdadeira identidade. E pensei, vou levar essa mensagem para o pessoal de Arraias”, conta Mestre Fumaça, que criou a associação em 1985. Segundo ele, até então, ele sentia vergonha de ser negro, não se identificava com suas raízes. Hoje, ele e sua família vivem dia e noite para o projeto que divulga a força dessa tradição esportiva e cultural trazida com os negros da África. A ACCN está localizada em Arraias, interior de Tocantins, uma cidade histórica de quase 270 anos,

construída pelas mãos fortes e sofridas dos escravos africanos. O projeto já levou a capoeira para outros dez municípios de Tocantins e norte de Goiás, incluindo três comunidades quilombolas rurais.

4º LUGAR: FAMÍLIA ALCÂNTARA CORAL (JOÃO MONLEVADE, MG) O projeto Família Alcântara Coral surgiu na década de 60, quando uma família de descendentes do quilombo de Caxambu, no interior de Minas Gerais, resolveu formar um coral para mostrar a musicalidade dos antepassados africanos. Foi Pedro, um dos filhos da matriarca Vó Mena, quem teve a ideia. O coral conta com parcerias locais como a prefeitura da cidade, Fundação Casa da Cultura e empresas. Atualmente tem 45 integrantes entre irmãos, agregados e filhos, que já fizeram diversas apresentações em cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, e também na Europa.

“Quando eu conheci a capoeira, conheci minha verdadeira identidade. E pensei, vou levar essa mensagem para o pessoal de Arraias”

Mestre Fumaça,
criador da Associação Cultural Chapada dos Negros, em 1985



Capoeira: tradição esportiva e cultural na Chapada dos Negros (TO)



Apresentação do coral da Família Alcântara (acima); sala de aula de curso pré vestibular quilombola, na BA (acima, à dir.), e atividade do Capem, no RJ

“A música foi uma forma que encontrei para ficarmos juntos. Nós dividimos o que temos com o coral, com o teatro e com o congado”, explica Pedro de Alcântara, que toca hoje o projeto com as irmãs Ivone e Casemira, que promovem oficinas de música, teatro e congado.

5º LUGAR: PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBOLA (VITÓRIA DA CONQUISTA, BA) Os 60 alunos quilombolas que freqüentam o curso Pré-Vestibular de Vitória da Conquista não aprendem apenas as disciplinas que caem no vestibular. Além do vasto conteúdo das matérias obrigatórias, os jovens se engajam na comunidade, se reconhecem como quilombolas, elevando a auto-estima. O projeto, que tem um ano de existência, é fruto da organização do Conselho Regional Quilombola e da luta pelas cotas adicionais na UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Todos os professores são voluntários e cumprem um cronograma e horário de aulas adequado à realidade dos jovens, com aulas pela

manhã para valorizar a permanência em sua comunidade rural.

“Dentro do cursinho estamos formando uma comunidade de jovens, para discutir as questões dos quilombolas”, conta a professora Maria do Alívio Trindade, coordenadora do pré-vestibular.

De acordo Lucia Maria, que coordena hoje a organização para mulheres negras Criola, além de fazer parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Social, durante a seleção dos projetos foi dado destaque especial para o empreendedorismo local. “Essas iniciativas mostram o quanto a sociedade se beneficia da cultura afro-brasileira, o quanto ela tem a contribuir de uma forma geral para o patrimônio público”, acrescentou Lúcia Maria.

Já o presidente da ONG Criar Brasil, João Paulo Malerba, conta que a qualidade dos projetos inscritos no prêmio impressionou, assim como a grande quantidade de iniciativas promovidas em áreas longe dos centros urbanos. Ele explica que o

“Essas iniciativas mostram o quanto a sociedade se beneficia da cultura afro-brasileira, o quanto ela tem a contribuir de uma forma geral para o patrimônio público”

Lucia Maria,
coordenadora da organização
para mulheres negras Criola

objetivo do evento é auxiliar na replicação de iniciativas que promovam uma cultura não discriminatória, por meio de atividades que assegurem à população o exercício pleno de cidadania, independente de sua cor e raça.

“O objetivo não é só premiar estes projetos, mas divulgá-los, por isso produzimos um catálogo. Queremos que mais pessoas saibam destas iniciativas e as transformem em sementes”, afirmou Malerba. 

Usina Hidrelétrica de Itaipu

Vinte e sete anos após sua fundação, a hidrelétrica binacional
é alvo de disputa entre Brasil e Paraguai



O esforço diplomático entre Brasília e Assunção, cujo objetivo é revisar cláusulas financeiras do tratado de Itaipu, tem mantido nos últimos dias a hidrelétrica binacional sob os holofotes, 27 anos após sua fundação. O Paraguai quer receber mais pela energia que não consome, e que acaba vendendo a preço de custo ao Brasil. O país vizinho também quer comercializar parte desse excedente no mercado livre brasileiro. Para o presidente paraguaio Fernando Lugo, atingir essas metas se tornou uma questão prioritária, e ele conta com o apoio do parlamento e da população de seu país. A orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o diálogo, mas qualquer mudança nas regras do tratado depende de aprovação do Congresso Nacional.

Localizada num trecho de fronteira do Rio Paraná, a usina hidrelétrica de Itaipu começou a ser pensada ainda na década de 1960, quando foram assinados os primeiros acordos de cooperação entre Brasil e Paraguai. As primeiras pesquisas de campo para a elaboração do projeto foram feitas em pequenas balsas por técnicos brasileiros e paraguaios. O local escolhido para a construção foi um ponto do rio conhecido como Itaipu, que em tupi quer dizer “a pedra que canta”. A formalização do empreendimento se deu com a assinatura do tratado de 1973, que estabeleceu os pontos para o financiamento da obra e a operação da empresa, num modelo de sociedade binacional, pertencente às duas nações em partes iguais. Pelo documento, cada um dos países tem direito a 50% da energia produzida. Caso uma das partes não use toda a cota, deve vender o excedente ao parceiro a preço de custo.

As dimensões do projeto também estavam traçadas desde o início: a área da hidrelétrica vai de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del’Este, no sul do Paraguai, até Guaíra e Salto del Guairá, no norte deste país. Entre 1975 e 1978 mais de 9 mil casas foram construídas nas duas margens do rio Paraná, para abrigar os trabalhadores que construíam

a usina. Para que se tenha uma dimensão do empreendimento, até um hospital foi erguido no local.

Na época da construção, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes. Em dez anos, a população se multiplicou para 101.447 pessoas. Os números da obra, que levou 10 anos para ser concluída, são impressionantes: aglutinou cerca de 40 mil trabalhadores; mais de 50 milhões de toneladas de terra e rocha foram escavadas para ser feito o deslocamento do curso do rio Paraná, o sétimo maior do mundo; a quantidade de concreto usado para construir a usina seria suficiente para erguer 210 estádios do tamanho do Maracanã; seria possível levantar 380 Torres Eiffel com o total de ferro e o aço utilizados no empreendimento; mais de 35 mil animais que viviam na área a ser inundada pelo lago da usina foram removidos.

“O local escolhido para a construção foi um ponto do rio conhecido como Itaipu, que em tupi quer dizer ‘a pedra que canta’ ”

A obra também ajudou a dinamizar vários setores da economia brasileira. No início da década de 1980, o transporte de materiais para a Itaipu Binacional mobilizou 20.113 caminhões e 6.648 vagões ferroviários, enquanto a demanda por mão de obra provocava filas imensas nos centros de triagem dos consórcios. A roda da primeira turbina, com 300 toneladas, saiu de São Paulo em 4 de dezembro de 1981 e chegou ao canteiro de obras em 3 de março de 1982. O primeiro giro mecânico de Itaipu ocorreu em dezembro de 1983, como teste. Em 5 de maio de 1984 a gigante entrou em operação com uma unidade geradora de energia, de um total de 20 previstas no

50

milhões de

toneladas de terra e rocha foram escavadas na época da construção da hidrelétrica de Itaipu

projeto. As duas últimas turbinas foram inauguradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva somente em 2007, 33 anos depois do início da construção. Até 2006, a usina brasileira-paraguaia foi considerada a maior do mundo, sendo batida pela entrada em operação da usina Três Gargantas, localizada na China.

Atualmente, a capacidade de geração da usina é de 14 GW por ano, sendo que cada uma das 20 unidades geradoras fornece 700 MW/ano. O recorde de produção foi atingido em 2000, quando a Itaipu Binacional gerou 93,4 bilhões kWh. Em 2004, quando completou 20 anos de atividade, a usina já havia gerado energia suficiente para abastecer o mundo durante 36 dias. Do lado brasileiro do rio Paraná, 20% da energia elétrica consumida no país vem de Itaipu.

O Paraguai utiliza apenas cerca de 5% da energia gerada em Itaipu, o suficiente para abastecer 95% de sua demanda por eletricidade. O restante é vendido ao Brasil, mas como o governo brasileiro cobriu praticamente sozinho os custos da obra da usina, Assunção tem uma dívida com Brasília, que acabará apenas em 2023. Até lá, a energia vendida pelo lado paraguaio continuará sofrendo abatimento. O valor da construção da hidrelétrica foi, à época, de aproximadamente US\$ 1 mil por quilowatt instalado, ou cerca de US\$ 14 bilhões, o Paraguai entrou no empreendimento com apenas US\$ 50 milhões, financiados pelo Banco do Brasil. 



Belo Monte: alguns aspectos legais

Em 20/04/2010, realizou-se o leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que o governo federal pretende construir no rio Xingu. O leilão atraiu a atenção da mídia devido aos diversos protestos suscitados e à “guerra de liminares” entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia Geral da União. Apesar da cobertura da imprensa, pouco foi dito sobre as questões legais dessa obra, algumas das quais são tratadas a seguir.

Discutir os impactos socioambientais de Belo Monte está além do objetivo deste texto; todavia, algumas informações são necessárias. Para a construção da hidrelétrica, haverá o barramento do rio Xingu e o desvio de suas águas por canais até a casa de força. Como o barramento está à montante das Terras Indígenas Paquicamba e Arara, estudos prevêem que, se a hidrelétrica for construída, haverá meses em que a vazão do rio que corta essas terras indígenas passará de 18,1 mil m³/s para 4 mil m³/s. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a mudança de vazão prevista poderá causar, entre outros impactos, o comprometimento do abastecimento de água e a perda de recursos para subsistência dos povos indígenas. Além disso, os estudos feitos pelos próprios empreendedores estimam que a obra aumentará a exposição dos índios a doenças como malária e leishmaniose, e promoverá sua desorganização social, política e cultural.

Dado esse contexto, o MPF se manifestou em duas das liminares (Ações Cíveis Públicas 410-72.2010.4.01.3903 e 411-57.2010.4.01.3903) levantando nove pontos, dos quais três são tratados aqui. O primeiro deles remete ao descumprimento da Constituição Federal (CF) no que diz respeito à questão indígena. A CF

estabelece que “[as] terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo [...] dos rios [...] nelas existentes” e ainda que “[o] aproveitamento dos potenciais [da energia hidráulica] somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União [...] na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em [...] terras indígenas”. Entretanto, como não houve a elaboração de lei que estabelecesse essas condições, segundo o MPF, atos ou ações que permitissem a construção de Belo Monte seriam nulos.

Um segundo problema diz respeito ao descumprimento da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que define que a Licença Prévia deverá ser emitida “atestando a viabilidade ambiental” de um projeto. Porém, na Nota Técnica IBAMA 04/2010, emitida no mesmo dia do Parecer Técnico Conclusivo do próprio IBAMA, que fundamentou a Licença Prévia, os técnicos afirmam que “[a] equipe mantém o entendimento de que não há elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento até que sejam equacionadas as pendências apontadas nas conclusões do Parecer 6/2010”. Da mesma forma, uma das condicionantes da Licença Prévia 342/2010 estabelece que o hidrograma proposto no EIA “deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal”. Com esta condicionante, o IBAMA indica que, apesar de a Licença Prévia ter sido concedida, não há garantias de que as previsões sejam confiáveis.

Uma terceira questão diz respeito às audiências públicas que debateram a implementação de Belo Monte. A Resolução CONAMA

09/1987 define que ao final de cada Audiência Pública “[a] ata da(s) audiência(s) pública(s) e seus anexos, servirão de base, juntamente com o RIMA, para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto”. Todavia, o IBAMA, em seu Parecer Técnico nº 114/2009, ressalta que “tendo em vista o prazo estipulado pela Presidência, esta equipe não concluiu sua análise a contento. Algumas questões não puderam ser analisadas na profundidade apropriada, dentre elas as questões indígenas e as contribuições das audiências públicas”. Tal afirmativa indica que, apesar dos esforços de envolvimento dos movimentos sociais, o próprio IBAMA reconheceu que o ritmo de implementação do projeto comprometeu a incorporação de contribuições no processo de licenciamento.

Apesar desses e outros problemas legais listados nas Ações Cíveis Públicas, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região cassou as liminares concedidas pela Subseção Judiciária de Altamira que suspendiam o leilão de Belo Monte, permitindo que o leilão fosse realizado. Indo mais além, a Advocacia Geral da União anunciou que iria estudar a possibilidade de processar os autores de tais Ações Cíveis Públicas.

Apesar de o leilão já ter ocorrido, as irregularidades apontadas pelo MPF ainda não foram sanadas, e os desdobramentos de tais ações precisam ser acompanhados pela sociedade. O debate público sobre obras dessa importância não se faz sem diversidade de opiniões e interesses. Porém, ele também não pode ocorrer sem o devido respeito à legislação vigente, única forma para garantir e fortalecer a democracia e o Estado de direito no país. **i**

Bruno Milanez é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais (Dirur)

Sustentabilidade: uma chance para o planeta

Reciclar lixo, economizar água e energia, e proteger os recursos naturais do planeta: não faz muito tempo que estas e outras preocupações ambientais predominavam somente entre ecologistas e uma pequena parcela da população

Hoje muito se fala sobre o conceito, mas poucos sabem exatamente o que significa ser sustentável. “A sustentabilidade nada mais é do que o respeito à ecologia, ao socialmente justo e economicamente viável” explica Dorli Martins, do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa de São Paulo (Sebrae-SP). “Nós sempre buscamos apenas o que era economicamente viável”, acrescenta.

A primeira vez que se ouviu a expressão – desenvolvimento sustentável – foi em abril de 1987, quando foi publicado o relatório Brundtland. Elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório recebeu este nome em homenagem a chefe da comissão, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. O documento, também chamado de “Our

Common Future” (Nosso Futuro Comum), enfatizava que os meios de produção não eram condizentes com o desenvolvimento sustentável.

“O homem sempre se preocupou com a preservação do meio ambiente, é de conhecimento geral que desde a Idade Média havia a rotação de culturas para não desgastar o solo, por exemplo. Mas aplicar esta preocupação em conceito com aspectos mais amplos, levando em consideração questões sociais, econômicas e culturais foi a partir de 1987 mesmo”, explica o coordenador do curso de sustentabilidade e gestão ambiental do Programa de Educação Continuada (PEC) da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, Reinaldo Bulgarelli.

“A sustentabilidade nada mais é do que o respeito à ecologia, ao socialmente justo e economicamente viável”

No texto original, a comissão atestava que em um mundo em que existe pobreza e desigualdades sociais sempre haverá deficiências ecológicas. “Nós reconhecemos que a pobreza, a degradação ambiental e o crescimento populacional estão diretamente relacionados, e nenhum destes problemas

será resolvido se for tratado isoladamente”, diz o Relatório Brundtland, assinalando que o desenvolvimento sustentável será um desafio para todos os envolvidos no processo de desenvolvimento.

A sustentabilidade começou a entrar em pauta com força a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio-92, que reuniu representantes de quase todos os países do mundo no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, quando foi criada a Agenda 21, um protocolo com ações para a prática do desenvolvimento sustentável.

Nos últimos dez anos um mundo sustentável começou a virar uma prioridade cultural e política: cantores como Madonna e Sting passaram a fazer shows para alertar sobre danos às florestas e ecossistemas; e políticos incluíram o tema em suas plataformas, tal como fez o ex vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, ao produzir o documentário *Uma Verdade Inconveniente*, um libelo de alerta contra o esgotamento dos recursos naturais.

Hoje cada vez mais empresas colocam seus preceitos sustentáveis em prática, e é possível encontrar os mais diversos produtos e serviços guiados pela preocupação com o meio ambiente e com o socialmente justo. “A sustentabilidade está se tornando uma das leis invisíveis do mercado”, pontua Dorli. 



Desmatamento

Investimento em projetos comunitários



O Fundo Amazônia vai lançar um edital de apoio a pequenos projetos comunitários para atividades e ações de combate ao desmatamento na Amazônia. A medida pretende possibilitar o acesso de pequenas e médias iniciativas ou de baixo valor orçamentário aos recursos do fundo. O anúncio foi feito durante a 7ª reunião do Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia), realizada no fim de março, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), no Rio de Janeiro.

Os projetos têm um prazo de execução de três a cinco anos, e devem ser consistentes e demonstrar resultados, de acordo com o governo. Os recursos do fundo – que teve um aporte de R\$ 400 milhões em 2009 e 2010 – são destinados a projetos de fiscalização e monitoramento; pesquisa, ciência e tecnologia; criação e fortalecimento de unidades de conservação; pagamentos por serviços ambientais; apoio a atividades produtivas sustentáveis e à elaboração de projetos. O objetivo é promover uma cultura de preservação da floresta e preparar a sociedade para implementar ações que tragam esse resultado.

Incentivo

Propostas para um Espírito Santo mais inovador

Embora a maior produção de conhecimento científico e tecnológico no País se concentre na região Sudeste, o Espírito Santo contribui com a menor parcela. Por isso, na Conferência Regional do Sudeste de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada no final de março, em Vitória (ES), foram levantadas propostas de investir na educação, incentivar uma maior participação dos municípios no segmento científico, tecnológico e de inovação e incrementar uma política de estado para o Espírito Santo.

Um dos pontos de maior consenso é o que apresenta um conjunto de ações para fortalecimento da Amazônia Azul, que tem grande parte da sua expressão no litoral do Espírito Santo. As questões serão defendidas na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em maio, em Brasília.



Meteorologia

Chuvvas no Vale do Paraíba monitoradas

Já está funcionando o serviço de monitoramento hidrometeorológico, desenvolvido pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/Inpe/MCT), dedicado às atividades da Defesa Civil do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. O sistema permite visualizar de forma rápida os níveis de chuva acumulada nas últimas 24 e 72 horas, em 22 municípios, indicando se estão ou não em níveis críticos, considerando os diferentes riscos geológicos de deslizamento na região.



As atualizações da planilha de precipitação acumulada são processadas automaticamente pelo sistema do CPTEC e visualizadas em um mapa no portal <http://bancodedados.cptec.inpe.br/monitoramento/>, que permite acompanhar a situação de cada um dos municípios da região, integrantes do sistema. O portal possui ainda links que dão acesso a páginas do CPTEC, cujos conteúdos podem ajudar a Defesa Civil dos municípios a planejar suas ações. É possível consultar, por exemplo, imagens meteorológicas de satélites, dados de radares meteorológicos, localização de raios, queimadas, previsão numérica de tempo, boletins sinóticos de previsão de tempo, meteogramas, dados hidrológicos da bacia do Paraíba do Sul, entre outras informações.

Controle de cobaias

Não há no Brasil informações sobre o número de cobaias criadas e utilizadas em laboratórios e em aulas em universidades. Por isso, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) está cadastrando as instituições que usam ou criam cobaias - as mais utilizadas no País são ratos e camundongos. A partir do registro será mais fácil mapear a situação da experimentação animal no País.

Para se credenciar no Concea, as instituições precisam ter comitês de ética - muitas delas já possuem. Os comitês têm a responsabilidade de aprovar os estudos que necessitam de animais. Uma das metas do conselho é que as agências de financiamento só liberem auxílios para pesquisas cujos projetos tenham sido autorizados previamente por esse tipo de comitê.

Empresas mais inovadoras

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entidade ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), lançou em abril o Prêmio Finep de Inovação, que reconhece os empreendedores e as empresas mais inovadoras do País. As inscrições estão abertas até 30 de julho e devem ser feitas pela internet, em formulários específicos postados no site <http://www.finep.gov.br/premio/>.

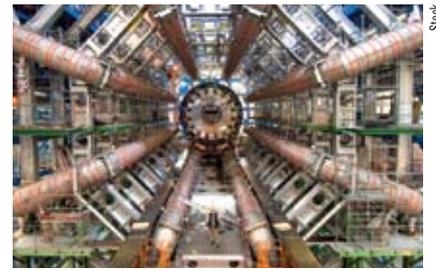
Este ano, além das seis categoriais tradicionais - Instituição de Ciência e Tecnologia, Micro e Pequena Empresa, Média Empresa, Grande Empresa, Tecnologia Social, Inventor Inovador e efetiva comercialização de suas criações nos últimos três anos -, a Finep também premiará as melhores práticas em Gestão da Inovação.

Brasil presente em projeto de acelerador de partículas

Cientistas e centros de pesquisas brasileiros participaram do projeto de acelerador de partículas, o maior experimento científico já feito sobre as forças fundamentais da natureza, o Grande Colisor de Hádrons (LHC na sigla em inglês).

No final de março, os cientistas europeus fizeram o encontro de dois feixes de partículas subatômicas na velocidade próxima a da luz que liberaram uma grande quantidade de energia (calculada em 7 trilhões de teraelétron-volts).

Com o experimento, os cientistas do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (Cern) acreditam que podem confirmar as teorias da formação do universo após o Big Bang. Outra expecta-



Stock

tiva é encontrar o Bóson de Higgs, chamada de Partícula de Deus, responsável pela massa de todas as outras partículas. Acredita-se que o Bóson de Higgs também é responsável por transformar gases em galáxias e até mesmo tornar possível o ambiente para a vida.

Aumento da Web nos lares brasileiros



Pela primeira vez, os brasileiros acessaram a internet com mais frequência em suas casas do que nas lan houses do país, de acordo com uma pesquisa divulgada em abril pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Segundo a quinta edição da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil (TIC Domicílios), 48% dos acessos em 2009 foram feitos em casa e 45% em lan houses. Em 2008, 47% dos entrevistados afirmaram utilizar o centro pago para se conectar, índice superior aos que acessam de casa, que foi de 43%.

O estudo indica ainda que 36% dos domicílios brasileiros possuem microcomputador - em 2008, o índice era de 28%. O acesso a internet, porém, está disponível em 27%, sete pontos percentuais a mais do que em 2008, e que a banda larga está presente em 66% das residências com conexão à internet.

O número de lares com computador atingiu seu maior nível desde o início da pesquisa, mas o acesso à rede não acompanhou o aumento. Isso se deve porque há muitos lares com computador em casa, mas não têm acesso à internet por conta do alto custo do serviço.

Outra novidade da edição 2010 é que será aceita na categoria Tecnologia Social inscrição de Organizações Não Governamentais (ONGs) associadas a uma Instituição Científica Tecnológica (ICT).

Prêmio FINEP
de Inovação
2010



E pela primeira vez a categoria "Inventor inovador", que reconhece pessoas físicas, terá prêmios em dinheiro. Todos os vencedores do prêmio receberão recursos do programa de Subvenção Econômica, que vão de R\$ 120 mil a R\$ 2 milhões, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

O campo em perspectiva

O setor agropecuário é responsável por cerca de um quarto do Produto Interno Bruto brasileiro, e apresenta grande potencial de crescimento nos próximos anos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada enfocou o setor ao analisar as informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de (PNAD), realizada em 2008. Por trabalhar com grupos amostrais das áreas urbanas e rurais, a PNAD permite estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade.

Pela análise destes dados é possível verificar que os domicílios rurais abrigam pouco mais de 16% do total de habitantes no país. Essa proporção é maior nas regiões Nordeste e Norte, com 27,6% e 22%, respectivamente, sendo o Sudeste a região mais urbanizada,

com apenas 8% de sua população residindo na zona rural.

Entretanto, a PNAD mostra que o Sudeste possui a segunda maior concentração de

população rural, representando 20,5% do total da população rural brasileira, perdendo neste quesito somente para o Nordeste, que concentra 48% deste segmento.

Renda média mensal da pea rural por região

Região	Renda média mensal
Nordeste	R\$ 296,00
Norte	R\$ 493,00
Sudeste	R\$ 583,00
Sul	R\$ 633,00
Centro-Oeste	R\$ 606,00

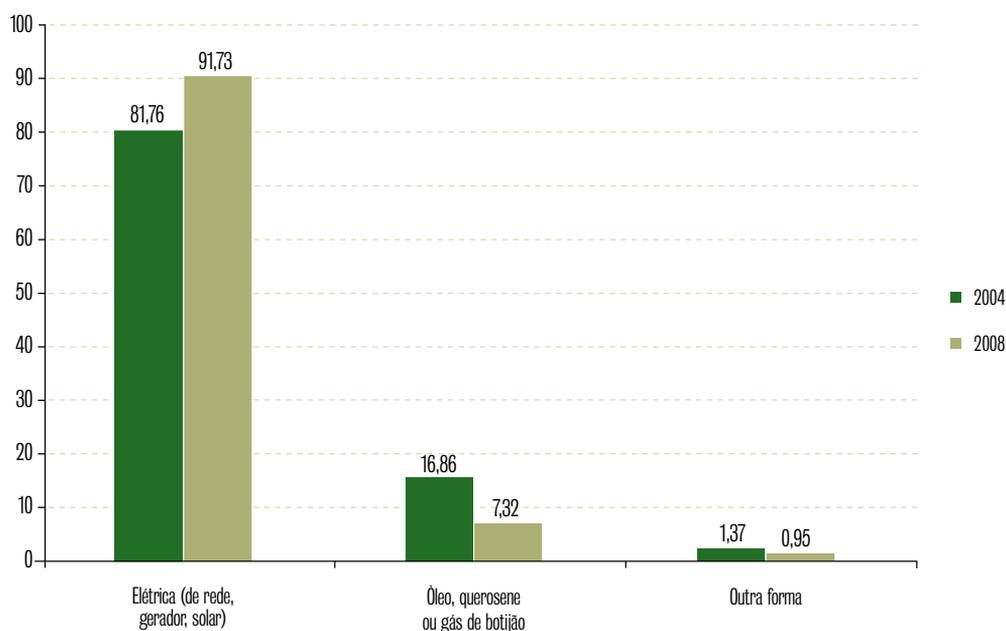
Fonte: PNAD 2008.

Renda domiciliar per capita média segundo a situação do domicílio

Situação do domicílio	Renda domiciliar per capita média
Área urbana	R\$ 786,00
Área rural	R\$ 360,00

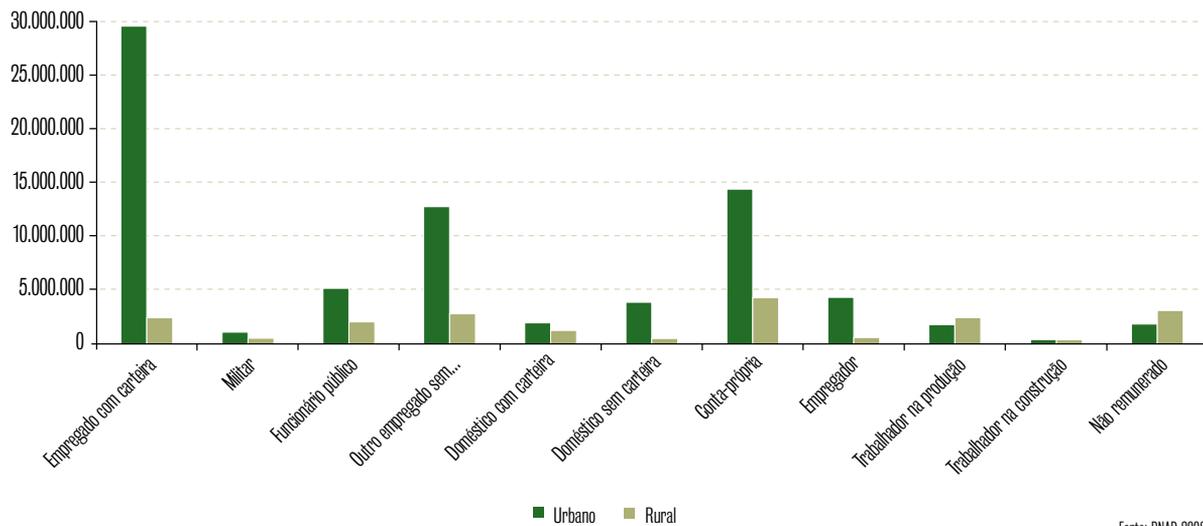
Fonte: PNAD 2008.

Forma de iluminação dos domicílios rurais - Brasil (2004 e 2008) (Em %)

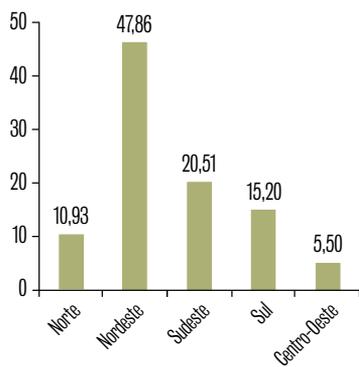


Fonte: PNAD 2008.

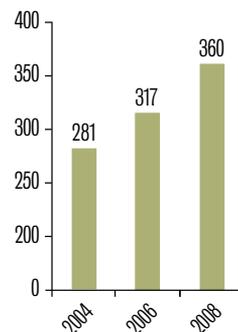
Comparativo da distribuição da população em área urbana e rural por posição na ocupação



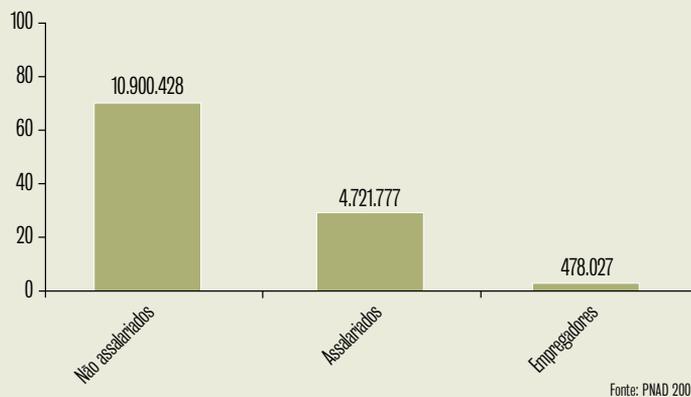
Distribuição da população rural por grandes regiões (2008) (Em %)



Evolução da renda domiciliar per capita da população rural (Em R\$)



Relação de assalariamento no grupamento agrícola (Em %)



Cultura Viva

Avaliação do Programa Arte Cultura e Cidadania

As discussões a respeito das políticas culturais se ampliaram e ganharam em profundidade no Brasil dos últimos anos. No livro “Cultura Viva - Avaliação do “Programa Arte Cultura e Cidadania - Cultura Viva” é possível conhecer um exercício de efetivo exame de um dos programas centrais do Ministério da Cultura, conduzido pela Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MINC). O livro é expressão do acúmulo de conhecimentos do Ipea no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas, resultando em um olhar simultaneamente compreensivo e crítico do programa.

Apesar dos inúmeros pontos positivos do programa, o leitor poderá encontrar na reflexão ali presente uma cesta de desafios que pode muito bem ser estendida a outras políticas com desenhos similares. A avaliação constatou que o Estado brasileiro ainda não tem instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e forma de execução do “Programa Arte Cultura e Cidadania- Cultura Viva” e que, portanto, é necessário capacitá-lo, dotando-o

“O livro é expressão do acúmulo de conhecimentos do Ipea no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas, resultando em um olhar simultaneamente compreensivo e crítico do programa”



de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para que o programa persiga objetivos da cidadania cultural.

A pesquisa avaliativa procurou, a partir da construção do “Modelo Lógico”, a explicitação das apostas teóricas e práticas do programa. A formulação dos objetivos que orientam o processo avaliativo é um dos elementos fundamentais e dela depende a qualidade e

validade da avaliação. Ter clareza dos objetivos do programa é um dos passos mais importantes para mensurar mudanças de situações e avaliar resultados e potencialidades de um conjunto de ações públicas. No entanto, a clareza sobre os objetivos de um programa não implica na boa delimitação automática do objeto da avaliação. O programa pode ter certos objetivos e o processo avaliativo, como

parte da mecânica de aperfeiçoamento das ações, pode divergir deste, e criar diferentes focos para a análise.

A análise direcionada para a avaliação depende em grande parte da sensibilidade dos avaliadores e dos gestores do programa em focar e dimensionar as questões mais sensíveis com os quais lidam. Nem sempre o objeto da pesquisa avaliativa é medir resultados imediatos, mas descortinar potenciais e limitações na condução do conjunto de ações, dimensionando de forma mais precisa os problemas e obtendo maior clareza a respeito do que esta sendo realizado no âmbito das ações.

Embora a última afirmação pareça óbvia, não é incomum que a imprecisa delimitação entre os objetivos do programa e da avaliação criem problemas para os avaliadores e para os gestores. Todavia não é impossível que se mantenha um diálogo proveitoso entre ambos os objetivos sem o pressuposto de que ambos coincidem de forma absoluta.

Dessa maneira, a avaliação do “Programa Arte Cultura e Cidadania” manteve a referência aos objetivos do programa que tratam de **objetivos situacionais**, ou seja, que se referem a mudanças de valores, crenças, disposições e formas com as quais os atores sociais percebem sua atuação política, social e cultural, e também se referiu aos **resultados do programa**, ou seja, se referiu às capacidades do programa em manter uma linha clara de atuação na obtenção de certos efeitos na vida cultural do seu público-alvo. Por outro lado, em contraste com esse primeiro conjunto, a avaliação indagou sobre as **qualidades da ação pública** e de sua capacidade de coordenar e obter cooperação entre os atores envolvidos no programa.

Durante a aplicação do Modelo Lógico (ML), primeiro momento dentre os vários pelos quais se desenvolveu a pesquisa avaliativa, ficaram claras algumas indagações que seriam feitas no decorrer da análise e ali já começavam a ser delineados os problemas enfrentados na gestão.

Conforme o relatório final, “o Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva

contribui para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local, e também pode contornar o problema do isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais disponíveis em outros meios”. Assim ficaram sintetizados o problema e objetivos do programa:

Problema: desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural.

Objetivos: fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais.

A partir dessas definições foi possível construir alguns indicadores para o acompanhamento do programa. Em geral os indicadores são substitutos de conceitos mais abstratos e pouco mensuráveis. Alguns indicadores são tangíveis (idade, sexo, escolaridade, remuneração, etc.) e outros intangíveis (protagonismo, auto-estima, cidadania, etc.), mas sempre devem procurar refletir com clareza os objetivos do programa ou da avaliação, condensando a complexidade das situações a medidas simplificadas.

A metodologia da avaliação, então, resumidamente, pressupôs um diálogo constante entre objetivos compreensivos e instrumentais, ou seja, entre uma visão ampla a respeito dos potenciais do programa e de sua capacidade em gerar resultados, articulando então, dados qualitativos e quantitativos e, ao mesmo tempo, mantendo-se crítica em relação à suficiência e qualidade dos insumos públicos utilizados durante o ciclo de desenvolvimento do programa. Para isso elaborou-se um referencial que explicasse em um diagrama conceitual as motivações e estratégias do programa.

Embora a evolução das estratégias de gestão por parte da **secretaria de cidadania e cultura (SCC)** ao longo do tempo não tenha sido o foco, ficou evidenciado durante os diferentes momentos da avaliação não apenas as dificuldades, mas também o aperfeiçoamento e aprendizado contínuo com erros e acertos.

Obviamente, os processos de aprendizagem não superaram questões estruturais como a ausência de recursos humanos suficientes e a alta rotatividade na coordenação federal do programa, a legislação e protocolos de ação pouco claros, recursos técnicos insuficientes, etc., mas contextualiza o programa entre os seus potenciais no que se refere aos seus objetivos situacionais e seus limites enquanto ação pública. Nesse contexto, deve-se dizer que o desenho do programa é inovador em relação aos seus princípios organizacionais ao presumir autonomia da sociedade e das comunidades da produção, trocas e articulação de iniciativas culturais, tanto quanto permitiu apoiar essa autonomia atualizando algumas de suas potencialidades. Finalmente, elaborou-se um questionário com aproximadamente 120 questões que permitiram padronizar as informações que seriam posteriormente transformadas em indicadores do programa. A partir daí, seguiram-se viagens para levantamento de dados em mais de 500 Pontos de Cultura distribuídos em aproximadamente 250 municípios brasileiros.

“O Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva contribui para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local”

Dentre os indicadores construídos para o acompanhamento da realização dos objetivos estão:

Quadro A – Indicadores selecionados para o acompanhamento dos pontos de cultura

Indicador de esforço	Traduz em medida quantitativa o esforço operacional para a alocação de recursos humanos, físicos e financeiros
Indicador de infra-estrutura	Espécie no gênero dos indicadores de esforço enfatiza a disponibilidade e adequabilidade de instalações para a realização de certas atividades
Indicador de acessibilidade	Afere a capacidade potencial de oferecer condições de acesso a bens, serviços e espaços culturais
Indicador de sustentabilidade	Afere os graus de estruturação das instituições, grupos e movimentos sociais para gerenciamento de atividades, recursos humanos ou financeiros
Indicador de participação	Afere o grau de envolvimento das pessoas em relação aos processos decisórios de política e programas;
Indicador de inclusão econômica	Afere a capacidade potencial de oferecer a pessoas o acesso a recursos econômicos

Esse conjunto de indicadores selecionados para o programa oferece um quadro quantitativo que descreve de forma aproximada as ações do programa em termos de recursos e resultados.

Os indicadores são medidas quantitativas, dotadas de significado e que permitem operacionalizar um conjunto teórico e conceitual de interesse abstrato ou programático, possibilitando assim subsidiar o planejamento e o monitoramento das ações por parte do poder público. Tentam responder à questão do atendimento de objetivos relativamente abstratos e não custa repeti-lo: *“fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais”*.

Esse conjunto de indicadores diz respeito não às atividades da SCC, mas dos resultados indiretos referidos à sua atuação. Dessa maneira, pode-se dizer que o programa possibilitou acesso a recursos para que 526 pontos (conveniados até dezembro de 2007) desenvolvessem atividades durante três anos, sendo que 16% estavam com atividades suspensas, não haviam iniciado atividades ou estavam desativados.

O programa foi responsável direto pela ampliação das atividades culturais realizadas pelos pontos. Embora 63% dos espaços físicos

já existissem antes disto, entre bibliotecas, discotecas, brinquedotecas, salas de aulas etc., 37% derivaram do processo de convênio e, portanto, de indução por parte do poder público.

Os indicadores de esforço mostraram que o programa ampliou muito o número de pessoas envolvidas com os processos relacionados a políticas públicas culturais, pois o número de pessoas que trabalhava nos pontos de cultura ultrapassava a cifra de quatro mil pessoas ou a média de 11 pessoas por ponto, sendo que 1.507 eram voluntários e 2.574 eram remunerados. Esse número supera em muito, mesmo que se deva considerar a natureza diferencial dos objetivos e limites das instituições, o esforço feito por várias das instituições federais de cultura no que se refere à mobilização de recursos humanos. E ainda se deve considerar o baixo valor relativo da iniciativa que desembolsa para cada ponto de cultura em torno de R\$ 180 mil reais em dois anos.

Quanto ao número de frequentadores deve-se dizer que, embora não seja exata e tradicionalmente um indicador de esforço, dadas as características do programa, que procura envolver as comunidades nas atividades culturais, agrupou-se esse indicador de frequência como espécie do gênero indicador de esforço. Também aqui se vê

os impactos do programa no dia-a-dia da vida cultural: os frequentadores habituais dos pontos ultrapassam o número de 124 mil pessoas. Os esporádicos ultrapassam a casa de 1 milhão de pessoas.

O indicador de infra-estrutura indica a necessidade de reformas para 32% dos pontos de cultura, ou seja, aponta a inadequação de muitos dos pontos ou de seus espaços.

O mesmo vale para os indicadores de acessibilidade que revelaram problemas na acessibilidade aos pontos por razões da situação do entorno (percepção da violência) ou por razões de infra-estrutura urbana (transportes caros ou insuficientes). Também é revelador que os pontos de cultura não tenham desenvolvido sensibilidade à acessibilidade do portador de necessidades especiais, fato indicado pelos problemas de acesso em 35% dos pontos. Aqui deve ser enfatizado que esse problema foi sub-registrado, pois a resposta partiu da percepção subjetiva dos entrevistados, que nem sempre consideraram com a propriedade necessária a questão da acessibilidade.

180

milhões de reais

é o valor desembolsado para cada ponto de cultura em dois anos

Os indicadores de sustentabilidade, por sua vez, revelaram que a fonte principal dos pontos de cultura é o próprio programa (74%), mas que os pontos mantêm relações com outras fontes de financiamento (83%) e mantêm relações estáveis com outras instituições (97%). Considerando que a cultura é um direito

fundamental e que a proteção, incentivo e o desenvolvimento são deveres do Estado, parece que não há dificuldade em admitir que a sustentabilidade deva ser vista nesse contexto, isto é, da manutenção de políticas públicas como garantia de direitos, embora a mecânica de repasses e os critérios de escolha e alocação possam ser aperfeiçoados. No entanto, a sustentabilidade pode ser comprometida em razão dos atrasos dos repasses e da descontinuidade do

fluxo de recursos. Essas questões foram exaustivamente levantadas e discutidas ao longo da pesquisa avaliativa.

As insuficiências dos processos participativos explicitam-se no fato de que a gestão compartilhada, mesmo sendo princípio e parte da democracia cultural, ainda enfrenta dificuldades em ser completamente realizada. Este argumento é reforçado pelos dados de participação das comunidades nos processos de planejamento

quando se vislumbra que apenas 17% dos pontos incluem pessoas da comunidade no planejamento. De qualquer maneira deve-se enfatizar que 95% dos pontos têm mecanismo de planejamento do quais tomam parte a própria equipe.

Sob o ponto de vista da inclusão econômica, constatou-se que 68% dos pontos geram renda aos participantes. Essa questão deverá ser aprofundada em futuros levantamentos, pois havia muitas dúvidas por parte dos agentes culturais a respeito dessa possibilidade. Perguntava-se constantemente se ao receber recursos públicos os pontos de cultura poderiam realizar o exercício da troca remunerada decorrente das atividades financiadas. Também se constatou que os respondentes a essa questão não consideravam os montantes da renda gerada e quando questionados, apontavam valores bastante baixos para o objetivo de inclusão econômica.

Por fim, é necessário ressaltar o quanto se mostrou difícil separar durante a pesquisa avaliativa as dificuldades de planejamento da SPPC/MINC das políticas gerais do Estado, assim como foi difícil atribuir a falta de capacidade de planejamento e coordenação das ações unicamente ao Governo Federal, quando os atores envolvidos são múltiplos e co-responsáveis pelas ações. A política pública é em geral produto da coordenação e cooperação entre diferentes atores sociais e institucionais, tanto os méritos quanto as deficiências devem ser distribuídos entre os atores participantes. Dessa forma, a avaliação apresentada no livro pode ganhar todo seu sentido que é oferecer elementos que permitam aprimorar processos e precisar objetivos de curto e longo prazo em um quadro de reflexão crítica, coletiva e contínua por parte do diferentes participantes das ações.

CULTURA VIVA: Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania
Ipea: 148 p.
Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo — Organizadores
Diretoria: DISOC

Quadro B – Síntese dos indicadores dos pontos de cultura

Indicadores de esforço	Absolutos	Médias e percentuais
Nº de pessoas que trabalham permanentemente no ponto	4.081	11
Nº de voluntários	1.507	4
Nº de remunerados	2.574	7
Frequentadores habituais dos pontos	124.489	323
Frequentadores habituais ligados à comunidade	85.833	223
Frequentadores esporádicos	1.164.161	3.496
Indicador de infraestrutura		
Nº de espaços em situação precária	859	32%
Indicadores de acessibilidade		
Nº de pontos com problemas de acesso ao público em geral	138	35%
Nº de pontos com problemas de acesso ao portador de necessidades especiais	270	39%
Indicadores de sustentabilidade		
Fonte principal — MinC	287	74%
Nº de pontos com outros parceiros financeiros	321	83,4%
Nº de pontos que mantêm relação estável com outras instituições	375	97,4%
Nº de pontos com atraso de repasse	336	87,3%
Tempo de atuação (superior a cinco anos entre respondentes)	75%	75%
Indicadores de participação		
Nº de pontos com planejamento	367	95,3%
Nº de pontos com participação da comunidade no planejamento	67	17%
Indicador de inclusão econômica		
Nº de pontos que geram renda para os participantes	260	68%

Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio

O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apresenta uma análise da atual situação do Brasil frente aos 8 objetivos: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Universalizar a educação primária; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria para o desenvolvimento. Para atingir esses objetivos foram estabelecidas internacionalmente metas até 2015, mas o Brasil em 2005, elaborou metas e indicadores próprios para medir e orientar seu desempenho em termos de desenvolvimento.

Neste relatório, o capítulo inicial destaca a abrangência da política social, a qual é fundamental para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades para a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros.

2/3

de redução da

mortalidade infantil é uma das metas que deverão ser alcançadas entre 1990 e 2015

O relatório aponta ainda que o Brasil vai bem no cumprimento de boa parte das metas. Já atingiu, por exemplo, a meta 1 (Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015,

a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ppc por dia): se em 1990, esta proporção era de 25,6%, hoje ela está em 4,8%. Outro exemplo, é da meta 5 (Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade), em que a taxa de mortalidade na infância estava em 53,7 (por mil nascidos vivos) em 1990, chegou a 22,8 em 2008 e mantida a tendência atual, atingirá aos 17,9 óbitos por mil nascidos vivos até 2015. Por fim, o Brasil vai bem no cumprimento da meta 10 do Objetivo 7 (Reduzir pela metade, até 2014, a proporção da popu-

lação sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário), tendo o percentual de moradores em domicílios particulares urbanos com acesso a serviços de adequados de água e esgoto, passado de 62,3% no Brasil urbano em 1992, para 76,0 em 2008.

Outras metas serão de mais difícil cumprimento. A meta 6, por exemplo, de reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a razão de mortalidade materna. Esta razão caiu, entre 1990 e 2007, caiu de 140 para 75 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos, mas para atingir a meta, o Brasil deverá ter uma RMM igual ou inferior a 35 óbitos por mil nascidos vivos, até 2015. Também é mais difícil o avanço em determinados indicadores. Destaca-se, por exemplo, as diferenças salariais que têm se reduzido, mas de maneira lenta. Em 1998, as mulheres recebiam 81,9% do rendimento-hora dos homens e em 2008, recebiam 84,1%, já os

pretos e pardos, em 1998, ganhavam 48,4% do rendimento-hora de brancos; em 2008, recebiam 56,7%.

O Relatório também aponta que para determinados grupos populacionais o cumprimento de certas metas e/ou o avanço de certos indicadores é mais difícil, tais como, de maneira geral, os pretos/pardos, os mais pobres, a população rural, as mulheres, quilombolas, semi-árido, as populações do Norte e Nordeste.

Por fim, são destacadas também certas políticas que tendem a contribuir para a melhora dos indicadores e acompanha o relatório um CD com as iniciativas governamentais que contribuem para o alcance dos ODMs. **i**



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatório Nacional de Acompanhamento

Ipea: 182 p.
Ipea e Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
Março 2010



DEFESA

A matéria “Novos rumos para a Defesa brasileira” da edição nº 59 de revista Desafios mostrou que além de precisar se armar para proteger suas fronteiras, o Brasil precisa se preparar belicamente para enfrentar os desafios de um mundo que vem se armando cada vez mais. Além das fronteiras, o País agora tem que proteger as descobertas do pré-sal. Como está o preparo de nossos militares para um futuro tão mais complexo?

Pedro Rodrigues

PLANO SAFRA

Parabéns pela matéria *Plano Safra e a política agrícola brasileira* publicada na edição nº 59 da revista Desafios do Desenvolvimento. A agricultura realmente precisa de um plano como esse. Nós, brasileiros, também precisamos manter o hábito saudável de nos alimentarmos com produtos como o feijão e a mandioca, que estão fora do mercado internacional, mas não fora de nossos cardápios diários.

Afonso de Souza
São Paulo, SP

O PÚBLICO NÃO ESTATAL

A matéria “O público não estatal: o debate continua” sobre o debate promovido no Ipea, que teve apoio da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias, Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas e demais instituições, afirma que o ministro Bresser Pereira “se disse favorável a que todas as universidades e hospitais públicos tornem-se organizações sociais.” Pena que o ministro não tenha explicado melhor sua proposta, no sentido

de nos esclarecer como essas OSs dariam continuidade à formação de doutores e pesquisadores que ajudaram o País a avançar em tantas áreas, graças ao investimento no ensino público de alto nível. Não entendi a visão social-republicana do ministro. Boa matéria. Nos alerta para uma ideia de como os apoiadores das propostas de Bresser irão dirigir o País.

Ivonei Lopes
Taguatinga, DF

DISTRITO FEDERAL

O artigo de Antonio Lassance nos convida a repensar sobre a intervenção no governo do Distrito Federal, se seria bom ou não para o País. Quem sabe a situação do DF não possa se repetir e ajudar a promover uma faxina em outros Estados e Câmaras de Vereadores do Brasil?

Isa Valente
São Paulo, SP

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.



Acesse o conteúdo da revista *Desafios do Desenvolvimento* no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br



Foto: COMO CRIANÇAS DEVERIAM SER – Crianças de uma escola primária localizada em uma vizinhança pobre em Banjarmasin City, Ilha de Kalimantan, celebram felicidade, paz e aprendizado

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram das pessoas uma vida? A Campanha Mundial de Fotografia “Humanizando o Desenvolvimento” busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende

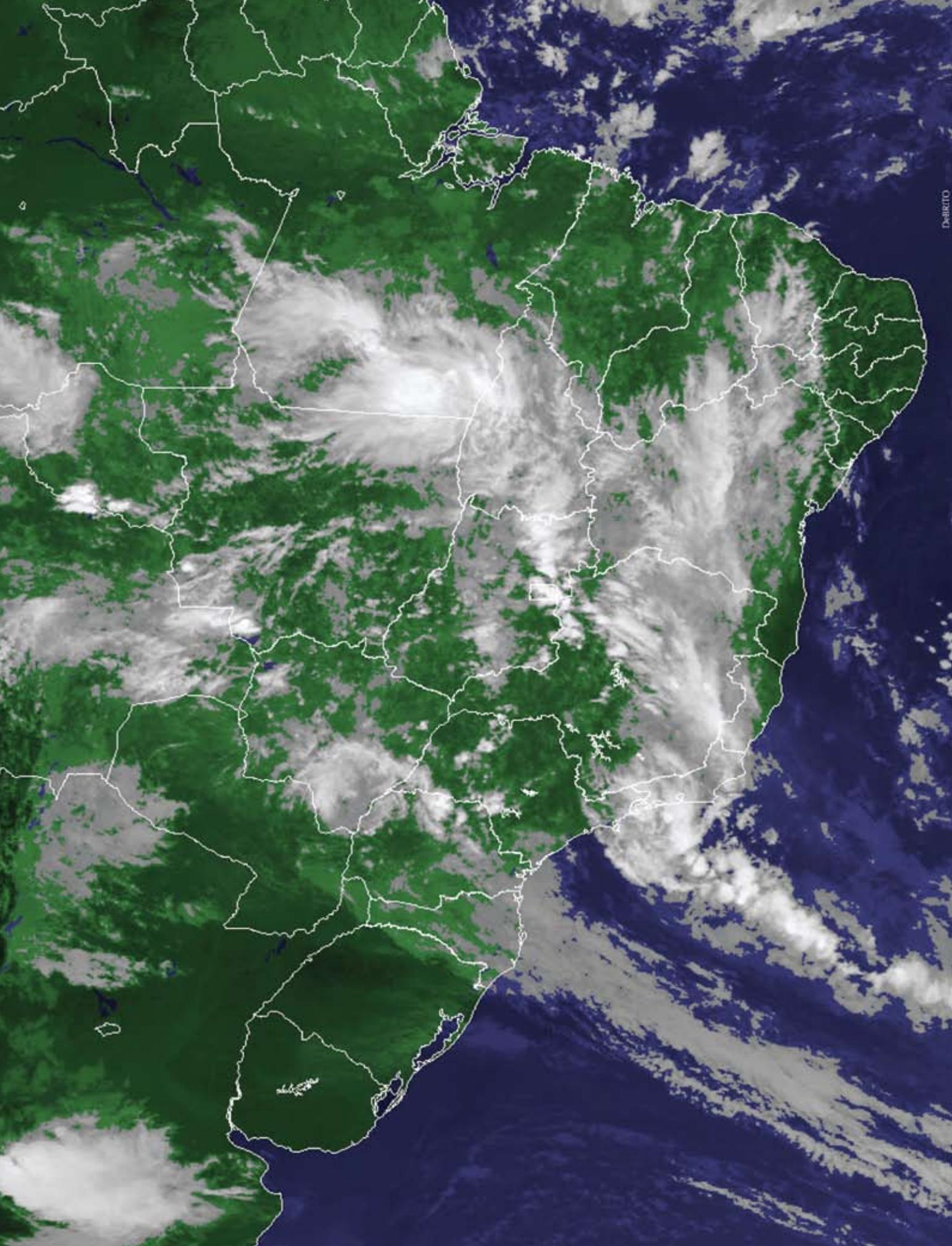
contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de

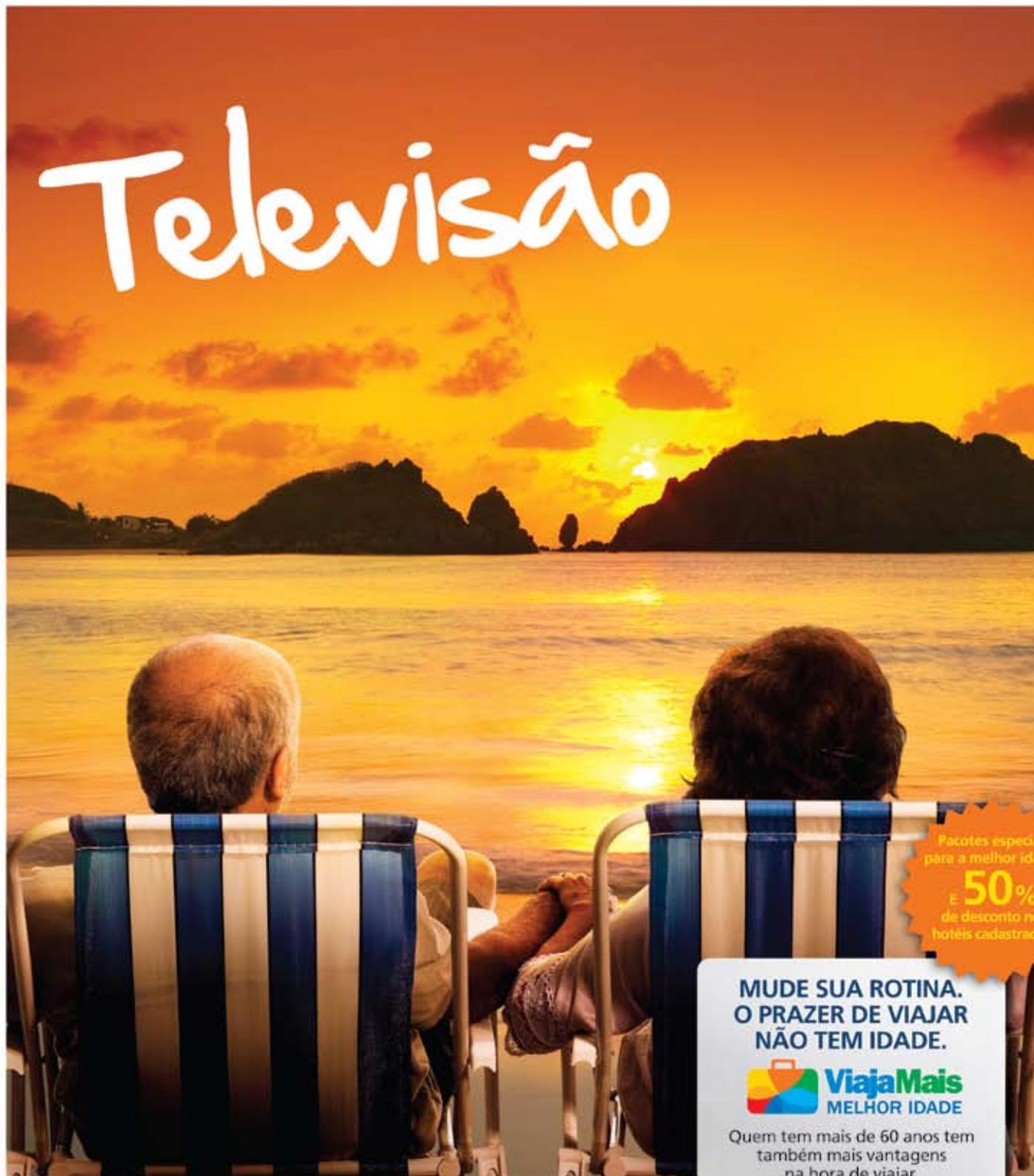
100 países quer nos enviaram suas fotos e suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as Instituições Parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.



Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>



Televisão



Pacotes especiais
para a melhor idade.

É **50%**
de desconto nos
hotéis cadastrados.

**MUDE SUA ROTINA.
O PRAZER DE VIAJAR
NÃO TEM IDADE.**



Quem tem mais de 60 anos tem
também mais vantagens
na hora de viajar.

Um belo dia você resolve mudar. E fazer tudo o que queria fazer. Começa com a viagem dos seus sonhos. No primeiro dia, você e seus novos amigos saem para passear. De tarde, conhecer a cidade. À noite, um bailinho, porque ninguém é de ferro. Amanhece, o sol brilha, a vida ainda mais. Você lembra dos amigos que ficaram em casa e não puderam vir. Dá vontade de cantar: "Agora só falta você". Só falta você aproveitar as vantagens do Viaja Mais Melhor Idade.

Para saber mais,
ligue **0800 770 7202**
ou procure uma agência de viagens.
www.viajamais.com.br

Ministério
do Turismo





**Para praticar mergulho
nestas águas refrescantes,
aonde você deve ir?**

- A () Bonito, MS
- B () Lençóis Maranhenses, MA
- C () Alto Paraíso, GO
- D () Florianópolis, SC

**Se você é brasileiro e não sabe
a resposta, está na hora
de conhecer melhor o Brasil.**

RESPOSTA: D - FLORIANÓPOLIS, SC

**VIAGEM É PARA TODA A VIDA.
VIAJE POR TODO O BRASIL.**

Ministério
do Turismo



**Você pode superar mais essa barreira:
o medo de falar da violência.**

Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres. **Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.** A gente ouve, orienta e te apoia. O serviço é gratuito, confidencial, atende 24 horas e você pode ligar de qualquer telefone. Conte com a gente. Nessa luta, você não está só.



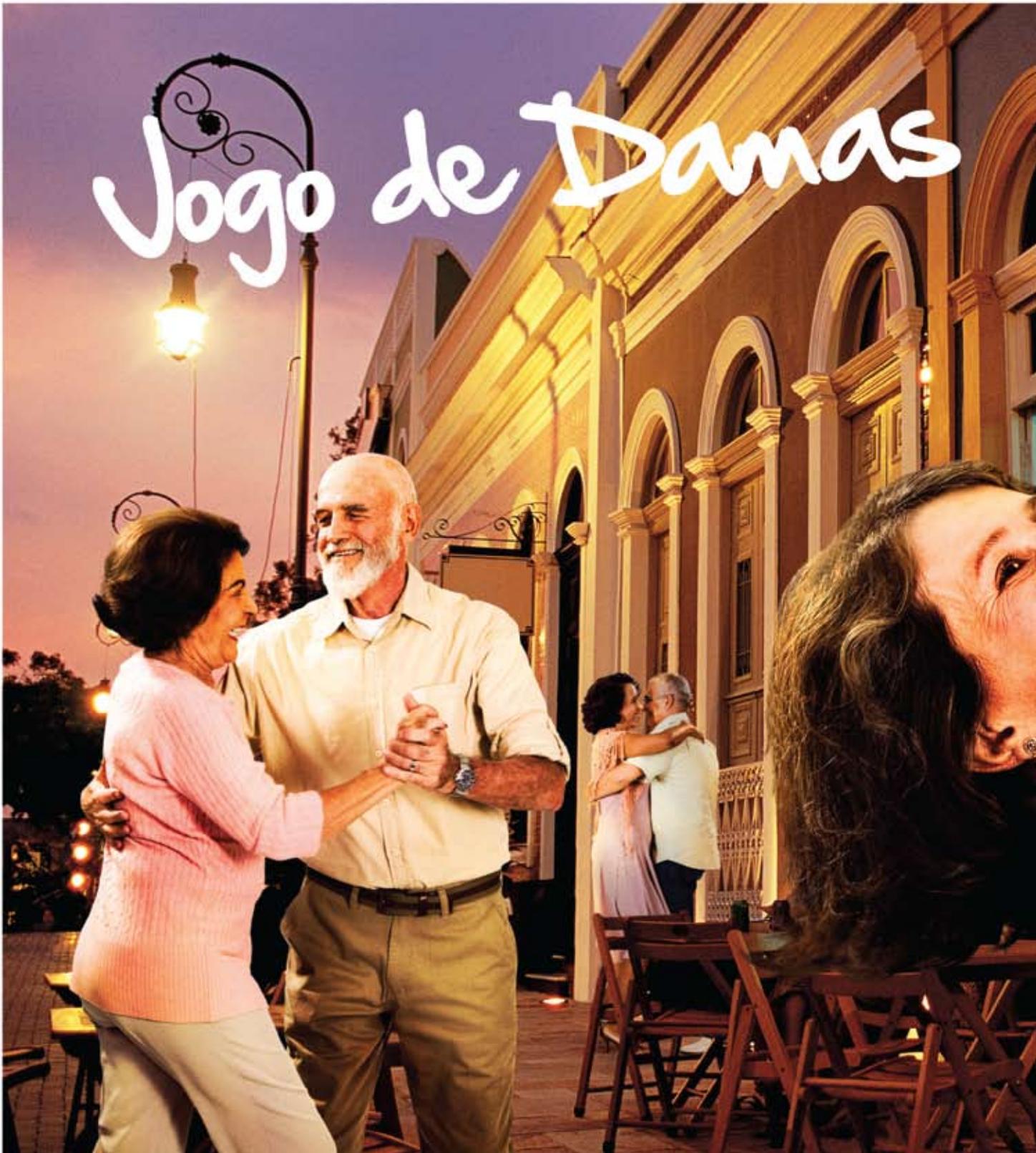
www.spmulheres.gov.br

Ministério
da Saúde

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



Jogo de Damas



Um belo dia você resolve mudar. E fazer tudo o que queria fazer. Começa com a viagem dos seus sonhos. No primeiro dia, você e seus novos amigos saem para passear. De tarde, conhecer a cidade. À noite, um bailinho, porque ninguém é de ferro. Amanhece, o sol brilha, a vida ainda mais. Você lembra dos amigos que ficaram em casa e não puderam vir. Dá vontade de cantar: "Agora só falta você". Só falta você aproveitar as vantagens do Viaja Mais Melhor Idade.



Pacotes especiais para a melhor idade.

E **50%** de desconto nos hotéis cadastrados.

**MUDE SUA ROTINA.
O PRAZER DE VIAJAR
NÃO TEM IDADE.**



Quem tem mais de 60 anos tem também mais vantagens na hora de viajar.

Para saber mais,
ligue **0800 770 7202**
ou procure uma agência de viagens.
www.viajamais.com.br

Ministério
do Turismo



Estamos vivendo
um novo Brasil.

Feito por você.

Respeitado pelo mundo.

Nós brasileiros conquistamos um país cada vez melhor para todos.
Estamos juntos, seguindo em frente. E é possível avançar ainda mais.

- **US\$ 239 milhões acumulados em reservas internacionais** no último ano. Aumento de 385% frente a 2003. *Fonte: Banco Central.*
- **A classe C já corresponde a 53,6%** da população brasileira e a classe AB aumentou de 10,7% para 15,6% de 2003 a 2009. *Fonte: FGV.*
- **R\$ 69,92 bilhões investidos em habitação.** Aumento de 600% em relação a 2003. *Fonte: Ministério das Cidades.*
- **596 mil bolsas do Prouni** concedidas em 1.253 municípios, de 2005 a 2009. *Posição: março de 2010.*
- **Mais de 3 milhões de veículos vendidos** em 2009, um novo recorde histórico. Crescimento de 150% em comparação a 2003.
- **24,1 milhões de brasileiros** superaram a pobreza, entre 2003 e 2008. *Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).*
- **12,1 milhões de empregos formais** gerados nos últimos 7 anos. *Fonte: Rais e Caged.*
- **Desmatamento 74,4% menor** do que em 2004. O menor índice registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração da taxa anual. *Fonte: INPE.*
- **O percentual da população pobre caiu** de 42,7% para 28,8%. *Fonte: PNAD.*
- **Queda de 61,6% da desnutrição infantil**, entre 2003 e 2008. *Fonte: Ministério da Saúde.*



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.confiancanobrasil.gov.br